

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

MAYCON DOUGLAS FLORIANO DA SILVA

**AS INFLUÊNCIAS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS
BRANQUITUDES NA DEFINIÇÃO DA TEMÁTICA RACIAL COMO TEMA DE
PESQUISA:**

Um estudo com pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos na área de Administração
no Brasil

Maringá

2021

MAYCON DOUGLAS FLORIANO DA SILVA

**AS INFLUÊNCIAS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DAS
BRANQUITUDES NA DEFINIÇÃO DA TEMÁTICA RACIAL COMO TEMA DE
PESQUISA:**

Um estudo com pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos na área de Administração
no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Administração da Universidade
Estadual de Maringá (PPA-UEM), como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Administração

Orientadora: Prof.^a Dra. Josiane Oliveira
Coorientadora: Prof.^a Dra. Josiane B. Gouvêa

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586i	<p>Silva, Maycon Douglas Floriano</p> <p>As influências das construções identitárias das branquitudes na definição da temática racial como tema de pesquisa : um estudo com pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos na área de Administração no Brasil / Maycon Douglas Floriano Silva. -- Maringá, PR, 2021.</p> <p>137 f.: il., figs., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Josiane Oliveira. Coorientadora: Profa. Dra. Josiane Barbosa Gouvêa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.</p> <p>1. Relações raciais - Administração - Brasil. 2. Branquitude. I. Oliveira, Josiane, orient. II. Gouvêa, Josiane Barbosa, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 305.8</p>
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
 Av. Colombo, 5790 - Zona 07 - 87020-900 - Maringá - PR.
 Homepage: www.ppa.uem.br
 Facebook: https://www.facebook.com/posgraduacaoadministracaouem/?modal=admin_todo_tour
 LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/ppa-uem-b1291731/>
 Contatos: (44) 3011-5949 - E-mail: sec-ppa@uem.br

ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos **trinta e um** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e vinte e um**, às **dezenove horas**, realizou-se, por videoconferência, em conformidade com os Decretos nº 4230/2020 e 4258/2020 do Governo do Estado do Paraná, e a Portaria nº 122/2020-GRE, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: **“As Influências das construções identitárias das branquitudes na definição da temática racial como tema de pesquisa: um estudo com pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos na área de administração no Brasil.”**, de autoria de **MAYCON DOUGLAS FLORIANO DA SILVA**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr^a. Josiane Silva de Oliveira (presidente), Dr. Pedro Jaime de Coelho Júnior (membro examinador externo - FEI); Dr^a. Ana Paula Rodrigues Diniz (membro examinador externo INSPER) e Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas (membro examinador do PPA). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a) candidato(a) foi Aprovado com correções (Aprovado / Aprovado com correções / Aprovado com sugestões de Reformulação / Reprovado) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, **31 de maio de 2021**.

Dr^a. Josiane Silva de Oliveira
 (Presidente)

Dr^a. Ana Paula Rodrigues Diniz
 (membro examinador externo – University of Essex)

Dr. Pedro Jaime Coelho Junior
 (membro examinador externo – PPGA/FEI)

Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas
 (membro examinador PPA)

Dr^a. Olga Maria Coutinho Pépece
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração

AGRADECIMENTOS

Ao olhar para trás, desde a minha decisão de tentar e em seguida ser aprovado no processo de seleção para ingressar no programa até este momento, a palavra que conseguiria descrever o que eu sinto neste momento, sem dúvidas nenhuma, é gratidão. Ao longo dessa jornada me deparei com tantas razões e motivos para agradecer, que de forma resumida tentarei aqui expressar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram e atravessaram a minha história.

Desta forma, se faz necessário alguns agradecimentos especiais endereçados para algumas pessoas que contribuíram de forma essencial para o meu crescimento e transformação, tanto como pesquisador como pessoa.

Em primeiro lugar ao meu pai de amor, o meu Deus (não colonizado), que me presenteou com sua graça e misericórdia, me sustentando em todos os momentos.

A minha mãe, Isabel que é meu referencial de garra e superação. Sem você eu não teria chegado aqui! Pois foi através das suas renúncias, da sua entrega e proteção que eu pude me arriscar e construir algo. Espero um dia conseguir retribuir a você tudo que você plantou em minha vida.

Ao meu pai, Silvio Terto, a minha irmã Michelly Floriano e ao meu cunhado, Celso Rodrigues, por toda palavra de ânimo, carinho e apoio. Amo Vocês.

A minha orientadora Josiane Oliveira e minha coorientadora Josiane Barbosa Gouvêia, carinhosamente chamadas de “As Josis”, que acreditaram nesse projeto, e também em mim, sempre me encorajando e falando pra largar a timidez (risos). Muito obrigado por todos os conselhos, incentivos e orientações. Vocês são maravilhosas!

Aos membros da Banca Examinadora desta dissertação, formada pelas professoras Josiane Oliveira, Josiane Barbosa Gouvêia, Priscilla Borgonhoni Chagas e Ana Diniz, e pelo professor Pedro Jaime, obrigado por toda generosidade nas palavras e contribuições feitas.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), por todas as discussões, leituras e apoio técnico. Vocês são incríveis!

Também não posso deixar de agradecer ao meu “grupo de apoio, a galera da salinha, Ligia Boeze, Mayra Silva, Nayara Pelegrinello, Webber Radael, Alice Cardoso, Priscila Malanski, Carla Oliveira e Felipe Violi, que tornaram essa etapa da minha vida mais leve. Amo vocês!

Aos meus amigos de infância, Alan Souza e Vinícios Carrasco, pelo apoio. Vinte

e cinco anos de amizade são bodas do que? (risos). Obrigado por me aturarem até hoje.

Aos professores que participaram da pesquisa, o que me permitiu construir as discussões desse estudo.

A CAPES e ao CNPq pelo auxílio financeiro para a realização da pesquisa.

*Nossos
sentimentos são nossos
caminhos mais genuínos
para o conhecimento.*

Audre Lorde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	87
Figura 2.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	82
Tabela 2	84

RESUMO

O objetivo deste estudo foi **compreender como os elementos identitários presentes no processo de constituição racial branca (branquitude) das pesquisadoras e pesquisadores influenciam na escolha dos seus respectivos objetos de pesquisa dentro da temática de relações raciais na área de administração.** Nesta pesquisa discutimos as influências das branquitudes nas relações sociais brasileiras, observando o processo de construção de suas identidades raciais na academia brasileira de Administração. A escolha de tal temática decorreu da lacuna teórica e empírica de pesquisas existente na área de Administração em relação a temática proposta nesse trabalho. Os estudos sobre raça no campo da administração por muito tempo foram considerados incipientes, principalmente se comparado a outras áreas no âmbito das ciências sociais e humanas, como História ou Antropologia. Entretanto, ao longo do tempo, pesquisadoras e pesquisadores da área estão apresentando interesse sobre o tema. Contudo, estes estudos, em sua maioria se atentam a discussões em que o negro e a negritude são o foco, deixando o branco e a branquitude como tópicos de análises secundárias. Isto significa que o termo branquitude, como foco de análise, ainda é pouco discutido nas pesquisas desenvolvidas em Administração no País. Em termos teóricos, discutiremos aspectos da constituição das relações raciais no Brasil enfatizando o pensamento eugenista, a ideologia do branqueamento, destacando como o mito da democracia racial brasileira pautou a tentativa de universalização do ideal branco no país. Também discutiremos o conceito de branquitude e seus impactos nas análises organizacionais. A natureza da pesquisa é qualitativa. Foram convidadas e convidados a participarem de nosso estudo como sujeitos de pesquisa, pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos da área de administração que já publicaram trabalhos dentro da temática de relações raciais. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Primeiramente, com o aporte metodológico de uma bibliometria identificamos e caracterizamos as publicações sobre a temática racial na área de Administração a partir de estudos publicados no Brasil, considerando os periódicos eletrônicos indexados na base e os anais de eventos realizados pela ANPAD. Para as análises dos resultados dessa primeira fase do estudo, utilizamos a estatística descritiva, onde foi possível tanto a identificação de participantes para o estudo, quanto a caracterização bibliométrica do tema de pesquisa. Após a escolha e identificação destes sujeitos, destacamos que, para a coleta do material empírico, utilizamos entrevistas em profundidade. Nessa segunda fase da pesquisa, quatro pessoas aceitaram participação no estudo. O conjunto de narrativas foi analisado de forma interpretativa, através da utilização do método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2004). Sendo assim, nesse estudo, a contribuição teórica foi trazer ao centro do debate sobre relações raciais os privilégios advindos da branquitude, o que possibilitará preencher uma lacuna existente nos estudos que por muito tempo naturalizaram o lugar de norma racial dado ao branco, por este não ser visto e nem se enxergar como um grupo social racializado.

Palavras-Chave: Relações raciais. Raça. Branquitude. Administração.

ABSTRACT

The research objective in this work will be to understand the white indemnity constitution process (whiteness) of the researchers on the theme of race relations in the administration area. In this research we will discuss the influence of whiteness in Brazilian social relations, observing the construction of their racial privileges. The choice of such theme resulted from the theoretical and empirical research gap in the area of Administration in relation to the theme proposed in this work. Studies on race in the field of administration for a long time were considered incipient, especially when compared to other areas in the social and human sciences, such as history or anthropology. However, over time, researchers and researchers in the area are showing interest on the subject. However, most of these studies focus on discussions in which blackness is the focus, not whiteness. This means that the term whiteness is still little explored in research conducted in administration in the country. Therefore, in this study, the theoretical contribution will be to unveil the silencing effects of the term whiteness in the context of race relations. We will also address how eugenicist thinking was constituted in Brazil from the ideology of whitening, highlighting how the myth of Brazilian racial democracy guided the attempt to universalize the white ideal in the country and investigations on whiteness. The nature of the research will be qualitative. They will be invited to participate in our study as research subjects, researchers and white researchers in the field of administration who have already published works within the theme of race relations. At this stage, we will divide our methodological procedures into two stages. First, we will focus on the choice of research subjects. In this step, we will use bibliometrics as a methodological contribution in order to identify these subjects in the electronic journals SPELL and ANPAD. After choosing and identifying these subjects, we highlight that, for the collection of empirical material, we will use the in-depth interview. To achieve the objectives of this study, the exploratory character will be adopted as a methodological contribution of the investigation. The set of narratives and field notes will be analyzed in an interpretative way, it will also be used for qualitative analysis, studies that have an empirical basis, aiming at understanding conceptual categories that make it possible to identify whether the research subjects see themselves as racialized beings. The object of research will be the privilege, observed in the whiteness. The interviews sought to collect the perceptions of each interviewee about race, whiteness and privileges. These interviews, added to the experiences and perceptions of the researcher in the field and their records will compose the empirical part of the study.

Keywords: Race relations. Race. Whiteness. Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 RAÇA, BRANQUITUDE E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	20
2.2 RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: DOS PENSAMENTOS EUGENISTA ÀS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA PARA O BRASIL	37
2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO IDEAL BRANCO	52
2.4 A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA BRANCA: AS BRANQUITUDES	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
3.1 A CARACTERIZAÇÃO BIBLIOMÉTRICA DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL	76
3.2 AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	77
3.3 A CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS	84
4 RESULTADOS DA PESQUISA	87
4.1 “COISA DE PRETO NÃO É DE GENTE SOFISTICADA”: A DUALIDADE DO PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS BRANQUITUDES COM O NEGRO	88
4.2 BRANQUITUDE COMO LUGAR, O OUTRO COMO OBJETO	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
6 REFERENCIAS	121
7 APÊNDICES	127
7.1 APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	127
7.2 APÊNDICE II - TABELA BIBLIOMÉTRICA	128

1 INTRODUÇÃO

No período colonial e pós-colonial ainda em regime escravocrata no Brasil (1500-1888), valorizados unicamente como complementos na mão de obra, os corpos negros viviam em um processo de colonização, vigilância e controle (MUNANGA, 2004). Kilomba (2019) nos chama atenção para o processo de colonização de uma parte em específico, a boca do negro (a). Tal órgão, segundo a referida autora, também precisaria ser controlado. Para tal controle a máscara de flandres ¹era utilizada. Ela servia tanto para impedir os escravizados de ingerirem alimentos ou bebidas enquanto estavam nas plantações, como também para manter um senso de mudez e pavor entre os colonizados (KILOMBA, 2019). Neste sentido, a boca do negro(a) era o que poderia enunciar verdades desagradáveis sobre o período de colonização (KILOMBA, 2019).

Por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teme ouvir? A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas”. Por assim dizer, esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o”. Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis desta história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta: “não saber...”, “não entender ...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não estar convencido...”. Essas são expressões desse processo de repressão, no qual o sujeito resiste tornando consciente a informação inconsciente, ou seja, alguém quer fazer (e manter) o conhecido, desconhecido. [...] Falar torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida (KILOMBA, 2019, p. 42).

¹ A Máscara de Flandres era uma espécie de máscara, fabricada com folha de flandres e composta por uma chapa de aço laminada. Ela era usada no período da escravidão no Brasil, para prender, transportar, maltratar ou sujeitar os escravizados. Tal utensílio era trancado com um cadeado atrás da cabeça do escravizado, possuindo orifícios para os olhos e nariz, mas impedindo totalmente o acesso à boca. Tal máscara fazia parte do patrimônio das fazendas e das grandes casas no período escravocrata (KILOMBA, 2019).

No Brasil contemporâneo, esse medo branco de ouvir e de refletir sobre si no que se refere a temática das relações raciais é percebido nas publicações acadêmicas referentes a formação racial do povo brasileiro (SCHUCMAN, 2014). Tais publicações, em sua maioria, ao abordar discussões sobre raça, enfatizam grupos sociais que historicamente são considerados como racializados, como negros e indígenas (SCHUCMAN, 2014). Schucman (2014), ainda analisando tais pesquisas, também observou que por muito tempo quase não era evidenciado sobre os sujeitos ligados aos privilégios dentro das relações raciais. Neste sentido, a autora adverte a pouca quantidade de estudos realizados com o intuito de descrever e compreender o processo constitutivo do próprio sujeito branco como pessoa racializada (SCHUCMAN, 2014).

Tal cenário também é percebido nas publicações da área da administração, pois tanto o processo constitutivo do sujeito branco como pessoa racializada, quanto o próprio conceito de raça são discussões pouco abordadas na área (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020; COSTA; FERREIRA, 2006). Essa lacuna teórica ocorre, segundo Alves (2010), porque nosso olhar, por muito tempo, tornou-se treinado, quando o assunto se refere as relações raciais, a se atentar a discussões acerca da subalternização da negritude e não à demarcação de privilégios que a branquitude dispõe. Já Kilomba (2019) afirma que os principais responsáveis por tal lacuna teórica recai sobre quem tem o poder de validar o que é científico no meio acadêmico. “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente [...] representadas por pessoas brancas que ironicamente tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2019, p. 51).

No entanto, no Brasil, ainda que não sejam numerosos, aos poucos, estudos que apresentam a análise da branquitude como principal foco de estudo vem surgindo. Como exemplo, podemos citar os estudos da psicóloga Lia Vainer Schucman (2012), a psicóloga social Maria Aparecida Silva Bento (2002), e o historiador e sociólogo Lourenço Cardoso (2008).

Para Schucman (2014, p. 84), tal identidade racial é como um lugar em que “sujeitos que ocupam esta posição são sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. Por conseguinte, para compreendermos a branquitude, segundo a autora, seria relevante apreendermos sobre como são construídas as estruturas de poder que servem como pilares para as desigualdades raciais em nossa sociedade (SCHUCMAN, 2014).

Já para Bento (2002), a branquitude é um lugar de privilégio racial mantido por amplos e complexos processos de autoproteção. Bento (2002) aponta para a existência de um pacto narcísico (amor a si mesmo) entre os brancos na sociedade brasileira. É por meio deste pacto que são protegidas vantagens raciais da branquitude e, por conseguinte são mantidas as hierarquias e desigualdades raciais (BENTO, 2002). Para Cardoso (2008), a branquitude ocupa um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, isto é, materiais concretos e perceptíveis que auxiliam para constituição social e reprodução do racismo. Para o autor a identidade racial branca não deve ser considerada uma constituição identitária homogênea e estática porque varia no decorrer do tempo, daí decorre sua hipótese de que há uma branquitude crítica e outra branquitude acrítica (CARDOSO, 2017).

A princípio, segundo Cardoso (2017), a branquitude crítica seria o indivíduo ou grupo social branco que condenam publicamente o racismo e a branquitude acrítica o fenômeno individual ou coletivo que atestam o argumento em prol da superioridade racial branca (CARDOSO, 2017). Todos os autores e todas as autoras citadas discorrem sobre o privilégio de produção e reprodução de sistemas complexos de imagens positivas e hegemônicas associadas à branquitude no meio acadêmico e intelectual. Neste sentido, em nosso estudo passaremos a compreender o privilégio racial como cerne da branquitude.

Com isto, se faz necessário entendermos o conceito de raça, pois este entendimento nos possibilita enxergar a manutenção de tais privilégios que produzem diversos tipos de silenciamentos a grupos historicamente marginalizados. De acordo com Hall (2001, p.62), “raça é um construto social, criado em torno das diferenças em termos de características físicas, corporais e fenotípicas”, como cor da pele, textura do cabelo, características estas que permeiam grupos raciais distintos. Portanto,

[...] o conceito de raça pode nos remeter a diversas dimensões como a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão, o racismo, a luta política pela afirmação da identidade negra e as imagens construídas e mantidas sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 174).

Almeida (2018) afirma que o racismo é caracterizado por “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (2018, p. 25). Sendo assim, ao falarmos sobre

raça e racismo é importante discutir questões relacionadas a como grupos historicamente privilegiados podem se beneficiar em termos materiais e simbólicos do racismo (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020). No caso, brasileiro, conforme discute Schucman (2012), ocorre que a população branca, historicamente, enquanto grupo social, tem sido beneficiada dessa estrutura racista, não se pensa como um grupo social racializado.

Quando pesquisas posicionam apenas a negritude como “problema central” nas discussões dentro da temática racial e ao mesmo tempo não trazem ao centro do debate a branquitude, sujeitos autodeclarados brancos passam a ser favorecidos na estrutura social racializada, sendo posicionadas no centro como a norma humana (SCHUCMAN, 2014). Com isto, a produção de desigualdades raciais passa a ser formada, assegurando aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso seja visto como privilégio de raça (SCHUCMAN, 2014). Vale ressaltar aqui, que o intuito desse estudo é ampliar o debate das relações raciais. Isso significa que devemos abordar sobre temáticas relacionadas a população negra, tanto nos espaços sociais quando organizacionais, no entanto esses mesmos estudos, principalmente aqueles que forem escritos por pesquisadoras e pesquisadores brancos abordem a branquitude também.

Neste sentido, a concepção de sujeitos brancos não serem vistos e nem se enxergarem racializados em nossa sociedade, deve ser suplantada, afinal se estamos discutindo sobre a configuração de relações sociais, observada a partir da ótica racial, necessariamente, todos os sujeitos que constituem essas relações devem ser nomeados em tais debates (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020).

Para tanto, observando que nos estudos organizacionais o tema raça ainda é pouco discutido (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020), área de posicionamento dessa dissertação, e a ausência de trabalhos nos anais de eventos da Associação Nacional dos Programa de Pós-graduação em Administração [ANPAD] com foco de análise voltado a branquitude, propomos, nesta pesquisa, reverter a visibilidade racial dada ao negro como objeto de análise em estudos da área, apresentando a constituição social da branquitude como foco da nossa problemática e as pessoas negras ocupando o lugar de produtoras de conhecimento na área científica de Administração.

É partir dessa lacuna de estudos na área de administração que esta pesquisa se inseriu. (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020). Para o desenvolvimento dessa proposição de discussões, o problema de pesquisa aqui apresentando é: **Como os elementos de constituição identitária branca (branquitude) influenciam pesquisadoras e**

pesquisadores brancos na escolha de seus respectivos objetos de estudo dentro da temática de relações raciais na área de administração?

Para o desenvolvimento desse questionamento, a pesquisa foi realizada, tendo como o objeto de análise as branquitudes (CARDOSO, 2014), o lugar de análise escolhido para a realização da pesquisa foi o campo de estudos em administração. Escolhemos o campo de estudos em Administração como lócus desta pesquisa, pois além de ser nossa área de atuação, é um campo que estão presentes as relações humanas (CONCEIÇÃO, 2009). No entanto, o campo da Administração, além de suas subáreas de pesquisa por muito tempo não se atentaram à influência da raça no contexto organizacional (CONCEIÇÃO, 2009).

O resultado da falta de pesquisas realizadas no sentido de compreender como raça e administração se articulam, é percebido na naturalização de discursos e práticas segregatórias no país. No âmbito organizacional, de forma velada ou explícita, o negro está propenso a ser alocado em posições de menor prestígio em se tratando de relações de trabalho, enquanto ao sujeito branco lhe é assegurado posições mais altas nas hierarquias organizacionais (BENTO, 2002; GOUVÊA, 2019).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] apontam que, embora representem maior parcela da população ocupada, pretos e pardos ocupam somente 29,9% dos cargos gerenciais (IBGE, 2020). O relatório enfatiza o caráter histórico e estrutural da desigualdade racial nas relações de trabalho brasileiras, ao afirmar que “ao longo da série histórica e regionalmente, a população branca obtém vantagem também no tocante aos rendimentos do trabalho” (IBGE, 2020, p. 3). Em conclusão semelhante, em sua publicação resultado da análise de 20 anos do mercado de trabalho brasileiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] resume que “a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos” (IPEA, 2020, p. 2). Essa hierarquização se reflete, por exemplo, em maiores taxas de desemprego entre negros, também segundo a publicação do IPEA. No mesmo sentido, uma pesquisa do Instituto Ethos (2020) aponta que não brancos compunham apenas 4,9% das posições dos Conselhos de Administração e 4,7% dos cargos executivos nas 500 maiores empresas em 2015, destacando a influência da raça no contexto organizacional (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020, p. 2).

Mesmo reconhecendo que, desde 1990, pesquisadoras e pesquisadores da área estão apresentando interesse sobre discussões acerca das relações raciais em Administração, estes estudos ainda, em sua maioria, vêm se atentando a discussões acerca de posições racialmente marcadas e delimitados em relação apenas ao negro, deixando o branco e a branquitude como tópicos de análises ausentes (BENTO, 2002; GOUVÊA, 2019). Portanto, propomos este estudo por considerar ser fundamental que sejam discutidas no campo da Administração, além da posição de subalternidade conferida ao negro, tanto dentro do ambiente organizacional quanto social, como também, a posição hierarquicamente privilegiada acessada pelo branco proveniente da branquitude.

Partindo do princípio que a raça é uma categoria estruturante em nossa sociedade (HALL, 2001), a branquitude um lugar de privilégios simbólicos (CARDOSO, 2008), tema pouco explorado no contexto dos Estudos Organizacionais e da Administração, no que tange sobre relações raciais (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020), e a visibilidade dada ao negro como objeto de análise em estudos que abordem a temática racial na área, o objetivo geral deste estudo foi **compreender como os processos de construções identitárias brancas (branquitudes) das pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos influenciam a escolha das relações raciais como seu objeto de estudo na área de administração**, os objetivos específicos foram:

- a) Caracterizar bibliometricamente o campo de estudos sobre as relações raciais na área de Administração no Brasil;
- b) Identificar pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos sobre a temática das relações raciais na área de Administração no Brasil;
- c) Identificar os elementos que pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos utilizam para as construções de suas constituições identitárias brancas (Branquitudes);
- d) Discutir como esses elementos identitários brancos (branquitudes) influenciaram a escolha da temática racial como objeto de estudo em suas trajetórias de pesquisa.

Para alcançar os objetivos deste estudo realizamos a pesquisa em duas fases. Inicialmente, utilizamos o aporte metodológico a bibliometria (ZHU, 1999) que nos auxiliou

na identificação dos nossos sujeitos de pesquisas que tem pesquisado e publicado trabalhos sobre a temática racial nos periódicos eletrônicos indexados na base SPELL e nos anais de evento da ANPAD. Escolhemos tal caminho metodológico, pois, a bibliometria consiste em um levantamento de todos os dados possíveis de produções científicas de temáticas de estudos registrados em determinadas plataformas e periódicos eletrônicos o que nos permitirá não só identificar nossos sujeitos de pesquisa como também suas pesquisas, objeto de estudo, metodologia utilizada, assim como os resultados encontrados (ZHU, 1999).

Para a realização da bibliometria foram utilizados os termos: raça, racismo, relações raciais, negros, negritude, brancos, branquitude e suas variações plurais e singulares para a identificação dos artigos publicados na área, independente do ano, nos lócus anteriormente nominados. Após a identificação desses artigos, as variáveis utilizadas para a caracterização dessas produções serão aquelas disponíveis nas plataformas que foram base do estudo (APÊNDICE I): autoria, instituição de vínculo, tema de pesquisa, teoria utilizada, metodologia do estudo e resultados apresentados no artigo. Nessa primeira fase do estudo, foram identificados potenciais sujeitos para a participação da segunda fase da pesquisa que foi caracterizada pela realização de entrevistas em profundidade (APÊNDICE II) com esse grupo social.

Os critérios para participação nas entrevistas foram: a) se reconhecer como pessoa branca; b) ter publicado pelo menos um artigo nas bases de dados pesquisadas; c) ter vínculo com instituição de ensino, pesquisa ou movimentos sociais brasileiros. Ao total foram identificados vinte e sete pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos que se enquadravam como potenciais sujeitos de pesquisa. Dentre estes vinte e sete sujeitos entrei em contato apenas com aqueles que se encontravam entre as posições de primeiro autor/autora e segundo autor/autora das pesquisas identificadas na primeira fase metodológica. Foram enviados onze convites, sendo sete deles respondidos. Das sete respostas recebidas, quatro foram de aceite. Com isto, foram entrevistas quatro pessoas, três mulheres e um homem.

Após essa identificação e seleção de participantes, elas e ele foram entrevistadas com auxílio do aplicativo Google Meets, sendo gravadas em formato de áudio. O conjunto de narrativas foi analisado de forma interpretativa, através da utilização do método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2004).

O método hermenêutico-dialético para a análise de dados se apresentou como melhor opção, pois, segundo Minayo (2004) tal técnica tem como foco os sentidos das falas dos sujeitos, levando sempre em consideração o contexto histórico onde e pelo qual foram produzidas. Neste sentido, o método hermenêutico-dialético pode ser descrito como técnica

que vai além de um mecanicismo metodológico não reflexivo (CARDOSO; SANTOS, ALLOUFA, 2015).

A utilização do método hermenêutico-dialético auxiliou na constituição do corpus principal de texto elaborado a partir dos recortes das entrevistas, podendo assim dar início ao processo de categorização (MINAYO, 2004). Gomes (2002 p.70) explica que “a palavra categoria, se refere a um conceito que abrange elementos com características comuns ou que se relacionam entre si”. Neste sentido, trabalhar com categorias significa “agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (GOMES, 2002).

A realização desta pesquisa, no campo teórico, é justificada pelo fato de que abordar sobre os privilégios advindos da branquitude apresenta-nos a possibilidade de preencher uma lacuna existente nos estudos sobre relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar o lugar de norma racial dado ao branco, por este não ser visto e nem se enxergar como um grupo social racializado. Esta pesquisa visa contribuir para a área de Administração, especialmente de Estudos Organizacionais, com o intuito de ampliar os debates sobre relações raciais, fornecendo, dessa forma um maior refinamento teórico sobre raça e branquitude, visto a singularidade do estudo proposto. Além disso, no campo empírico, este trabalho tem sua relevância por proporcionar aos próprios participantes do estudo, tanto o pesquisador, quanto os sujeitos de pesquisa, reflexões sobre a influência da branquitude nas relações sociais brasileiras e novas potencialidades de investigações na área.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, ou capítulos, além dessa introdução. No próximo capítulo são expostos os principais aspectos teóricos a partir da revisão de literatura de estudos sobre raça e branquitude em estudos organizacionais, bem como sobre os pensamentos eugenista e como ele se constituiu no Brasil a partir da ideologia do branqueamento, destacando como o mito da democracia racial brasileira pautou a tentativa de universalização do ideal branco no país e investigações sobre as branquitudes. O terceiro capítulo é demonstrado de forma detalhada os procedimentos metodológicos que foram empregados na pesquisa. O quarto capítulo está destinado ao debate e análise dos resultados. Os principais resultados encontrados foram: os estudos dentro da temática racial na área de administração são caracterizados por apresentarem apenas o negro como objeto de desejo no campo de estudos de relações raciais e por não problematizarem a branquitude; as publicações relacionadas a temática de relações raciais citadas na plataforma Lattes dos onze pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas não são considerados tema de interesse central desses pesquisadores e devido ao fato do branco não ser visto e também não se enxergar como sujeito racializado ele assume uma postura omissa perante os problemas sociais enfrentados

pelos demais grupos sociais racializados no país, se isentando de se responsabilizar dos privilégios adquiridos ao longo da vida devido a branquitude. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais juntamente com as possibilidades de estudos que podem ser pensadas diante das discussões que foram construídas ao longo deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista o objetivo proposto para este estudo, nessa seção abordaremos os principais delineamentos teóricos que nortearam a nossa pesquisa. Para tanto, iniciamos realizando uma discussão sobre raça e branquitude em estudos organizacionais. Logo em seguida, discutimos sobre o pensamento eugenista e como ele se constituiu no Brasil a partir da ideologia do branqueamento. Na terceira parte destacamos como o mito da democracia racial brasileira pautou a tentativa de universalização do ideal branco no país e por fim, realizamos uma breve investigação sobre as branquitudes.

2.1 RAÇA, BRANQUITUDE E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Os estudos sobre raça no campo da administração, por muito tempo, foram considerados incipientes (CONCEIÇÃO, 2016), se comparado a outras áreas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, como História ou Antropologia. Na área da Administração, com ênfase em estudos organizacionais, mesmo sendo considerado um debate novo, conforme destacam Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015) e Rosa (2014), ao longo do tempo, pesquisadoras e pesquisadores vem demonstrando interesse sobre o tema. (TEIXEIRA; OLIVEIRA; CARREIRI, 2020; CONCEIÇÃO, 2009; BENTO, 2002).

Ainda dentro deste contexto, os estudos na área que abordassem tal temática privilegiavam discussões sobre classificação racial (ROSA, 2014), existência de discriminação (CONCEIÇÃO, 2009), preconceito e desigualdades sociais entre negros e brancos (COSTA; FERREIRA, 2006). No entanto, Maria Aparecida da Silva Bento, no ano de 2002, publica sua tese de doutorado, e em 2016, publica o livro *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude² e branqueamento no Brasil*. Em ambos os trabalhos, a psicóloga social trata da formação de privilégios em determinados espaços organizacionais, os

² O termo branquitude, no Brasil é encontrado, inicialmente, nos escritos de Guerreiro Ramos (1957) e Gilberto Freyre (1973), ambos serão tratados neste estudo.

quais sempre beneficiavam os brancos, seja nos aspectos de vida social ou no âmbito do trabalho. Consequentemente, a branquitude, para Bento (2002) é descrita como um lugar de privilégio racial, mantido por amplos e complexos processos de autoproteção. A partir daí, o privilégio associado a branquitude passou a ser objeto de análise dentro das relações raciais nas organizações. É importante frisar que o desenvolvimento da temática sobre a branquitude e seus privilégios neste período, corresponde ao território brasileiro, pois nos EUA, por exemplo, este assunto já vinha sendo abordado em pesquisas (CARDOSO, 2017). No Brasil, é o estudo de Guerreiro Ramos (1954) o estudo precursor sobre esses debates.

De início, os estudos sobre os privilégios da branquitude, dentro das relações raciais, no Brasil, não recebeu muita ênfase, como aponta Alves (2010). Isto porque, muitos trabalhos realizados apresentavam discussões sobre branco, no entanto de forma secundária nas pesquisas. Isto pode ser respondido, ao compreendermos que, o nosso olhar, muita das vezes tornou-se treinado, quando o assunto se refere as relações raciais, a se atentar a discussões acerca da subalternidade ligada a negritude, e não a demarcação de privilégios que a branquitude oferece.

No entanto, este cenário vem sendo transformado no Brasil. Aos poucos, alguns estudos estão colocando a branquitude em evidência, tornando-a como principal foco de suas pesquisas, (SANTIAGO, 2019; SCHUCMAN, 2012; ALVES, 2010; CARDOSO, 2008; OLIVEIRA, 2007; SOVIK, 2004; BENTO, 2002; PIZA, 2002; BENTO, 2002; ROSSATO E GESSER, 2001; PIZA, 2000)

Como exemplo, podemos citar a relevância das discussões realizadas nos estudos de Bento (2002), que já teve fragmentos de seus estudos citados nesta pesquisa, e Schucman (2012). Estes estudos discutem a necessidade de deslocamento da centralidade dos debates sobre raça da negritude para, também, se discutir sobre branquitude. Isso porque, afirmam as referidas autoras, o processo de exclusão racial ocorre, pois também há grupos sociais que estruturalmente têm sido privilegiados em relação a esse processo.

Schucman (2012) afirma em sua tese que a branquitude é uma construção sócio-histórica. Para a autora, a branquitude é produzida, essencialmente, em sociedades que possuem o racismo como elemento estruturante. A partir disto, sujeitos identificados como brancos, são beneficiados por privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. Tais privilégios resultam em vantagens sociais que só podem se manter por meio da propagação da branquitude como ideologia e como campo hegemônico (SCHUCMAN, 2012).

Bento (2002) aponta para a existência de um pacto narcísico da branquitude. Tal pacto está presente, tanto no âmbito organizacional como na sociedade de modo geral. Ele se caracteriza por alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaços de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social (BENTO, 2002).

Nesse estudo, apresentaremos, posteriormente, uma seção teórica somente com a discussão desses conceitos. Por ora, os apresentamos como sendo, também, um campo de possibilidade de discussão sobre raça que os Estudos Organizacionais podem e devem desenvolver e que será o nosso espaço de discussão.

Esta pesquisa, assim como os estudos já apontados aqui, se propõe a reverter a centralidade do assunto em relação a temática racial, apresentando a construção social da branquitude como foco da nossa problemática. No entanto, partimos do princípio que se faz necessário falar também sobre a negritude, pois, assim como aponta Ware (2004), não podemos pensar as noções de branquitude ou negritude de maneira isoladas pois, eles se entrelaçam e se tornam referenciais discursivos mútuos.

Em relação a branquitude, segundo Schucman (2012), o grupo que se beneficia por meio deste termo, é tratado de forma discursiva não racializada, o que permite que estes sujeitos sejam colocados em posições hierarquicamente privilegiadas em relações estabelecidas com grupos já racializados. Desta forma, nota-se que nos espaços organizacionais, enquanto os negros constituem um grupo socialmente marginalizado tanto do ponto de vista econômico, quanto dos maiores níveis hierárquicos das organizações, independente do setor de atuação, o branco apresenta uma posição distinta a esta realidade (CONCEIÇÃO, 2009).

Os poucos debates acerca dos privilégios da branquitude, dentro das discussões sobre raça em administração com ênfase em estudos organizacionais pode estar relacionada a questões como: quem tem lugar de fala? Lugar/posição de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo (RIBEIRO, 2017). De acordo com Ribeiro (2017), é um conceito que parte da perspectiva de que algumas visões de mundo e experiências coletivas de determinados grupos são pouco evidenciadas e desigualmente discutidas.

Ribeiro (2017, p.14) destaca que quando discutimos o conceito de lugar de fala “não estamos falando de individualidades necessariamente, mas de condições que são estabelecidas com o intuito de obstruir o acesso de grupos em determinados espaços, impossibilitando a promoção de debates em relação a questões sociais”. Trata-se de uma análise a partir da

localização dos grupos nas relações de poder, levando em conta os marcadores sociais de raça, gênero, classe, geração e sexualidade como elementos dentro de construções múltiplas na estrutura social (RIBEIRO, 2017). Portanto, o conceito parte das múltiplas condições que resultam as desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados, assim como de privilégios.

A contribuição de estudos como este encontra-se no desejo de romper com a história única construída e reproduzida por uma epistemologia hegemônica que, muitas vezes, acaba não legitimando os diversos saberes provenientes de diferentes racionalidades (KILOMBA, 2019). Por isso, discutir a temática racial nesse campo se torna relevante do ponto de vista teórico, assim como político dessa área da ciência.

Este estudo tem a intenção de discutir o tema raça, com o objetivo de ampliar esse debate na área de Administração em estudos organizacionais, voltando a atenção, tanto do pesquisador quanto do leitor, para os privilégios em relação a branquitude. Isso se faz necessário porque, por muito tempo o termo raça tem proporcionado discussões em torno de seus significados, e, em sua maioria, como tema principal de discussão a subalternidade social ligada a negritude.

Explicada a necessidade de tratarmos em nossos futuros estudos na área de estudos organizacionais sobre os privilégios da branquitude dentro das relações raciais, precisamos agora, retomar alguns debates em nossa área acerca das relações raciais e raça.

Tratando sobre relações raciais em administração, um estudo apresentado no IV Congresso de Estudos Organizacionais pelas autoras Costa e Ferreira (2006) evidenciou que as pesquisas brasileiras em Administração (Estudos organizacionais), no início dos anos 2000, apresentavam uma lacuna no que se referia aos estudos sobre as minorias³ no contexto organizacional.

A pesquisa de caráter descritivo e exploratório, realizou um levantamento entre as principais publicações nacionais na área, entre 1995 e 2004. O principal objetivo do trabalho foi mapear a presença dos afro-descendentes⁴, das pessoas com deficiência, das mulheres e das pessoas com diferentes orientações sexuais, no contexto dos estudos administrativos brasileiros. Sua contribuição estava relacionada com o apontar caminhos para futuras pesquisas, sobretudo do ponto de vista crítico.

³ O termo “minorias” que será abordado nesta dissertação se refere a grupos de pessoas que se encontram em situação de desvantagem social, cultural, política, racial, física, ou econômica dentro de uma sociedade.

⁴ Como as autoras utilizaram a palavra “afro-descendentes” preferimos mantê-la nesta parte do texto.

As autoras apresentaram que os temas relacionados a relações raciais em eventos da área de estudos organizacionais entre 1995 a 2004 permaneciam praticamente inexplorados. Na época, elas pesquisaram artigos publicados em revistas nacionais, especializadas em Administração, avaliadas como “A” pela Capes – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Governo Federal, no período de 1995 até 2004.

Foram pesquisadas as revistas RAC – Revista de Administração Contemporânea, RAE – Revista de Administração de Empresas, RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo, O&S - Organizações & Sociedade, e RAP – Revista de Administração Pública. Também foram consultados os anais do Enanpad (Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração) e do Eneo (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais). Como resultado, segundo Costa e Ferreira (2006), entre 1995 e 2004, nos principais periódicos de administração de empresas publicados no Brasil e nos anais do Enanpad e Eneo, foram encontrados quarenta e nove artigos sobre as temáticas diversidade e minorias, sendo destes apenas um voltado a temática racial.

No estudo foi proposta a criação de grupos acadêmicos multidisciplinares, que pudessem discutir metodologicamente pesquisas sobre a temática racial em administração, incentivando que espaços como congressos e eventos da área oferecessem visibilidades às publicações que possuíssem discussões acerca de temáticas raciais. Com o passar do tempo, publicações em administração com ênfase em estudos organizacionais que abordassem temáticas raciais começaram a ser mais frequentes em congressos e eventos, (COSTA, 2011; ROSA; ALCADIPANI; 2010; CONCEIÇÃO, 2009). mas, as discussões sobre o conceito raça em si, ainda eram muito incipientes (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Em 2016, no IX congresso de Estudos organizacionais o trabalho de Teixeira e Oliveira (2016) propôs abordar como tema principal de um estudo, reflexões acerca da importância de se discutir o conceito de raça enquanto categoria destituída de valor biológico. Teixeira e Oliveira (2016) apresentaram, com base em uma perspectiva pós-estruturalista, a relevância de não se silenciar o conceito de raça nas análises sociais visto que, do ponto de vista discursivo, tal conceito é um fenômeno social que ainda justifica segregação e desigualdades em nossa sociedade. Sendo assim, segundo Teixeira e Oliveira (2016) a não utilização do termo raça seria uma forma de silenciamento referente ao conjunto de produções sociais em que ele está envolvido.

As autoras salientam que ainda hoje o tema raça é pouco abordado em administração, apesar de ser constatado evidências empíricas que apontam a raça como uma categoria social estruturante em nossa sociedade (OLIVEIRA, 2020; ALMEIDA, 2018) poucos estudos

abordam na área a relevância de se pensar tal categoria no ambiente organizacional, o que nos faz refletir sobre a seguinte colocação: porque a omissão e silenciamento dessas discussões? Se são nas organizações que as diferenças, por exemplo a racial, se tornam tão evidentes (OLIVEIRA, 2020; GOUVÊA, 2017).

Esta omissão e silenciamento em torno dos debates do tema raça na área de estudos organizacionais, de acordo com Gouvêa (2017), pode estar ligada com maneira como as organizações ao longo do tempo foram abordadas e caracterizadas. “As organizações têm sido historicamente abordadas como entidades assépticas em que indivíduos convivem de forma funcional e neutra em prol de objetivos econômicos” (SARAIVA; IRIGARY, 2009 apud GOUVÊA, 2017, p. 919).

Nesse sentido, compreendemos que as diferenças nas organizações existem, no entanto, elas são mascaradas ou até mesmo suavizadas. Tais mecanismos de omissão estão presentes na sociedade brasileira ao passo que observamos como o debate sobre relações raciais vem sendo historicamente abordado no país. Como exemplo podemos citar “o discurso de Gilberto Freyre sobre a convivência harmônica entre indígenas, negros e brancos no país. Tal discurso silenciava os mecanismos de reconhecimento e de debates sobre a segregação racial no Brasil” (CONCEIÇÃO, p. 33, 2009).

Isso significa que um dos motivos pelo qual desde a década de 1990 (NKOMO, 1992), pouco se avançou nos debates sobre o tema raça e suas implicações nas organizações é porque “as práticas sociais estabelecidas na sociedade como um todo privilegiam o silenciamento” (GOUVÊA, 2017, p. 921).

Ainda dentro do contexto de estudos organizacionais, alguns autores ao longo do tempo, ao abordar sobre a temática racial, optam por outros termos que se encontram disponíveis para a discussão racial, sendo o termo principal, etnia. A etnia, segundo Teixeira e Oliveira (2016), pode ser considerado um conceito alternativo em se tratando da categoria raça, isto porque, quando falamos de etnia, falamos também da noção de raça. “No entanto, o termo etnia é mais abrangente, trazendo outros aspectos não necessariamente invocados quando falamos da noção de raça” (TEXEIRA, OLIVEIRA; 2016, p. 12).

Segundo Conceição (2009), o termo etnia varia em seu significado, podendo, por meio de sua utilização, focar em diversas características de um determinado grupo social, principalmente em relação a características pertencentes ao campo cultural deste grupo. Sendo assim, como apontam Teixeira e Oliveira (2016), quando estamos falando em etnia, isoladamente, não significa, necessariamente, que estejamos tratando sobre raça. Como etnia diz respeito, também, a aspectos culturais de um povo, etnia não é o mesmo que raça, neste

sentido. Em suma, etnia contém raça, mas não somente (CONCEIÇÃO; 2009; TEIXEIRA, OLIVEIRA; 2016).

Por esse motivo, se o foco de determinada discussão é a noção de raça, falar em etnia pode trazer uma indeterminação a respeito do que queremos realmente discutir. Neste sentido, no campo científico, a substituição do conceito de raça por etnia pode não ser adequado. Entretanto, a mudança de termo não muda a realidade e nem destrói a relação de hierarquia presente nas sociedades onde o elemento fundamental dessa hierarquia é o racismo e, este se reformula baseado em qualquer conceito, não precisando nem mesmo de variante biológica (MUNANGA, 2003).

[...] o conceito de raça pode nos remeter a diversas dimensões como a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão, o racismo, a luta política pela afirmação da identidade negra e as imagens construídas e mantidas sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 174).

O termo raça, segundo Munanga (2006), inicialmente estava relacionado diretamente ao sentido biológico. Sua utilização, afirma o referido autor, estaria voltada ao auxílio para a classificação de animais que possuíssem origem em comum. Já em outro momento, o termo raça também passou a ser utilizado com o intuito de definir espaços sociais entre pessoas. (SCHWARCZ, 1993). Isto significa que a raça passou a atribuir um processo de diferenciação entre determinados grupos sociais. Esta diferenciação partia da ideia de dominação e foi associada, de acordo com Schwarcz (1993) a distribuição de hierarquias e papéis sociais.

Seguindo esta ideia de hierarquização entre grupos sociais distintos, exposto por Schwarcz (1993), Quijano (2005) aponta que o surgimento de tal fato se deu a partir do contato entre os invasores europeus e as populações americanas no século XVI. Segundo o autor, a hierarquização entre os povos se dava por meio de aspectos culturais e pelas diferenças fenotípicas, como cor da pele, textura dos cabelos, forma do nariz e da boca, por exemplo, (QUIJANO, 2005).

Segundo Oliveira (2017), através da utilização do termo raça, iniciava-se as relações baseadas na exploração do trabalho escravo e da dominação. Vale destacar também que foi neste período que se estabeleceu a categoria branco como identidade (OLIVEIRA, 2017). O próprio europeu se autodeclarou branco e estabeleceu a si mesmo o direito de classificar as demais populações, “atribuindo a elas características que fossem distintivas não apenas

fenotipicamente, mas também dos elementos constitutivos da cultura de cada grupo na perspectiva de afirmar e justificar seu papel como dominador” (OLIVEIRA, 2017, p. 42).

Foi a partir desta classificação por meio da raça que houve a ascensão do nazismo. Embasado na ideia de uma raça “pura”, este movimento foi responsável pelo extermínio de milhões de judeus. Além dos judeus, outras minorias como ciganos, homossexuais e negros. Sendo assim, inicialmente, os estudos sobre raça se constituíram no intuito da produção e garantia social de privilégios raciais, de um determinado grupo (OLIVEIRA, 2017).

No final do século XX quando os negros começaram ocupar espaço na esfera pública de maneira mais dialógica e institucionalizada, visto que antes desse período já havia organizações do movimento negro que também atuavam de maneira orgânica no Brasil, por meio da organização de movimentos sociais que o termo raça começa a ser usado com o intuito de rejeitar a ideia de raças superiores e inferiores, mas fazendo uso do termo para reconhecer a diferença nos grupos humanos, mesmo que sem conceber qualidades (MUNANGA; GOMES, 2006).

No uso desse termo, agora lhe é atribuído um sentido político como forma de sinalizar as situações extremamente desiguais entre brancos e não brancos (morenos, mulatos, pretos e pardos, indígenas, orientais, por exemplo), pois, como afirmam Munanga e Gomes (2006, p. 176) “a identificação de raças é na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico”.

Infelizmente, a ideia de raça como marcador biológico, assim como citado anteriormente, foi utilizada por um longo tempo para legitimar a superioridade das raças em detrimento de outras, ou seja, para algumas teorias eurocêntricas os não brancos estariam atrasados na “evolução da espécie” (MUNANGA; GOMES, 2006)

De acordo com Munanga (2003b), apesar de os estudiosos chegarem à conclusão que raça não é realidade biológica, mas um conceito, o que a caracterizou como cientificamente inoperante, a raça é utilizada para justificar e dividir a humanidade, pois é construída e sustentada em meio a relações sociais e politicamente sustentadas em traços físicos.

Os pesquisadores brasileiros na área das relações étnico-raciais utilizam com maior frequência o conceito de raça, não afirmando uma realidade biológica, mas explicando o racismo, uma vez que esse fenômeno ainda se baseia na crença da existência de raças que estariam dispostas hierarquicamente (MUNANGA; GOMES, 2006). O debate do conceito de raça é importante, ainda que não haja correspondência biológica, mas sim representações mentais, que parte de uma perspectiva social, atuam no imaginário coletivo de povos e

sociedades contemporâneas (MUNANGA; GOMES, 2006).

Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social e a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo. (HALL,2003, p. 69).

Esse conceito de raça apresentado por Hall (2003) é relevante, pois, para o referido autor, é necessária a desconstrução da perspectiva biológica desse termo destacando a produção social e política que esse conceito teve e tem ao longo dos anos para categorizar e organizar os sujeitos sociais a partir de uma perspectiva hierárquica. Com efeito, não falar em raça é silenciar processos político sociais que interferem na dinâmica das interações e consequentemente a dinâmica de uma sociedade inteira.

Nesse trabalho, então, adotaremos tal conceito de raça para as discussões da pesquisa, visto que representa um fenômeno social estruturante em nossa sociedade e que delimita de forma mais objetiva as posições sociais. Como já comentado, Hall (2001, p.62), aponta que a “raça é um construto social, criada em torno das diferenças em termos de características físicas, corporais e fenotípicas”, como cor da pele, textura do cabelo, características estas que permeiam grupos raciais distintos.

Esta influência, segundo Alves (2010), pode ocorrer de maneiras distintas, de certa forma antagônicas, dependendo da pertença racial que o indivíduo se encontre. Como exemplo, podemos citar alguns dados de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, que indicam que classificar-se como branco, em nossa sociedade, corresponde a usufruir de melhores condições de vida nos âmbitos econômicos, social e psicológico, enquanto os indicadores de pobreza e indigência evidenciam uma maioria negra⁵.

Outro apontamento que se faz necessário para o andamento desta pesquisa refere-se ao fato de que quando se fala em raça, de imediato o foco volta-se ao negro e não ao branco. Isto acontece porque a raça é uma categoria frequentemente sobreposta a pessoas “não brancas”. As pessoas brancas geralmente não são vistas nem nomeadas. Elas são colocadas no centro, como a norma humana (APPLE, 2001). Portanto, raça também tem sido utilizado como um

⁵ Revelado pelo IBGE em 2017, no Brasil 23,8% das pessoas são pobres, 14,5% dos brancos pertencem a este grupo, contra 36,3% dos negros.

conceito para escrutinar quem não está de acordo com a “normalidade”.

Vale destacar que, assim como afirma Schucman (2012), os sujeitos brancos não se veem como racializados. Portanto não se trata de dizer apenas que estes não vistos como racializados, mas também que não se enxergam como tal. Eles foram protagonistas na construção da ideia de raça e de branquitude como norma, e se beneficiam historicamente do pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002). O silêncio em torno destas questões contribui para que a branquitude seja vista e tratada como modelo de humanidade, já que apenas os não brancos são vistos como racializados, acarretando assim, a uma desvalorização daquilo que se difere racialmente da norma aceita socialmente.

Não existe posição que tenha mais poder do que aquela de ser ‘apenas’ humano. O direito ao poder é o direito a falar por toda a humanidade. Pessoas racializadas não podem fazê-lo – podem apenas falar pela sua raça. Mas pessoas não racializadas podem fazê-lo, porque elas não representam o interesse de uma raça. Atribuir aos brancos uma raça é deslocá-los/deslocar-nos da posição de poder, com todas suas desigualdades, opressão, privilégios e sofrimentos; deslocá-los/deslocar-nos é cortar pela raiz a autoridade com a qual eles falam e agem/nós falamos e agimos no mundo e sobre ele. (DYER, 1997, p. 1).

No entanto, mesmo o branco estando propenso a não ser racializado, o seu conceito também foi socialmente construído, mesmo que de forma distinta em relação ao negro. Esta construção social, segundo Ware (2004), possui como pilar o poder simbólico da branquitude. Esta formação, construiu um “[...] consenso inicial em que ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; que ser branco no Brasil é uma função social que carrega em si certa autoridade ou respeito, permitindo trânsito, eliminando barreiras” (SOVIK, 2004, p. 366). Percebe-se que estas diferenças racializadas presentes na construção do branco, possui um antagonismo de maneira discursiva em relação às características fenotípicas e culturais atribuídas aos negros.

Conforme aponta Quijano (2000) é a partir destas diferenças racializadas que se produziram e se reproduzem até hoje, identidades sociais que são capazes de “rotular” quem estaria propenso a uma posição superior ou inferior. É desta forma que o preconceito racial se instaura, se reinventa, se camufla, se transforma e sobrevive” (SANTOS; SCOPINHO, 2015, p. 179). Um dos autores que nos auxilia na compreensão sobre tal fenômeno em nossa

sociedade é o sociólogo Oracy Nogueira (2006).

Para o autor, o preconceito racial no Brasil em relação aos negros é diretamente proporcional às características negroides que são percebidas fisicamente, principalmente a cor da pele e tipo de cabelo. A esse tipo de preconceito à moda brasileira, Nogueira (2006) denomina de preconceito de marca. Esse preconceito é construído a partir de uma concepção de que as pessoas são racializadas, ou seja, pertencentes a uma raça. Para compreendermos melhor os estudos de Nogueira (2006) sobre este preconceito à moda brasileira, o autor Nogueira (2006) compara o preconceito racial brasileiro ao estadunidense.

O autor apresenta alguns pontos distintos entre o que seria um preconceito de marca brasileiro e um preconceito de origem estadunidense. Em se tratando do contexto brasileiro, o preconceito aqui estaria ligado, assim como já apresentamos, às características fenotípicas do negro, à aparência racial, o que possibilita que tal preconceito varie de acordo com as consideradas gradações de cores.

No entanto, no preconceito de marca, não são só as características fenotípicas que devem ser levadas em consideração, outros aspectos influenciam tal situação também, como por exemplo a posição social ocupada pelo indivíduo (ROSA, 2014). Já no caso estadunidense, o preconceito ocorre em virtude da ascendência do negro, de sua origem étnica, utilizando classificações genotípicas que independem da aparência ou do nível de mestiçagem (ROSA, 2014).

Assim como aponta Rosa (2014) em relação a diferença entre os tipos de preconceitos descritos por Oracy Nogueira, enquanto o preconceito brasileiro se apresenta mais flexível, nos EUA o panorama racial é diferente, tomando como característica predominante a exclusão incondicional de grupos que apresentem ascendência negra. Entretanto, é preciso destacar que essa diferença não significa que um contexto seja mais racista do que outro, mas que a manifestação do racismo ocorre de maneiras diferentes.

No Brasil, as relações de sociabilidade e até mesmo interpessoais em determinados espaços conseguem romper com mais facilidade as fronteiras da cor, porém nos Estados Unidos esse intercruzamento já se encontra circunscrito por alguns tabus e sanções (ROSA, 2014). No entanto, devido a esta flexibilidade, apontada por Rosa (2014) podemos afirmar a ausência de preconceito racial em solo brasileiro? Infelizmente não! Reflexões acerca deste questionamento são encontradas no estudo do antropólogo brasileiro Lívio Sansone.

No livro, “negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil”, Sansone (2003) discorre sobre as distinções cotidianas a indivíduos no Brasil, levando em consideração suas características fenotípicas, dando ênfase,

principalmente a cor da pele. O antropólogo defende que há no Brasil áreas duras, áreas moles e espaços negros. Nesta classificação as denominadas áreas duras são hegemonicamente brancas, ou seja, nestas áreas não há possibilidade de produção de um contínuo de cor.

Nesses casos, destaca Sansone (2003), há posições bem delimitadas para as pessoas que fazem parte destas áreas, que são os matrimônios, as relações com a polícia, e em geral a dimensão institucional da sociedade. Se enquadram também nestas áreas, espaços socialmente legitimados e que são responsáveis pelas possibilidades de mobilidade social como o mercado de trabalho (SANSONE, 2003).

Já nas áreas moles a situação muda. Estas áreas são descritas por Sansone (2003), como onde não há restrições em relação a circulação de pessoas com a cor de pele negra. Trata-se dos espaços no domínio do lazer como o futebol e o carnaval (enfatizamos que há controvérsias em relação a esse entendimento sobre esses espaços), nestes espaços não ser branco não é um obstáculo. Por fim, os espaços negros são locais onde ser negro e trazer elementos culturais negros são valorizados, a exemplo dos blocos afros a batucada, os terreiros de umbanda e candomblé, as rodas de pagode e de samba, os grupos carnavalescos, a capoeira, como exemplo (SANSONE, 2003). Lugares onde a cultura negra é a base das atividades que são desenvolvidas (ROSA, 2014).

Ainda em relação a cor, Teixeira e Oliveira (2016) apontam não estando mais ligada a uma concepção fenotípica, na verdade ela também passou a ser construída socialmente assumindo significados que perpassam o genótipo. Compreender esta construção social em torno da cor do indivíduo, segundo Teixeira e Oliveira (2016, p. 7) “é considerar a construção das percepções sociais acerca das diferenças relacionadas à cor da pele”.

Vale ressaltar, assim como frisa Barros (2014) que valorizar a diferença não significa exaltar a desigualdade. Diferença é um conceito cultural e desigualdade é um conceito ético, afirma o autor. Homens e mulheres brancos e negros, brasileiros e estrangeiros: somos todos diferentes, jamais deveríamos ser desiguais. Infelizmente ainda o somos (BARROS, 2014).

Quando trazemos ao centro do debate que reconhecemos que, a percepção das diferenças parte de um conceito cultural, ou seja, que foram socialmente construídas, não estamos negando a sua existência, pelo contrário, estamos evidenciando a necessidade de reconhecer o não silenciamento no que diz respeito à diversidade de grupos sociais. A problemática acerca deste assunto, segundo Teixeira e Oliveira (2016, p. 8) encontra-se na ideia de que a “construção social da desigualdade foi associada a diferença se apoiando em critérios como aspectos biológicos, omitindo assim, o caráter arbitrário das desigualdades que foram vinculadas a essas diferenças”.

Um exemplo simples que podemos citar referente a imposição da desigualdade à diferença na vida cotidiana é quando um indivíduo branco consegue acessar um determinado espaço, enquanto a entrada do negro estaria propensa a ser barrada, proibida ou vigiada neste mesmo local. Como exemplo, podemos citar o estudo de Nascimento, Oliveira, Teixeira, Carrieri (2014). Os autores ao discutirem as relações raciais no Brasil considerando a raça como uma construção discursiva e os shoppings centers como uma organização, observaram que tal espaço social se configurava como um espaço de segregação socioespacial. Este estudo compreendeu, os shopping centers, como espaços simbolicamente privados para determinados grupos sociais.

Segundo Barros (2014) são momentos como estes, em nossa vida cotidiana, no trabalho ou até mesmo no lazer que percebemos que a diferença de cor da pele é transformada, razão pela qual a tratativa entre sujeitos seja de maneira desigual. Exemplos como este citado acima, nos ilustram de que maneira, ao longo dos anos, as diferenças foram se transformando em desigualdades e, a partir disto, os sistemas de privilégios foram sendo demarcados. É a partir desta premissa, que conseguimos, compreender como o racismo no Brasil funciona.

Segundo Almeida (2018), o racismo é um elemento estruturante da sociedade brasileira, sendo ele, não apenas um ato ou um conjunto de atos e tampouco um fenômeno restrito às práticas institucionais. Segundo o autor o racismo é, sobretudo, um processo histórico, político, econômico e ideológico em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida.

O racismo, portanto, “é retratado como resultado da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2018, p. 40). Assim, nesta pesquisa iremos compreender o racismo como qualquer fenômeno que justifique as diferenças, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais ou simbólicas entre seres humanos baseados no conceito de raça (ALMEIDA, 2018; SCHUCMAN, 2012).

O racismo ganha força, sendo naturalizado em nossa sociedade por meio de falácias que apontam para a existência de desigualdades ligadas ao pertencimento racial entre sujeitos, ou seja, as desigualdades no Brasil, são observadas no fenótipo e aparência dos diferentes grupos sociais (BARROS, 2009).

A partir destas informações, conseguimos compreender, assim como Oliveira (2017) pontua que, o racismo, atualmente, auxilia no estabelecimento de uma hierarquia social entre grupos. Através do racismo, esta hierarquia social é definida apenas pela ideia de raça, ou

seja, “o termo racismo não corresponde a outras formas de discriminação⁶ ou preconceito, dadas outras diferenças, como gênero, opção sexual, etnia, nacionalidade, entre outros” (GUIMARÃES, 1995, p.36).

É preciso trazer a branquitude ao centro desta discussão também. Isso se faz necessário, porque, assim como aponta Kilomba (2019, apud, RIBEIRO, 2019, p. 35), “o racismo é uma problemática branca”. Ribeiro (2019) descreve que, foi por meio do processo de colonização que o termo, “o negro⁷” surgiu. O processo colonial serviu como um mecanismo de homogeneização dos povos negros que apresentavam etnias, culturas e idiomas distintos.

A pluralidade étnica e cultural negra foi sentenciada a ser descrita apenas como “o negro”. “Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao tratamento de seres humanos como mercadoria. Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele” (RIBEIRO, 2019, p. 36). Ribeiro (2019), pontua que sujeitos brancos não devem se sentir culpados por serem brancos, mas sim se responsabilizarem. A autora sugere que, “o primeiro passo na luta antirracista é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo e o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar” (RIBEIRO, 2019, p.36).

O branco, ao reconhecer que precisa assumir a responsabilidade com a desconstrução do racismo, se auto educando, e apoiando lutas por uma educação antirracista, fará com que a justificativa “não sabia que isso era racismo” aos poucos seja inutilizável (RIBEIRO, 2019). Para uma melhor compreensão de, como desnaturalizar o racismo precisamos reconhecer seus mecanismos de funcionamento. O racismo não é especificamente único, existem algumas características que possibilitam a compreensão da existência de diferentes formas de racismo. Para Wiewiorka (2007), as principais justificativas que atestam a tipificação de tal fenômeno, são o biológico (racismo biológico), e o cultural (racismo cultural).

⁶ Vale destacar aqui, de forma sucinta, a diferença entre racismo, preconceito e discriminação. Segundo Almeida (2018), o preconceito pode ser descrito como uma construção e definição de conceito sobre certas pessoa ou grupos. Para o autor, o preconceito pode ser estabelecido por fatores históricos e sociais. Já o Racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p.25). E por fim, a discriminação pode ser descrita como um tratamento diferenciado em razão da raça.

⁷ O sujeito negro, uma ideia criada pelo homem branco, é uma projeção deste, que o nomeou como tal e determinou, pela violência física e simbólica, pelo controle da palavra e de sua enunciação, onde o negro deveria estar e como deveria existir (FANON, 2008 apud OLIVEIRA, 2017, p.43).

Segundo Schucman (2014), o racismo biológico contribui na elaboração de hierarquias sociais, baseando-se no conceito de raça. Este tipo de racismo leva em consideração o fenótipo do grupo, abarcando assim, os demais conjuntos de características físicas, como textura do cabelo, pele, nariz e outros. Já o racismo cultural, segundo a autora, não se baseia, apenas na raça, para justificar a hierarquia social, mas sim na ideia centrada na cultura. Isso significa que, quanto mais distintos ou inassimiláveis à cultura dominante, em se tratando de formas linguísticas, artefatos, ritos religiosos e modos de vida, mais estes grupos serão identificados como inferior.

Ainda sobre o racismo cultural, assim como já apontado, mesmo que sua justificativa esteja ligada a questões culturais, o racismo biológico encontra-se intrinsecamente presente. Fora isto, para Schucman (2012), o racismo cultural apresenta-se sempre articulado com discursos de pobreza, a falta de oportunidades no mercado de trabalho e da marginalização. Para a autora, ao passo que estes problemas estão sempre relacionados as minorias ditas como racializadas, torna-se um hábito, influenciando desta forma a naturalização de pensamento acerca da existência de grupos culturais e biológicos inferiores.

Além dos diferentes argumentos que sustentam o racismo, Wieviorka (2007) aponta que se pode distinguir o racismo também em sua forma de se manifestar. O autor, descreve a existência do racismo individual e do racismo institucional. O racismo individual é entendido, segundo Schucman (2012), como atitudes e ações individuais de discriminação raciais feitas nas práticas de relações interpessoais.

Já ao que se refere ao racismo institucional, Wieviorka (2007) afirma que, este se configura através de mecanismos de discriminação sobescrita dentro das instituições. Esta forma de racismo se manifesta por meio do estereótipo negativo aos traços somáticos negros. São por meio destes estereótipos que as instituições fundamentam o mecanismo de suspeição em relação ao negro nas ruas, nos transportes públicos, em lojas de departamento, bancos e supermercados (GUIMARÃES, 1995).

O racismo institucional também pode se manifestar por meio do Estado e das leis que, de forma indireta, promovem a exclusão ou o preconceito racial. Podemos tomar como exemplo as formas de abordagem arbitrárias de agentes policiais contra negros, que tendem a ser mais agressivas. Almeida (2018) aponta também para a existência de outra forma de manifestação de racismo. Esta forma, apontada pelo autor, é considerada ainda mais branda sendo para muitos, imperceptível. Esta forma de racismo, segundo o autor, é descrita como estrutural, pois não consiste em apenas um ato da vontade de um indivíduo, pois encontra-se embutido em nossos costumes enquanto sociedade, sejam hábitos, brincadeiras e até mesmo

falas. Nesse estudo, partimos desse pressuposto de Almeida (2018) de que o racismo é um fenômeno estrutural, em que pese que ele pode se manifestar em termos de práticas individuais e institucionais

Ao falarmos em jurisprudência, precisamos lembrar que, por meio da Lei nº 7.716/1989⁸, o racismo é considerado um crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena que vai de um a três anos de prisão, além de multa. No entanto, mesmo prescrito em lei, o racismo, infelizmente, ainda é comum no país, segundo Schucman (2012) este fenômeno encontra-se presente nas práticas sociais, nos discursos e atitudes diárias.

Sobre o racismo brasileiro, Munanga (2013) aponta que ele não é o pior, nem o melhor, mas ele possui as suas peculiaridades. Entre estas peculiaridades, o silêncio, o não dito é considerado uma das situações mais frequentes, o que corrobora para a dificuldade de brasileiros e brasileiras compreenderem se estão sendo vítimas de racismo ou não.

Esta especificidade do racismo brasileiro em ser velado e sutil, é advinda da ideia de democracia racial, ideologia que será tratada mais adiante. Tal ideia afirma que no “Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras” (RIBEIRO, 2019, p. 19).

Nós, brasileiros – dizia-nos um branco - temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social. Muitas respostas negativas explicam –se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. (BASTIDE; FERNANDES, 1959 *apud* RIBEIRO, 2019, p. 20).

A suposta “cordialidade” e “sutileza” do racismo brasileiro é abordada por Guimarães (1995). O autor explica alguns pontos acerca do seu funcionamento. Em primeiro lugar,

⁸ A Lei nº 7.716/1989 considera racismo um crime contra a coletividade e não contra uma pessoa específica. Tal ato é considerado crime quando realizado por meio da verbalização de uma ofensa ao coletivo, ou atos como recusar acesso a estabelecimentos comerciais ou elevador social de um prédio. É inafiançável e imprescritível. A pena vai de um a três anos de prisão, além de multa.

A injúria racial também está por lei, no entanto especificado no Código Penal – artigo 140, terceiro parágrafo. É quando uma ou mais vítimas são ofendidas pelo uso de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”. É um crime inafiançável, com pena de reclusão de um a três anos, também com multa.

Guimarães (1995) aponta que, assim como as desigualdades sociais foram associadas a diferença, legitimando o surgimento de ideias de raças superiores e inferiores, ao passar do tempo estas ideias foram transformadas e substituídas pela teoria de culturas superiores e culturas inferiores. Neste sentido, nega-se a existência da raça, contudo, permanecia a ideia “hierárquica entre a civilização branca europeia sobre as civilizações africanas e negras. A ideia de *cultura*, se transformou, então em uma noção fixa, estanque e estável quanto o conceito de raça biológico” (SCHUCMAN, 2012, p. 44).

Já o segundo o ponto, recai sobre a noção de cor e aparência física, algo que já mencionamos ao citarmos Oracy Nogueira (2006) acerca do preconceito a moda brasileira. Segundo Guimarães (1995), assim como no exemplo acima, a raça passa a ser substituída por outro elemento, neste caso, o elemento é a cor. No imaginário da população brasileira, a cor passa a substituir oficialmente as raças. Um discurso frequentemente utilizado que serve de respaldo a esta substituição, encontra-se nos escritos de Freyre (1962). Segundo o autor, devido às características de mestiçagem, era quase que impossível definir quem seria dito como negro no Brasil

No entanto, o pertencimento racial no Brasil se dá pelo fenótipo, neste sentido, mesmo os indivíduos apresentando uma cor de pele mais clara, ou traços negroides mais discretos, ele estaria propenso ao racismo cordial⁹ e demais formas de racismo aqui já citados. Dentro dessa lógica, ao negarmos a existência dos negros e negras, negamos a raça também, e quando o fazemos, permitimos que a ação do racismo, inserido nas atitudes permaneça sendo sutil, em alguns casos.

Outro ponto importante que o autor apresenta acerca das peculiaridades do racismo brasileiro é a ideia de que o preconceito no país era algo ligado à classe. Isso significava, que se houvesse a insinuação de algum tipo de discriminação de cor, esta não deveria ser interpretada como uma discriminação racial.

Tal pensamento era aceito, já que no Brasil a ideia de raças não era explicitamente mencionada em virtude da ideia de democracia racial. No entanto, assim como aponta Oliveira (2017), ao falarmos sobre classe, necessariamente também precisamos falar sobre raça. Isto só possível devido, a conceitualização do termo interseccionalidade, justamente por permitir:

⁹ Segundo Turra e Venturini (1996 *apud* LIMA; VALA, 2004), o racismo cordial é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (pretos e índios), que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial”.

Capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

No Brasil, novamente, devido a miscigenação o discurso predominante é a inexistência de raça. No entanto, mesmo que pareça repetitivo, ao negarmos a existência da raça significa negar o racismo, o que possibilita a ascensão do discurso igualitário, dito que somos todos iguais. Guimarães (1995) contrapondo a esta lógica, discute estudos que isolaram estatisticamente os fatores relacionados à classe (escolaridade, formação profissional etc.) e expuseram a existência de desigualdades que se mantém, que somente são explicadas quando se introduz o par branco e o não branco.

Logo podemos concluir por intermédio de estudos sobre o funcionamento dos tipos de discriminação racial no Brasil que, o racismo é uma problemática também da branquitude. Neste sentido, quando os sujeitos autodeclarados brancos não assumem a responsabilidade de desconstrução do racismo, naturalizando tal prática, acarreta, no cotidiano da população negra, a atualização e perpetuação discriminação racial no Brasil. Tais manobras que tendem a legitimar o processo de discriminação racial no Brasil, não são novas. Para compreendermos seus mecanismos de perpetuação, se faz necessário contextualizarmos assuntos como a democracia racial, ideologia de branqueamento e práticas eugenistas que ocorreram no país.

2.2 RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: DOS PENSAMENTOS EUGENISTA ÀS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA PARA O BRASIL

No início século XIX, pensamentos eugenistas, começavam a ganhar força e proporção em todo o mundo (SCHWARCZ, 1993). Estes pensamentos afirmavam a superioridade genética do homem branco europeu. Mais tarde alguns estudiosos viriam a denominar esta crença como “racismo científico” (OLIVEIRA, 2017). Essa ideologia chega mais precisamente ao Brasil com a institucionalização das ciências no País, o que ocorreu na segunda metade do século XIX (ROSA, 2014; SCHWARCZ, 1993).

Era por meio destas ideologias, segundo Bernd (1994), que se sustentava a ideia de que os negros eram inferiores biologicamente em relação aos brancos. Nesta época, grupos de pensadores distintos um do outro, mas que possuíam como base a ideia de inferioridade intelectual, genética e moral, acerca de indivíduos não brancos, começavam a surgir (BERND, 1994). Todas as suas ideias eram advindas dos pensamentos do racismo científico.

No início do século XX até a década de 1950, não existiam apenas resquícios de tal mentalidade no Brasil, como também houve a elaboração de práticas eugenistas que visavam reescrever o país com uma população totalmente branca em cem anos (SCHWARCZ, 1993). Como aponta Silva (2017), intelectuais e cientistas da época bebiam das ideias contidas no evolucionismo, do darwinismo e do positivismo. Estas mesmas pessoas continham a responsabilidade, “não apenas de explicar com coerência científica a realidade social do país, mas, também, de formular um plano de ação” em tempos de crise (GUALTIERI, 2003, p. 47). Dentre estes planos, podemos destacar, ainda que brevemente, o sanitarismo e a eugenia¹⁰.

A eugenia, segundo Souza (2012), mesmo estando historicamente ligada à política nazista alemã e às atrocidades que levaram ao holocausto, teve suas ideias centrais, preliminarmente criadas por intelectuais e cientistas ingleses e norte-americanos, pelo menos décadas antes deste momento histórico, podendo citar, Francis Galton, Karl Pearson, Charles Davenport e Madison Grant.

A aprovação popular europeia e estadunidense às ideias de eugenia cada vez mais se tornava visível. Contudo, sua comprovação só foi dita como certa depois da enorme audiência que recebeu durante o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres, em 1912, bem como nos congressos de 1921 e 1932, ambos realizados em Nova York (SOUZA, 2012; BLACK, 2003).

Para Black (2003), a maioria das ideias que foram escritas acerca da eugenia, além da própria propaganda que era feita mediante panfletos, artigos de jornais e revistas de grande circulação, foram divulgados principalmente nas décadas de 1910 e 1920. Tal movimento ganhou proporções ainda maiores, devido ao contexto de expansão de ideias acerca do racismo científico, do debate sobre imigração, da emergência dos estudos sobre “cruzamentos raciais” e da implantação das leis de esterilização eugênica (BLACK, 2003). Para autores como Souza (2012) e Black (2003), tal contexto possibilitou a criação de um modelo de eugenia estritamente baseado no racismo científico, cujos princípios apontavam a

¹⁰ De maneira geral, segundo, Souza (2012) a eugenia foi um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se frequentemente como um projeto biológico de regeneração racial.

miscigenação racial como a grande responsável pela suposta degeneração biológica e social que o mundo estaria propenso a viver.

Enquanto as ideias eugênicas pareciam ganhar o mundo, no Brasil, as ideias sanitaristas davam seus primeiros passos. Isto ocorreu na década de 1910, tendo início por meio de expedições científicas a diferentes regiões do território nacional (SOUZA, 2012). Para Souza (2012), foi por meio destas incursões, que começavam a surgir questionamentos acerca da origem dos problemas brasileiros, até então relacionadas ao clima e à formação racial do país.

Como aponta Silva (2017), era evidente para a maioria dos cientistas e viajantes qual era o cerne de toda falta de progresso civilizatório do país. Para eles, que estavam propensos a realizar expedições ao interior naquele período, a centralidade dos problemas da nação localizava-se no alto índice de doenças, na carência em relação a educação, à inadequada alimentação e ao descaso no qual determinada população estava submetida (SILVA, 2017).

Para Lima (1999 *apud* SOUZA, 2012, p. 5), também “neste período, começará a circular artigos publicados tanto na imprensa paulista quanto na imprensa carioca”. Esses artigos interpelavam assuntos acerca da debilidade sanitária e de saúde da qual grande parte da população do interior se encontrava. Segundo o autor, o médico e sanitarista Belisário Penna, considerado um dos principais líderes do movimento em prol do saneamento do Brasil, encabeçava as denúncias realizadas na época (SOUZA, 2012). Para ele, o cenário de fragilidade que a nação se encontrava não mudaria enquanto as autoridades públicas não executassem planos de ação para combater as endemias e epidemias que estaria devastando a população (SOUZA, 2012).

Tal movimento sanitarista surtiu seus efeitos. Sua repercussão foi ampla, abrangendo adeptos de áreas diversas. “Importantes intelectuais se converteram ao credo sanitarista como, médicos, políticos, intelectuais brasileiros, como Monteiro Lobato, Alberto Torres, Arthur Neiva, Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre” (HOCHMAN, 1998 *apud* SOUZA, 2012, p. 6).

Sobre os sanitaristas citados, muitos discursos e práticas realizadas naquela época, em prol do sanitarismo, são problemáticas. Uma fala que podemos citar para ilustrar esse fato da história, e, também, o cenário que se encontrava a saúde pública no Brasil é a afirmação de Monteiro Lobato: “o jeca não é assim, está assim” (LOBATO, 1918 *apud* SOUZA, 2012, p. 6).

Segundo Souza (2012), o excerto em destaque, proferido por Monteiro Lobato em 1918, se consagrou entre os brasileiros. Tal citação não era a única expressada pelo autor, que

apresentava caráter pejorativo, uma vez que em anos anteriores o próprio escritor paulista havia estigmatizado “o homem do interior como inferior e parasitário, um ser incapaz de progresso e civilização” (LOBATO, 1957 [1914] *apud* SOUZA, 2012, p. 6). Para Monteiro Lobato, os novos recursos produzidos pela ciência médica poderiam, agora, “curar as terríveis endemias que depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito” do homem do interior, transformando-o num ser eugênico e pronto para a civilização (SOUZA, 2012, p. 6).

Enquanto ideias sanitaristas repercutiam entre médicos, políticos e intelectuais brasileiros, propriamente dito, a eugenia começava a dar os seus primeiros passos na sociedade brasileira. Foi em 1910, segundo Silva (2017), que pensamentos eugênicos passam a ser introduzidos em solo brasileiro. Tais princípios introdutórios estavam presentes na tese de Alexandre Tepedino, orientado pelo médico Miguel Couto, apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914 (SILVA, 2017).

Para Tepedino, segundo Silva (2017), o Brasil, era considerado uma potencialidade em si, devido a sua natureza e geografia. O país englobava, em sua maioria, as principais exigências para a criação de uma grande civilização, porém, a falta de um “povo”, retratado por ele como, personagem e construtor da história nacional, dificultaria a concretização de tal projeto,

Tudo no Brazil é prodigiosamente bello. O brasileiro encontra em todo o ponto de vista motivo para um hymno de ufanía e orgulho. Os que nos visitam contemplam embevecidos a opulência de nossa flóra, a belleza de nossas costas e bahias. O Brazil com tamanhas riquezas, com incomparáveis dotes naturaes está destinado a representar na história da humanidade um papel saliente, se a isso cooperar um povo physica e mentalmente forte (TEPEDINO, 1914 *apud* SILVA, 2017, p.604).

Segundo Souza (2012), foi neste contexto sanitarista que a eugenia emergiu no Brasil. No entanto, neste período, a temática eugênica não surtiu interesse nos homens de ciência, jornalistas e estudiosos, afirma o referido autor. Foi só após 1917, que o eugenista, médico e farmacêutico Renato Kehl, conseguiu voltar os olhos de intelectuais e formadores de opiniões para a eugenia (SOUZA, 2012).

Responsável pela autoria de 27 livros, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), e editor do periódico Boletim de Eugenia, entre outras atividades, Renato Kehl, possuía como mentor, Francis Galton – o “criador da eugenia moderna” (SOUZA, 2012). O

médico atraiu a atenção da elite brasileira em um de seus trabalhos realizados em uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços (SOUZA, 2012). Tal trabalho também foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias (KEHL, 1933 *apud* SOUZA, 2012, p. 9).

Neste mesmo trabalho divulgado, o autor abordou sobre a hereditariedade como fundamento da ciência de Galton e sobre fatores disgênicos. O médico também afirma que “a eugenia é a religião nova que pode dirigir os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bella, mais moralizada, mais inteligente” (KEHL, 1923 *apud* SILVA, 2017, p. 603). Kehl encerra apresentando uma rogativa aos estudiosos. Neste apelo, era solicitado que os estudiosos se organizassem para auxiliar na divulgação e prática das ideias e preceitos eugênicos no país, para o crescimento progressivo da nacionalidade brasileira (KEHL, 1933 *apud* SOUZA, 2012).

Foi neste período, segundo Silva (2017) que a eugenia passou a conquistar médicos, sanitaristas e educadores, como também adeptos entre a elite brasileira que se diziam preocupados com a regeneração da imagem dos homens e mulheres do país. Para o autor, o discurso eugênico surgia em meio a um crescente ideal, por parte da elite nacional que correspondia a criar a imagem da nação a sua semelhança e realidade.

Neste sentido, Silva (2017) aponta, que tanto as ideias sanitaristas quanto as ideias eugênicas, passam a fundamentar os princípios da elite local que desejavam para o Brasil o progresso e o tão almejado processo civilizador. Acreditando que o poder de tal ciência reformularia uma nova ordem ao mundo, eles presumiam que enquanto a eugenia exerceria um papel significativo na formação da nacionalidade brasileira, o sanitarismo desempenharia uma função de mudança no contexto social, especialmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade (SILVA, 2017)

Segundo Souza (2012), a eugenia exposta por Renato Kehl, está dividida em dois momentos diferentes: o primeiro, até o final dos anos 1920, mais próximo do sanitarismo, também conhecido como eugenia positiva, e, do final dos anos 1920 em diante, quando Kehl postula uma eugenia negativa, intervencionista, até mesmo com propostas de esterilização¹¹ de disgênicos.

¹¹ Segundo Mota (2005), as medidas de esterilizações apresentadas como preventivas pela eugenia, tinha como alvo os grupos mais empobrecidos e miscigenados da população. O intuito de tal medida se constituía em dar a fim a reprodução dos indivíduos considerados “degenerados”.

A eugenia positiva, descrita por Souza (2012) é inspirada nas teorias lamarckistas de evolução das espécies. Segundo o autor, este tipo de eugenia defendia que a alteração de traços hereditários por meio de ações ambientais era possível, como higiene e educação, com destaque para a puericultura (SOUZA, 2012). Consequentemente, modificações no ambiente acarretariam remodelagens nas necessidades dos organismos, que, dessa forma, levariam a adaptações.

Segundo Souza (2012), no que se referiria a eugenia negativa, ela baseava-se em estudos acerca da genética. Neste período, as pesquisas realizadas pela eugenia apontavam que os genes seriam transmitidos por hereditariedade aos descendentes, o que não permitiria alterações hereditárias a partir de ações externas. Com isto, uma das propostas formuladas, segundo Souza (2012), consistia em propor a esterilização dos chamados “inferiores”, para impedir a propagação de uma raça impura.

Naquele momento então, o que estaria em pauta a ser defendido pelo plano de ação destes intelectuais, em solo brasileiro, correspondia as ideias advindas de movimentos eugenistas (SILVA, 2017). Tal movimento, segundo Silva (2017), possuía o intuito de purificação racial, em outras palavras, este processo era tido como reconstruir a imagem racial da população brasileira durante o devir das três primeiras décadas do século XX. A imagem racial do povo brasileiro estava sendo descrita por estes intelectuais e cientistas à sombra das ideias do conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) (SCHWARCZ, 1993). Segundo Gualtieri (2003) a partir de uma análise realizada na época, por eles, sobre o devir da nação, na segunda metade do século XIX, não apresentava um cenário otimista.

Para a autora, um dos principais elementos que auxiliaram para tal diagnóstico se encontrava na formação racial brasileira. Este resultado, para uma parte da elite brasileira era consequência da degeneração promovida pela miscigenação e pela presença indesejada do negro na constituição da população nacional, justamente devido a ideia em relação ao mestiço que, vale lembrar, era entendida como um impedimento civilizatório, afirma Gualtieri (2003). Para Gualtieri (2003) a “ascensão” das primeiras ideias eugenistas de caráter segregatório na época, se apoiou de forma significativa no ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, de 1853, que tinha como autor Gobineau. No artigo publicado no *Le Correspondant*, em 1873, intitulado “*L’émigration au Brésil*”, Gobineau chamava a atenção que a miscigenação levaria a destruição da população brasileira num período de 270 anos (GUALTIERI, 2003).

Tal ideia de segregação advinda do conde em relação à mistura de raças representava boa parte da imaginação da elite na época, o que não era uma novidade, considerando que, a miscigenação era algo pavoroso aos olhos europeus (SKIDMORE 2012, p.98 apud SILVA

2017, p.603).

Silva (2017, p. 603) nos chama a atenção para o fato de que, “questões raciais e até mesmo problematizações antropológicas em relação ao negro, não eram temas considerados relevantes às poucas instituições de saber do século XIX”. No entanto, este cenário acadêmico, no tocante ao negro, começa a mudar com o reconhecimento de pesquisas realizadas de forma metodológica e com preocupações inerentes à formação social do país (SILVA, 2017). A exemplo de autores que realizavam estudos com tal temática, naquele período, citamos Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (SILVA, 2017).

Sua perspectiva científicista, calcada no positivismo e no evolucionismo, apontava para a inferioridade do negro e para a hierarquia entre mestiços inferiores e superiores. [...] Nina deixa impressões nada otimistas em relação ao papel dos negros e mestiços na criminalidade do país. É conhecida sua proposta de construção de dois códigos penais no Brasil, um para brancos e outro para negros e mestiços, na obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894[...] A obra de Nina Rodrigues ilustra este contexto pós-abolição em que o negro e a figura do mestiço aparecem como problema antropológico efetivo. Sua visão fundada no darwinismo social e na antropologia criminal era sustentada, portanto, pela legitimidade do discurso científico, e sua postura sobre a inferioridade racial do povo brasileiro ecoava em autoridades importantes do Estado. (Silva, 2017, p.603)

A descrição acima, apresentada nos estudos de Nina Rodrigues, é apontada por Gualtieri (2003) como o modelo dogmático de racismo que representava o imaginário nacional, no início do século XX. Ao passar do tempo, alguns intelectuais e cientistas da elite brasileira passaram a tentar reconstruir uma nova narrativa sobre o Brasil em relação as questões raciais, afirma a autora.

Tal estratégia buscava apresentar a miscigenação a partir de outra perspectiva, o projeto de embranquecimento. Este projeto visava promover a construção de identidade populacional ligada a branquitude. Um novo plano de ação para o futuro da nação, começava a ser elaborado, como aponta De Luca (1999, p. 167-168), referente ao cenário dos anos 1910 e 1920:

[...] tanto à difusão e consagração de uma leitura positiva da mestiçagem, quanto à emergência de uma interpretação apoiada em princípios higiênicos e eugênicos. Se é certo que nem sempre tais mudanças implicaram o rompimento das fronteiras ou a negação completa das teorias raciais, pelo menos acabaram por relativizar o seu significado.

Enquanto o primeiro grupo de segregacionistas propagavam que a miscigenação entre as então consideradas três raças – brancos, negros e indígenas – seria negativa para o futuro do País; o outro grupo de intelectuais passava a defender a miscigenação, ainda dentro de uma perspectiva eugenista, como um meio, na qual as raças consideradas na época, inferiores (negros e indígenas) – desapareceriam no decorrer do tempo (CONCEIÇÃO, 2009). Neste sentido, “a miscigenação passou a ser percebida como uma possibilidade por alguns que, dentro de uma perspectiva eugenista, a percebiam como estratégia de branqueamento da população”. (SILVA, 2017, p.604).

A ideologia do branqueamento começa a se estabelecer no país, ao passo que o Brasil se inseria na sociedade de classes. Neste período, tanto a exaltação a cultura europeia, quanto o incentivo à imigração a países em que a população branca prevalecia, ganhavam cada vez mais força. (MUNANGA, 1999, p. 126). Estas estratégias da elite brasileira, na época, eram nutridas pelo desejo de “progredir”, assim como fez o país que tinham por referência, a “grande” potência dos arredores, os Estados Unidos da América (MUNANGA, 1999).

Dentro desse ideal de progresso, legitimado por jargões científicas e evolucionistas que procuravam explicar biologicamente as características dos homens, o trabalhador negro, segundo Cardoso (2008), passa a ser indesejado na sociedade de classes, pois carregava consigo o significado de atraso, dado seu passado colonial e escravocrata.

Essas ideias, consideradas científicas por terem sido produzidas pela antropologia, sociologia e pelas ciências europeias do século XIX, auxiliaram a propagação do denominado pensamento evolutivo social, na elite brasileira da época (CARDOSO, 2008). É sob essas teorias, sustentadas pela “ciência”, que vai sendo tecida a ideia de que a falta de progresso da nação brasileira estaria vinculada à população negra o que para a maioria das teorias racistas era sinônimo de atraso, de impureza e de degeneração (SANTOS, 1996). O Brasil, um país com um enorme contingente de pessoas negras e, essencialmente, mestiças, a ordem, portanto, seria branquear a população para se obter uma nação superior.

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada “e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1989, p.81).

Tomando um caminho diferente das ideias segregacionistas de autores como Nina Rodrigues aqui citado, alguns intelectuais como Silvio Romero, Oliveira Viana e João Batista Lacerda passaram a apregoar que, quanto mais misturas de raças ocorressem, mais próximo ao branqueamento a nação estaria, o que resultaria na diluição da raça negra no decorrer das gerações (SCHWARCZ, 1993). Nesta visão, diferente do que ocorria anteriormente, a miscigenação passa a ser vista como uma maneira de regenerar a raça

Segundo Schwarcz (1993), as principais diferenças entre os dois grupos eram basicamente entre aqueles que defendiam ser possível que a miscigenação no Brasil levaria à degeneração crescente e à impossibilidade de constituição de um povo brasileiro habilitado à “civilização”, como defendia Nina Rodrigues e outros intelectuais, considerados mais otimistas em relação à miscigenação no Brasil.

Para estes autores, tal processo era tido como regeneração racial. A crença sobre a regeneração racial se referia ao desaparecimento progressivo dos negros e mestiços de pele escura, tidos como inferiores, e ao branqueamento paulatino do conjunto da população. (SKIDMORE, 2012; SCHWARCZ, 1993; GUIMARÃES, 1995; MUNANGA, 2004). Segundo Cardoso (2008), os autores que eram a favor da regeneração racial por meio da miscigenação se apresentavam muito otimistas em relação à possibilidade de que a raça branca iria se sobrepôr no transcorrer das gerações. Uma famosa afirmação de Romero, na época nos confirma isto: “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (SOUZA, 2004, p. 20). Tal citação encontra-se na introdução da obra História da literatura brasileira, de 1888, indicando como a miscigenação norteava todo o seu pensamento e fundamentaria todas as suas obras posteriores (SOUZA, 2004).

Ainda que silenciado historicamente, como aponta Munanga (2004), o plano de ação eugenista de branqueamento da população, começou de uma falta de concordância na época quanto a seus efeitos e possibilidades, e aos poucos foi ganhando cada vez mais adeptos ao passo que se tornou predominante na elite nacional. De fato, para eles na época, de modo geral, o determinismo racial não era estrategicamente viável, considerando o ideal de progresso e evolução que orientava aquele contexto, pois “Uma visão redentora da miscigenação possibilitava um devir ao Brasil”. (SILVA, 2017, p. 604).

Tal futuro, em processo de planejamento apresentava como resultado, “um branqueamento por completo em solo brasileiro em 100 anos”, afirmação está feita por João Batista de Lacerda (BENTO, 2002, p.37). A superioridade do sangue branco era a evidência de que com o tempo e sucessivos cruzamentos a cor predominante do brasileiro seria branca (SILVA, 2017). Segundo Lacerda (1912, p. 94-95 apud SILVA, 2017, p. 605).

[...] provavelmente antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos de raça branca, latina, e para a mesma época o negro e o índio terão certamente desaparecido desta parte da América.

Na defesa de que o mestiço representava o caminho para o embranquecimento da população brasileira, a criação de políticas de imigração contribuiu sobremaneira para o branqueamento populacional. Esta política apresentava incentivo a imigração de pessoas brancas ao Brasil, principalmente italianos, alemães e austríacos (SILVA, 2017). Neste sentido, este processo migratório, em sua maioria europeia, para a obtenção do embranquecimento nacional, ocasionou, ainda neste período as primeiras barreiras enfrentadas pelos negros nascidos no Brasil e as primeiras gerações de negros não escravizados, em relação mão de obra (SILVA, 2017).

Em relação as políticas de cunho eugenista dos anos 1930 em diante, Seyferth (1999), aponta a imigrantista, como uma das principais que merecem destaque. As práticas voltadas para a imigração mostravam a persistência da ideia de extermínio da população não branca em solo brasileiro. O foco era a homogeneidade nacional – cultural e racial branca (SEYFERTH, 2000).

Koifman (2012), referente a imigração, destaca o papel exercido pelo Ministério da Justiça no Brasil. Em sua pesquisa, o autor evidencia a atuação do burocrata Ernani Reis no serviço de vistos. Reis era responsável pela regulação de autorizações de estrangeiros para

adentrarem no país entre 1941 e 1945 (KOIFMAN, 2012). O autor discorre sobre a existência de critérios eugenistas presentes nos processos de pedido de vistos conduzidos por Ernani Reis, cujos relatórios e decisões tomadas eram comumente enviados diretamente a Getúlio Vargas.

Todas as decisões de cunho celetista referente ao embraquecimento do país, segundo Koifman (2012), só eram possíveis de serem concretizadas pelo ministério de Justiça, o que não era uma tarefa difícil, afinal, neste período tal ministério encontravam-se amparado pelo Decreto-Lei nº 3.175/41, que por sua vez apresentava características provenientes de antissemitismo e racismo (KOIFMAN, 2012). Tal postura foi explicitamente assumida pelo ministro da Justiça Francisco Campos, criador do referido decreto-lei.

Koifman (2012) conclui em suas pesquisas que, a preocupação eugênica em relação à construção da imagem da população brasileira ganhou significativa força a partir dos anos 1930, com a política imigratória. Neste período, a sociedade brasileira estava no processo de fim da escravização da população negra, em transição para o trabalho remunerado, passando da gestão da economia do algodão, e cafeeira para o início do processo de industrialização (FURTADO, 2005).

No livro *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado (FURTADO, 2005) apresenta um conjunto de hipóteses sobre a explicação do subdesenvolvimento econômico brasileiro, no capítulo sobre “o problema da mão de obra”. O autor explica, de seu ponto de vista, o porquê da necessidade de importação em massa do contingente de mão de obra europeia no fim da escravidão e, conseqüentemente, os motivos e razões, também econômicos, para a não absorção de mão de obra já residente no país.

Antes de darmos continuidade, primeiramente precisamos nos localizar historicamente aqui, afinal, foi a partir desse período de transição do regime escravista para o regime capitalista ao redor do mundo que a Europa, devido ao acúmulo de riquezas mediante o trabalho escravo, se tornou o berço geocultural e hegemônico do capitalismo. É através deste novo cenário, político e econômico, que a ideia de raça passa a ser adotada como base da divisão mundial do trabalho e na classificação entre indivíduos, ou seja, grupos sociais e suas respectivas identidades históricas, a partir da ideia de raça, foram distribuídos entre os papéis e lugares nesse novo cenário global do controle de trabalho (QUIJANO, 2005).

É a partir da raça então que a Europa passa a desenhar o seu “projeto civilizatório” ao qual Quijano denominou de colonialidade do poder. Para o autor esse projeto consistia primordialmente, em um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005,

p. 105)

Retomando a nossa discussão, no regime escravista, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravizados (FURTADO, 2005). Segundo Furtado (2005) a taxa de mortalidade entre escravizados em solo brasileiro era superior à de natalidade, isto porque as condições de vida destes se apresentavam extremamente precárias. Este fato responde, segundo o autor, porque as importações brasileiras de escravizados, no decorrer do século, aumentaram drasticamente.

Enquanto se intensificava o tráfico interno de escravizados de regiões algodoeiras, como o Maranhão, para as regiões sul para plantações de café, Furtado (2005) aponta que esta população já estava operando com rentabilidade reduzida. Tal situação era proveniente de uma provável redução do abastecimento de mão de obra escravizada devido à elevação do preço destes, provocando assim uma intensificação na utilização da mão-de-obra e, portanto, um desgaste ainda maior desta população. (FURTADO, 2005). Iniciava-se assim a eliminação, involuntária por parte da elite, na perspectiva de Celso Furtado, da única fonte importante de imigração, a africana (FURTADO, 2005). Diante deste cenário, a questão da mão-de-obra se agrava e passa a exigir urgente solução. Para compreender a natureza desse problema, Furtado (1989) afirma que é necessário ter em conta as características da economia brasileira nessa época e a forma como se expandia.

Enquanto na Europa, seu crescimento econômico estaria pautado fundamentalmente numa revolução tecnológica e padronização industrial, no Brasil, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível - a terra - mediante a incorporação de mais mão-de-obra. (FURTADO, 2005). No entanto, segundo Furtado (2005), o método utilizado em solo brasileiro, para o plantio e cultivo era considerado primitivo, enfatizando o autor que a causa desta agricultura rudimentar estaria atribuída ao caboclo, o que acabou fortalecendo a ideia de que mão-de-obra livre do país não servia para a grande lavoura (FURTADO, 2005). Em consequência disto, mesmo com incentivo por parte do governo na época, muitos donos de terras no país descartavam a possibilidade de recrutamento interno de mão-de-obra (FURTADO, 2005).

É a partir deste momento, assim como Quijano (2005) aponta, que a raça passa a influenciar na divisão do trabalho no Brasil, pois como solução alternativa do problema da mão-de-obra, o governo nacional sugere fomentar uma corrente de imigração europeia (FURTADO, 2005). Esse conjunto de medidas tornou possível promover, pela primeira vez

na América, uma volumosa corrente imigratória¹² de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas.

[...] a solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. (FURTADO, 2005, p. 130).

Quijano (2005) aponta que a preservação da discriminação e exclusão social baseado na raça em relação ao negro por parte da elite brasileira da época se dava porque o branco brasileiro idealizava o branco europeu, o caracterizando como o seu igual, de modo que buscava reproduzir as ações da burguesia europeia em solo brasileiro. A efeito de exemplificação temos a elite brasileira apontando como principal motivo de atraso industrial a baixa qualificação de mão obra no país devido a grande quantidade de ex-escravizados (QUIJANO, 2005)

Segundo Dean (2009), Furtado aponta que o Brasil não poderia experimentar um desenvolvimento econômico contínuo enquanto empregasse trabalho escravo e produzisse essencialmente para exportação. Isso, porque, segundo o autor, o processo de industrialização em que o país se encontrava necessitaria lidar com a problemática da escassez e a suposta baixa qualificação dos trabalhadores residentes – especialmente os ex-escravizados.

Para lidar com o crescimento acelerado do setor dinâmico da nova economia de característica industrial, Furtado (2005) aponta quão importante foi a importação maciça dos “qualificados” trabalhadores europeus. Já os negros que viviam sobre o domínio dos que se diziam “superiores”, encontravam-se diante de um novo desafio: a busca pela integração em uma sociedade, configurada a partir dos mecanismos industriais, na qual já deixava explícito não possuir espaço para aqueles que eram participantes da grande massa de ex-escravizados, assim como aponta um trecho da obra de Furtado (1989):

¹² O número de imigrantes europeus que entram no Estado de São Paulo, nesta época, segundo Furtado (1989), sobe de 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália"

O homem formado dentro desse sistema social (escravidão) está totalmente desparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é absolutamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas necessidades – que são definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma preferência pelo ócio. (...) Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo ‘comprar’ o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente ‘para viver’(...). Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidades, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 1989, p. 140).

Pensamentos assim eram advindos de intelectuais da época, como já citado neste trabalho a um desejo de um país branco, masculino, europeu, cristão e cis heteronormativo. Nesses detalhes sobre a qualificação laboral, o trabalho desenvolvido pelas mulheres negras, que, em sua maioria, exerciam as mesmas atividades, não era considerado ou tinha centralidade, conforme observamos até aqui. Estes ideais passam a consolidar o discurso de raças superiores e inferiores, como se observa no texto de Silvio Romero, transcrito abaixo, apresentando centralidade nas questões dos homens:

Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pelo natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição para vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior (Silvio Romero, 1953 apud Bento, 2002b: 37).

Este processo de imigração, trazia consigo uma grande parcela de pessoas que possuíam já seus valores socioculturais estabelecidos por uma sociedade diferente em relação ao Brasil. Isso poderia ser observado, no que tange as formas de produção, transformação e manuseio de matéria primas, ferramentas importantes para o setor industrial, mostrando supostas melhores desenvolvimentos e proveitos das oportunidades oferecidas, em relação a população negra e mestiça, oriundas do campo. Vale destacar que os negros escravizados, vindos da África, também possuíam valores e costumes diferentes, no entanto, estes eram vistos como inferiores, menos civilizados, distintos dos costumes europeus que eram ditos como exemplos para o desenvolvimento da nação.

[...] enquanto imigrantes europeus tiveram terras, mercados para seus produtos, trabalho e acolhimento, nos primórdios da colonização, estendendo-se em muitos casos à contemporaneidade, pretos, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima. (SCHERER-WARREN, 2010, p.23)

São através destas mesmas perspectivas que, segundo Silva (2017), a narrativa da nação foi delineada, positivando a miscigenação como elemento marcador da civilização brasileira. Para Black (2003) um dos objetivos principais por trás, tanto da estratégia de miscigenação quanto das políticas de imigração branca, estaria ligado ao descarte do determinismo racial brasileiro,

O ponto de concordância entre as ideias produzidas neste período, em meu entendimento, relacionava-se com a percepção da intelectualidade brasileira da necessidade de buscar afirmações e meios que adequando as teorias biológicas em vigor, viabilizassem a melhoria e a recuperação do estado da população brasileira descartando efeitos de um determinismo racial (BLACK, 2003, p. 27).

Esta desconstrução do determinismo racial foi imprescindível para criação do que seria, a partir dos anos 1930, denominado de “ideologia da democracia racial”. Segundo Silva (2017) a democracia racial, caracterizada muitas vezes como “ideológica” ou “mítica” – não é

anunciada como uma criação da geração republicana, mas é, de certo, com a ascensão de Vargas que ela se tornará um elemento estruturante da narrativa identitária nacional.

2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO IDEAL BRANCO

A ideologia da democracia racial, mencionada na obra “Casa -Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, como aponta Schucman (2012) tem raízes muito anteriores a 1930. Segundo a autora, a expressão aparece pela primeira vez, em um artigo de Roger Bastide, publicado no Diário de São Paulo, mais precisamente no dia 31/ 03 de 1944. Nesta publicação “democracia social” e “racial”, foram os termos escolhidos para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e negros. Para Guimarães (1995), tal utilização de termos possui, necessariamente, dois significados. O primeiro subentende-se que grupos raciais viviam, na época, na mais perfeita harmonia, enquanto o segundo, remete-se, no mínimo a uma ideia voltada a igualdade de direitos, e não apenas de expressão cultural e artística.

A ideia de democracia racial não surgiu de uma volumosa legislação ou corpus, foi justamente ao contrário disto. Foi a partir de algumas políticas de Estado que tratassem de questões raciais que este efeito de invisibilidade do racismo se consolidou (SEYFERTH, 2000). O que então possibilitou que a ideia de democracia racial fosse aceita no país foi disseminação de alguns artefatos culturais, na orientação educacional (Dávila, 2006; Silva, 2013), na produção intelectual e literária que fez do mestiço e da mestiçagem o símbolo nacional, a exemplo da obra de Gilberto Freyre (1994) e Arthur Ramos (2004) (SHUCMAN, 2012). Com isto, aos poucos surge no Brasil outra corrente de pensadores que passariam a defender a miscigenação a partir de outra visão (CONCEIÇÃO, 2009). Esses pensadores consideravam a miscigenação como um meio positivo para o país, isto porque a miscigenação defendida por eles, teria como objetivo promover uma diversidade racial, cuja finalidade seria fortificar a visão do Brasil enquanto nação (CONCEIÇÃO, 2009).

Um das principais obras sobre a temática racial no país, foi Casa grande & senzala, de 1933, escrita pelo sociólogo já citado, Gilberto Freyre. Esta obra, segundo Conceição (2009), foi importante naquele período e continua sendo até hoje, pelo fato de trazer certas reflexões a respeito das maneiras de pensar as relações raciais e a compreensão de alguns aspectos da formação da sociedade brasileira. No entanto, mesmo com a relevância da obra o autor recebeu várias críticas, algumas delas partiam do princípio de que sua escrita

transparecia uma certa nostalgia dos tempos da escravidão, dos tempos dos avôs e bisavôs (CARDOSO,2003).

Outra crítica a Freyre que cabe aqui destacar está relacionada ao fato de que, mesmo a obra possuindo o intuito de supostamente valorizar a cultura negra, o autor em dados momentos foi acusado de assumir a perspectiva dos senhores de escravizados (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2016). Foi nesta mesma obra que o termo branquitude apareceu pela primeira vez no Brasil, em termos dos considerados clássicos da sociologia, em sua maioria, composta por homens brancos. Freyre (1973), no entanto, diferente de Guerreiro Ramos (1957), em seu texto republicado em 1995, que buscou problematizar a branquitude, apresentava um posicionamento favorável, tanto ao termo em si, quanto ao ideal de democracia racial e da mestiçagem.

Segundo Reis (2000), mesmo com todas as características de caráter abusivo e violento citados várias vezes na sua obra por parte do senhor do engenho e a passividade ligada a figura do negro, há um certo entusiasmo na escrita do autor em relação ao ambiente social na fase colonial brasileira em torno do mulato.

Tanto a abolição quanto a Proclamação da República foram condições indispensáveis para o estabelecimento do mito da democracia racial, já que sem esses dois acontecimentos não se poderia falar em igualdade entre brancos e pretos no Brasil (BERNARDINO, 2000). Segundo Bernardino (2000, p. 28) “tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial [...]. Que igualdade poderia haver entre o ‘senhor’, o ‘escravo’ e o ‘liberto’?” Percebe-se então que o mito da democracia racial tem ascensão apoiando-se na generalização de casos nos quais o negro de pele mais clara, devido a miscigenação, conquista uma falsa ideia de desenvolvimento, propiciando o surgimento da ideia de direitos igualitários, na maioria das vezes, não existentes.

O mito da democracia racial perdura até hoje, sendo descrito como um dos pilares que sustenta o argumento de que o racismo não existe na sociedade brasileira, sendo esta falácia muito difundida atualmente. Ele é reproduzido cotidianamente e reflete uma complexa realidade, uma vez que ele não é imposto de forma vertical para ocultar o racismo, mas é ratificado por aqueles que sofrem de preconceito também (SANSONE, 2003). O mito ainda coexiste com práticas sociais para a minimização de diferenças entre o branco e o negro e, em algumas situações, os indivíduos a fim de ter um prestígio social, manipulam sua aparência física, alisam os cabelos, por exemplo, partindo de um pressuposto que na sociedade brasileira

a aparência negra é incompatível com prestígio social¹³ (SANSONE, 2003).

A essência do discurso da democracia racial, estaria pautada, assim como já citado, no equilíbrio de antagonismos “dos dois mundos” – “negro e branco,” na ideia em que o mestiço viria a ser uma representação do legítimo povo brasileiro. Essa ideologia segundo Cardoso (2008), produziu, uma população brasileira imaginada, primeiramente, branca e, logo após, mestiça, mas nunca totalmente negra. Tal objetivo e meta de sociedade idealizada persiste até hoje no Brasil, tornando a democracia racial uma ideologia popular, mesmo sendo criticada e refutada (FERNANDES, 1978).

Trazer ao centro da discussão das relações raciais no Brasil as ideologias que auxiliaram e auxiliam até hoje na camuflagem do racismo, que, possuindo a raça como princípio, permite a demarcação de privilégios em nossa sociedade, é de grande importância. Isto porque ao se discutir tal tema colocamos em debate as desigualdades sociais construídas através das diferenças ligadas a cor.

Foi por meio destes mesmos privilégios que, atrelados à branquitude, evidenciados cotidianamente nas relações raciais, que se fez emergir, segundo Schucman (2012), a necessidade da teorização do branco enquanto objeto/sujeito de análise. Tal sujeito, até pouco tempo, não apresentava nas pesquisas uma identidade para a partir dela ser caracterizado (SCHUCMAN, 2012).

No final do século XX, o termo branquitude, tradução do termo em inglês *Whiteness*, começou a ser utilizado como característica identitária de objetos/sujeitos de análise, em trajetórias de pesquisas para teorização a partir de diversos enfoques (SCHUCMAN, 2012). Estudos construídos com base no termo branquitude, segundo Schucman (2012), apresentam como foco de análise o próprio branco, e não como uma discussão secundária em trabalhos acerca da negritude. Serão estudos como estes que servirão de arcabouço teórico na proposição das questões norteadoras nesta pesquisa.

2.4 A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA BRANCA: AS BRANQUITUDES

¹³ Por muito tempo o que era considerado negro, foi desvalorizado, possuindo conotação negativa. Já no início do séc XXI, estas mesmas identidades rejeitadas e marginalizadas pela cultura dominante, aos poucos, como aponta Teixeira (2017) foram ganhando maior visibilidade por meio de movimentos que possuíam a finalidade de se problematizar a reconstrução e/ou ressignificação de traços negros e identidades. Um resultado que podemos citar de tal ressignificação é o caso atual da exaltação aos cabelos crespos e cacheados, característicos da fenotípica ligada às identidades racializadas como identidades negras.

Nesta etapa da pesquisa passaremos a abordar os conceitos de branquitude. No primeiro momento discutiremos sobre o seu surgimento e os possíveis responsáveis pela iniciativa de dispor na agenda de pesquisas sobre raça, as primeiras investigações em relação ao branco como centro de debate. Em seguida discutiremos sobre os significados atribuídos a tal pertencimento e as suas quatro abordagens basilares. No último tópico apresentaremos as principais discussões acerca da branquitude encontradas na literatura brasileira.

Segundo Schucman (2012), estudos que continham a branquitude como problemática de pesquisa, começam a surgir nos Estados Unidos, na década de 1990. Tais discussões passam a ganhar proporção e se consolidar em outros países, principalmente os de língua inglesa (SCHUCMAN, 2012). A branquitude tornou-se presente, mesmo que de formas distintas, em estudos realizados pelas disciplinas de Literatura, Comunicação, História, Ciências Sociais e Educação naquele período (SCHUCMAN, 2012). Segundo STEYN (2004, p. 121) mesmo tratada de formas diferentes nas disciplinas, “o objetivo principal era o mesmo, de deslocar o olhar das investigações sobre raça das bordas ao centro, desvelando os processos de construção da identidade racial branca”. Embora estudos que abordassem a branquitude tenham surgidos em 1990, Alves (2012), aponta que nunca ocorreu um consenso acerca de quem seriam os responsáveis pela iniciação de dispor na agenda de pesquisas sobre raça, as primeiras investigações em relação ao branco como centro de debate. É visto que, mesmo não havendo um consenso sobre, segundo Cardoso (2008), alguns autores sempre são reconhecidos e citados como idealizadores desses estudos.

Estas autorias, segundo Alves (2010), são: Dyer (1988), Roediger (1991), Frankenberg (1993) e Allen (1994). Ainda sobre a genealogia dos estudos sobre a branquitude, há autores que apontam que as investigações sobre o pertencimento racial branco tiveram início com intelectuais negros, do século XX, citando como exemplo W.E.B Du Bois, sendo talvez o precursor em teorizar sobre a identidade racial branca com a publicação *Black Reconstruction in the United States*. No estudo citado, Du Bois (1935) apresentou como sujeito de análise em sua pesquisa, localizado no século XIX, o operário branco norte-americano. Segundo Cardoso (2010), o autor investigou que este operário, ao passo que tinha como direito a um salário, mesmo que baixo, era compensado com outros privilégios além da questão financeira.

Estes privilégios são apontados como “salário público e psicológico” (CARDOSO, 2010, p. 609). Essas vantagens consistiam em um certo “passe livre”, ou seja, estes sujeitos eram beneficiados tendo acesso a diversas funções públicas tais como acesso as melhores escolas para os seus filhos inseridas nas melhores regiões, os tribunais consideravam seus

votos legítimos e cordialmente eram tratados como cidadãos e, também, não sofriam com a brutalidade policial. Tais prerrogativas poderiam ser observados entre os sujeitos que se enquadravam na branquitude, independente de classe social (CARDOSO, 2010).

Outro autor negro que é descrito na obra de Cardoso (2010) que merece destaque quanto falamos sobre problematização do pertencimento racial branco é Frantz Fanon. Segundo Cardoso (2010), em 1952, esse pensador caribenho e africano com sua publicação *Peau noire, masques blancs* defendeu o argumento de abolição da raça. Fanon demonstrava em seu estudo que seu objetivo seria “libertar o branco de sua branquitude e o negro de sua negritude, porque a identidade racial seria um encarceramento que obstaculizava a pessoa de chegar e gozar sua condição humana” (CARDOSO, 2010, p. 609).

Contudo, assim como aponta Corossacz (2014), independente de sua genealogia, o importante, atualmente, é reconhecer que a branquitude precisa ser compreendida como um assunto necessário dentro dos debates políticos e científicos, acerca do racismo. Vale destacar também que, mesmo havendo discordâncias sobre os idealizadores do termo branquitude e seus estudos, é necessário reconhecer a importância de ativistas e estudiosos/estudiosas negros/negras que se propuseram a estudar o tema e assim promover uma propagação do assunto. Tais estudos destacavam posições, ações sociais e privilégios, daqueles que são autodeclarados brancos, com a finalidade de se problematizar a ideia de subalternidade ligada a comunidade negra e, também, a produção contínua do racismo, em nossa sociedade (COROSSACZ, 2014).

Tal propagação de estudos sobre a branquitude auxiliou a se problematizar os privilégios que estariam vinculados ao termo, no decorrer da história. Com isto o termo, assim como as demais identidades raciais, é uma construção social, a qual, segundo Schucman (2012) foi criada a partir da perspectiva colonizadora europeia, impondo aos demais grupos raciais a crença de uma supremacia interligada a brancura.

Assim como já citado, o branco também é uma construção social, sendo a partir desta construção que a branquitude passa a ser problematizada e propensa a ser racializada. Tal apontamento é importante, pois assim como descreve Alves (2012), ao fazê-lo, permite-se que uma identidade até então não marcada, se torne visível, possibilitando com isto, desvendar os mecanismos de sua construção e manutenção. Ao trazermos ao centro de discussão a branquitude, trazemos também os significados atribuídos a tal pertencimento racial, que, segundo a autora, estão descritas pelo menos em quatro principais abordagens, distintas uma das outras.

A primeira abordagem, segundo Alves (2010, p. 27), propõe que os estudos ao abordar tal temática viriam a se concentrar “nos significados atribuídos ao pertencimento racial da brancura”. Devido a tal caracterização, suas investigações concentravam-se em, como tal termo estaria associado ao longo da história com as estruturas de poder e dominação social. Segundo Alves (2010), o pertencimento racial branco nesta abordagem é construído como sinônimo de poder e visibilidade. Segundo a autora, as investigações respaldadas por esta primeira abordagem, procuram analisar o modo como as sociedades multirraciais construíram garantias de privilégios estruturais e simbólicos para brancos.

Em relação a estes privilégios, Ribeiro (2019) apresenta uma certa aproximação entre a branquitude e o acesso a espaços de poder. A autora afirma que tanto a branquitude, quanto o acesso a espaços de poder apresentam um mesmo núcleo: a questão da exclusão. Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, tornando o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência ou a baixa incidência de pessoas negras nestes espaços não deveriam ser naturalizados.

O que nos permite compreender tal naturalização é que o “pertencimento racial branco concede uma base para a alocação de recursos sociais de caráter público ou privado” (HARRIS, 1993, p. 1709), “o que permite a criação da chamada supremacia branca” (RIBEIRO, 2019). Segundo Ribeiro (2019), a supremacia branca é o sistema responsável pela dominação de outros grupos raciais.

Neste sentido, mesmo uma nação apresentando uma população negra maior em número, em relação a branca, a branquitude fornece o privilégio racial como um status, promovendo o prolongamento da ideia de subalternidade ligadas ao não branco (SCHUCMAN, 2012). Enquanto a primeira abordagem de estudos críticos acerca da branquitude apresenta como ponto central a vantagem estrutural ou privilégio racial, a segunda abordagem pontua que o pertencimento racial branco assegura ao indivíduo um status normativo caracterizado pela invisibilidade (ALVES, 2010).

O núcleo das ideias desenvolvidas nesta abordagem acerca da branquitude, é caracterizado principalmente pelas discussões acerca do poder, já citado na primeira abordagem e a invisibilidade (ALVES, 2010). Antes de tudo, precisamos evidenciar que a invisibilidade ligada ao grupo racial branco, não está associado aos sinônimos de silenciamento ou marginalização (ALVES, 2010). Tal característica é advinda do construto social racializado que, apesar de, atualmente, não possuir nenhuma ligação com o conceito fomentado no século XIX, ainda é usado para objetivo político. (CARDOSO, 2017).

Para compreendermos melhor esta invisibilidade da branquitude, precisamos retomar a categoria raça. A raça, segundo Oliveira (2017), não pode ser considerada uma categoria essencialista, imutável ou natural. Isto significa que ela está sujeita à revisão, à mudança e à negociação. Quando se fala em invisibilidade ligada a branquitude, queremos dizer que, desde o projeto modernista de colonização, o grupo racial branco vem ocupando um lugar de referência, com isto os privilégios da branquitude, ao passar do tempo, foram sendo tratados como algo natural e que em poucas vezes foi problematizado tal questão (SCHUCMAN, 2012). O que esta segunda abordagem de estudos busca destacar é que, as pessoas brancas geralmente não são vistas nem nomeadas. Elas são posicionadas no centro, como a norma humana (APPLE, 2001). Em outras palavras, brancos não são considerados racializados e, por isso, não problematizam as questões raciais a partir de si, mas sim a partir do “outro”. Este “outro” sim, pode ser racializado.

Vale salientar que a ideia de invisibilidade mencionada aqui como uma característica da branquitude passou a ser pauta de discussões, não apresentando consenso entre os pesquisadores. Existiam autores que concordavam, assim como mencionado no parágrafo anterior, sobre sujeitos autodeclarados brancos não serem vistas nem nomeadas racialmente (FRANKENBERG, 1999), enquanto outros, assim como Cardoso (2010), passaram a criticar tal argumento, afirmando que era necessário ressignificar o discurso que o branco não é visto nem nomeado. O autor descreve em seu estudo que a própria Frankenberg (1999) sustentava que a invisibilidade era uma das principais características da identidade racial branca. Mais tarde, em outro estudo, autora apresentou uma revisão de seu posicionamento em relação ao assunto (FRANKENBERG, 2004). Ela argumenta que a “invisibilidade como uma característica da branquitude é uma ideia fantasiosa” (FRANKENBERG, 2004, p. 307-338 apud, CARDOSO, 2010, p. 619).

Segundo Cardoso (2010), a concepção de que a identidade racial branca seria uma categoria não marcada não se sustenta. Neste sentido, se faz necessário, assim como descreveu Cardoso (2010), dentro dos estudos étnicos-raciais, problematizar a não racialização do branco porque, segundo o autor, ao não fazermos tal problematização estaríamos encobrimo a existência de demarcações hierárquicas discursivas existentes em nossa sociedade, privilegiando assim uns e excluindo outros dentro das relações raciais.

[...] A invisibilidade acaba por ser outra marcação para branquitude, uma marcação praticada pelos próprios teóricos, sobretudo norte-americanos, aspecto que não seria prudente aos investigadores brasileiros seguirem nessa

linha de análise controversa sem maiores reflexões. Matt Wray vai dizer que a definição da branquitude como norma, geralmente seguida pela idéia de que ela é “invisível”, acaba por privilegiar o ponto de vista dos brancos, que sem se enxergarem, acabam por não questionarem suas vantagens raciais (CARDOSO, 2010, p.619).

Em seqüência, uma terceira abordagem dos estudos críticos da branquitude surge, para além das discussões em torno da invisibilidade (ALVES, 2010). Nesta abordagem a própria branquitude é conceituada como conjunto de valores, normas e capital cultural, estabelecidos como norma (ALVES, 2010). Alves (2010), destaca os trabalhos de Giroux (1997) e Dyer (1988), ambos sobre representação de brancos em filmes norte-americanos, que auxilia a compreensão desta nova perspectiva analítica. A autora destaca que ambos os trabalhos evidenciaram na intersecção entre raça e classe social, que o pertencimento racial branco estaria vinculado a determinados valores como: trabalho, criatividade, generosidade, racionalidade, cristandade, ordem, família e tradição.

Segundo Garner (2007), essas associações de conjunto de valores não materiais à branquitude resulta na construção de ideias que apontam o branco como único e detentor de capital cultural, o que passa a ser cobiçado também por pessoas que se localizam fora da branquitude, sejam elas fenotipicamente brancas ou não.

Para exemplificação, podemos citar um dos filmes analisados por Dyer (1988) e Giroux (1997) acerca da branquitude, denominado *Freedom Writers*, lançado em 2007 (ALVES, 2010). O filme demonstra comportamentos socialmente adequados e símbolos sutis de superioridade, na imagem de uma professora branca que busca inculcar valores civilizatórios, ditos anteriormente ausentes na experiência de seus estudantes negros e latinos. Neste sentido, nos deparamos com a branquitude e seus aspectos colonizadores, impondo, mesmo que de formas sutis, um conjunto de valores, normas e capital cultural (ALVES, 2010).

Nestes estudos, os autores apontam para a existência de uma associação entre a branquitude e valores sociais (ALVES, 2010). Esta associação só é possível, pois, segundo Crossacz (2014), a branquitude pode ser percebida como uma posição de privilégio estrutural, que é resultado de fatores históricos e mecanismos ligados à sua reprodução atualmente. Por isso, a construção de costumes e valores advindos do pertencimento racial branco, supostamente, são adotados pelos outros pertencimentos raciais, reforçando oposições binárias e hierárquicas.

Observado as três principais abordagens acerca da branquitude, anteriormente expostas aqui, podemos concluir que uma característica está presente em todas elas. Tal característica, segundo Alves (2010), está relacionada ao fato que a branquitude se constrói a partir do estabelecimento de fronteiras entre a identidade branca e outras identidades racializadas. Neste contexto, a branquitude é apresentada de uma forma singular, “como um lugar de onde emana o poder e se perdem de vista as distinções internas na categoria branco que se baseiam em processos de diferenciação não redutíveis à raça” (ALVES, 2010, p. 32).

Tendo como foco, tais distinções internas da branquitude, e por outro lado, tornando discussões acerca da ideia dicotômica entre branco versus não branco, como secundária, uma quarta abordagem passou a se desenvolver. Tal abordagem, segundo Corossacz (2014), se detém, em primeiro plano, em investigar as fronteiras intragrupo brancas. Esta investigação prevê a utilização de instrumentos com a perspectiva interseccional, que evidencia a análise como um todo, observando as principais categorias analíticas das ciências sociais: classe social, gênero, sexualidade e raça (CROSSACZ, 2014).

Segundo Crossacz (2014), nem todas as pessoas brancas tiram proveito da branquitude da mesma forma. Assim como já apontado anteriormente, esta abordagem não considera a branquitude como uma categoria uniforme. Frankenberg (2004) afirma que a branquitude deve sempre ser entendida como um exercício de localização. Para esta autora, devemos compreender a pluralidade da branquitude, desmitificando a sua universalidade, enquanto dimensão geral, para que possamos enxergar as suas particularidades dentro de um espaço-tempo mais preciso.

Como exemplo dessa perspectiva analítica, destacamos o trabalho de Wray (2006). Em suas investigações, o autor evidenciou processos de diferenciação entre brancos. Essas diferenciações baseavam-se em uma ideia hierárquica, que dividia os brancos entre os que representavam a elite e os *White trash*,¹⁴ usado pejorativamente para designar brancos pobres. Embora brancos pobres, na pesquisa de Wray (2006), fossem considerados menos brancos que os representantes da elite, ainda pertenciam ao grupo privilegiado, mesmo estando em um tipo de branquitude de segunda categoria, passível de comparação em algumas situações como o status social de negros. No entanto, vale destacar que, mesmo sendo brancos incapazes de acessar todos os privilégios da branquitude e as características a ela associadas, o branco pobre

¹⁴ É importante mencionarmos que tal estrutura também se faz presente no Brasil, no entanto o termo utilizado em solo brasileiro é descrito como “brancos de segunda linha” Nas palavras de Stein (1999, p. 133) [...] essa construção discursiva é elaborada em relação ao “outro”, o indesejável. Esses “elementos” seriam os colonos, também descendentes de europeus, ucranianos e poloneses que habitavam a região sul do Paraná no período pós-abolição.

ainda se encontra em uma posição, na estrutura social racializada, privilegiada em relação ao negro (WRAY, 2006).

Dentro desta quarta perspectiva analítica, a universalização da branquitude é problemática, pois “a afirmação de que a branquitude é um lugar fixo, ou monolítico de vantagens raciais de conforto uniforme, é insustentável do ponto de vista histórico” (WRAY, 2006, p. 354). Nesse sentido, Wray em seu estudo, propõe outra definição para a branquitude. Tal definição proposta pelo autor, se caracteriza sim pelo reconhecimento dos privilégios ligados a branquitude, no entanto, não podendo assumir caracterizações generalizadas. Ela seria:

Um processo historicamente contingente e especialmente específico, que envolve formas institucionais, culturais e discursivas de poder. Essas múltiplas formas de poder compõem uma rede de operações que se estende por múltiplos campos de experiência histórica (e contemporânea) e produz efeitos desiguais e imprevisíveis (WRAY, 2006, p. 357).

Assim, de forma geral, os estudos que abordam a branquitude podem ser divididos, em pelo menos, duas fronteiras: uma localizada de forma exterior, ou seja, discussões que se concentram nas relações entre brancos e outros grupos racializados. Esta descrição remete às três primeiras abordagens descritas. Já na segunda fronteira, localizada internamente, as discussões são em torno dos próprios brancos, tal como defendido por Wray (2006).

No entanto, tendo em vista as descrições realizadas, segundo Alves (2006), se faz necessário afirmar que as quatro abordagens citadas não devem se excluir, muito menos se esgotarem as maneiras pelas quais o pertencimento racial branco vem sendo conceituado. A autora propõe, em razão da diversidade de significados atribuídos à branquitude, que tal termo seja encarado, menos como uma categoria bem definida e sim como uma ferramenta analítica nos estudos acerca de privilégios e subalternidades ligadas a raça, sendo abordada de maneiras diferentes de acordo com os objetivos e objeto de análise suscitadas nas investigações (ALVES, 2010).

O termo branquitude, no Brasil, com o significado de pertencimento racial branco, assim como já apontado neste estudo, já era observado na obra de Gilberto Freyre, por volta de 1960 no Brasil (CARDOSO, 2018). O termo é utilizado com finalidade de realizar uma analogia frente ao termo negritude, também presente na obra do autor (CARDOSO, 2018). Na ocasião o autor se demonstra contrário à ideia de utilização tanto do termo negritude quanto

ao termo branquitude (CARDOSO, 2018). Freyre era favorável à prática de miscigenação que ocorria no país, neste sentido, quando utilizado os termos, cujos significados eram descritos como antagônicos, a característica principal da democracia racial, no Brasil, através da mestiçagem, poderia ser desmistificada (CARDOSO, 2018).

Mesmo o termo branquitude sendo encontrado na literatura de Gilberto Freyre, segundo Cardoso (2008), foi Guerreiro Ramos, o primeiro a propor os estudos sobre o pertencimento racial branco. O autor é um dos principais teóricos das organizações no Brasil, sendo muito referenciado e utilizado em disciplinas de análises organizacionais (WEBERING, 2019; AZEVEDO; ALVERNAZ, 2010). No entanto, seus textos sobre relações raciais, enfaticamente sobre os efeitos de ideologia do branqueamento, não apresentam tanto destaque nos estudos organizacionais brasileiros.

Segundo Conceição (2017), mesmo Guerreiro Ramos sendo considerado um dos um dos principais sociólogos e teóricos da administração pública brasileiro do século XX, é constatado uma pequena inserção atual do autor à sociologia acadêmica brasileira. Tal fato é explicado, segundo Conceição (2017), não devido à falta de conhecimento ou capacidade intelectual de compreensão ou respostas que o autor propusera aos dilemas nacionais, afinal, este em seu tempo ocupava espaços e cargos de extrema importância, o que exigia um certo grau de erudição, como exemplo o cargo de diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. A baixa visualização do autor no contexto sociológico acadêmico brasileiro pode ser explicada de antemão que certa exclusão “é reflexo da sua condição de intelectual negro e pela própria entonação das críticas e acusações realizadas as classes intelectuais brasileiras” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 108).

No entanto, tendo Alberto Guerreiro Ramos produzido vários trabalhos, em diversas áreas do conhecimento social e de ciências humanas, nesta pesquisa, assim como aponta Cardoso (2008), Alves (2010) e Conceição (2017), nós compreendemos o quão importante intelectual do pensamento social brasileiro ele é. E isto se dá, em partes, devido ao fato de Guerreiro Ramos ter sido um dos primeiros críticos e questionadores do poder da branca e da branquitude no Brasil. Devemos observar que, assuntos como branca, termo usado pelo autor, era dito como intocável e verdadeiro tabu na sociedade brasileira em sua época. Isto porque, segundo Fernandes (1978), ocorria a propagação ideológica de Freyre sobre democracia racial, discurso que caracterizava as relações raciais como harmoniosas no país.

Neste sentido, tudo que se distanciava de tal discurso harmônico racial era tratado com uma questão fechada, terreno proibido e sumamente perigoso (NASCIMENTO, 1978). “Ai daqueles que desafiam as leis deste segredo! Pobre dos temerários que ousarem trazer o tema

à atenção ou mesmo - à análise científica! Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta” (NASCIMENTO, 1978, p.44).

Mesmo assim, alguns estudiosos brasileiros na época perceberam que os privilégios propagados pelos discursos da democracia racial se apresentavam unicamente nas mãos de uma pequena parcela da sociedade (CONCEIÇÃO, 2017). Estes mesmos estudiosos passaram a propor reflexões com intuito de transformar as estruturas da sociedade no que concerne às relações raciais, trazendo à luz da análise científica e crítica a até então não divulgada parte estruturante dessa "democracia racial", podemos citar exemplos como Luiz Gama, José do Patrocínio, os irmãos Rebouças, Álvaro Bomílcar, entre outros (NASCIMENTO, 1978).

Entre estes autores, se encontrava Guerreiro Ramos. Se distanciando de discursos de democracia racial e exaltação da brancura, na obra “A patologia social do branco brasileiro” (1957) o autor identificou, em sua época, uma constância nos estudos em relação a questão da discriminação e do preconceito no país, no qual, estudiosos atribuíam sempre ao negro o lugar de objeto de análise. A efeito de exemplificação, os autores brasileiros, do século XIX e início do século XX, citados por Ramos em sua obra são, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Arthur Ramos, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, entre outros.

Um das principais críticas levantadas por Guerreiro Ramos aos intelectuais brasileiros da época, girava em torno de “uma conduta pouco crítica, autêntica e criativa destes frente às metodologias e teorias produzidas no exterior” (CONCEIÇÃO, 2017, p.110). Para o sociólogo, o “negro estava sendo estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da óptica, os autores nacionais não distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço” (RAMOS, 1995, p. 163).

Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão em pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições, o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado, porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um répéteur, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas

genuinamente vividas e, portanto, vítima dos “prestígios” dos centros europeus e norte-americanos de investigação (RAMOS, 1995, p.163)

Além das críticas apontadas pela falta de transposição metodológica e teórica, advindas do exterior, pelos intelectuais, sociólogos e antropólogos brasileiros, relacionados a questões voltadas as relações raciais no país, Guerreiro Ramos (1995), destaca que estes mesmos intelectuais analisavam o cenário racial existente no país pela ótica exclusivista dos estudos sobre o negro, considerando este grupo como raiz dos problemas. Desta forma o negro era considerado um objeto que deveria ser constantemente estudado, analisado e examinado, atribuindo a este, o lugar de problema e tema. Tal persistência em constituir o negro, enquanto tema, resultava em uma persistente desvalorização social e estética do negro:

Com efeito, as categorias de nossa antropologia têm sido literalmente transplantadas de país europeus e dos Estados Unidos. Ora, de todas as chamadas ciências sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De modo geral, a antropologia europeia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começou fazendo dos povos “primitivos” o seu material de estudo. Entre outras, a noção de raça assinalou, durante muito tempo, as implicações imperialistas da antropologia. Sob o signo desta categoria, fortemente impregnada de conotações depressivas, elaboram-se no Brasil alguns trabalhos considerados representativos de nossa antropologia, entre os quais se incluem principalmente os de Nina Rodrigues e Raça e assimilação, de Oliveira Viana (RAMOS, 1995, p. 165).

Essa forma de abordar os dilemas raciais brasileiros e até mesmo a persistência de ter o negro como objeto de análise, para Guerreiro Ramos, era as manifestações dos sintomas ideológicos, protecionistas e racistas que a ciência brasileira, ainda em formação, buscava manter (NASCIMENTO, 1978). Tal situação possibilitava resguardar a minoria branca das análises sobre as desigualdades e discriminações raciais, assim sustentando a lógica dos problemas e transpondo para os negros a culpa da não integração nacional (CONCEIÇÃO, 2017).

Neste sentido, Guerreiro Ramos passou a descrever que tal persistência em estudar o negro como tema central, era uma forma em que, tais estudiosos brasileiros, autodeclarados

brancos, responsabilizariam os negros pelos problemas raciais. Isto propiciaria ausentar ideologicamente seu grupo racial das críticas sobre o racismo e dispostos a salvaguardar a ordem racial (RAMOS, 1995).

Segundo Conceição (2017), esta seria uma forma de criar “o Outro”, ou evidenciar o branco, desfocando o olhar do negro para o centro ou a raiz do que seria, de fato, o problema, o branco. Ou seja, o suposto eixo de produção do racismo. Além do mais, os discursos encontrados nos intelectuais, eram, segundo Guerreiro Ramos (1995), uma constante apologia e valorização dos brancos e da brancura, atribuindo ao negro o seu contrário, sendo estes recorrentemente inferiorizados.

O sociólogo também descreve uma prática muito comum em sua época, a camuflagem racial. Tal prática consistia em mesmo o sujeito apresentando traços negroides, este se afirmava como branco, ou ainda, dissimulava sua cor ou descendência africana. Esta prática, é descrita pelo autor como operação da brancura (RAMOS, 1995). A operação só se tornava possível, quando no imaginário das culturas não ocidentais eram engendrados em autodepreciações, que pudessem indicar supostas noções de superioridade, domínio e poder, advindas de continentes europeus.

Todavia, o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não europeias promove, nestas últimas, manifestações patológicas. Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de determinada sociedade, de padrão estético exógeno, não induzido diretamente da circunstância natural e historicamente vivida. É, por exemplo, este fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus. Entre negro, R. R Moton registrou o emprego do termo “branco” como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração “branco”. Este “desvio existencial” tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, detesta mesmo referenciais à sua condição racial. Ele tende a negar-se como negro, e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros forte tendência para mudar de pele. O que escreve estas linhas teve ocasião de verificar, quando realizava uma

pesquisa, o vexame com que certas pessoas de cor respondiam a um questionário sobre preconceitos raciais. Situação esta análoga à que é narrada por Kenneth e Mamie Clark numa pesquisa sobre preconceitos entre crianças negras norte-americanas de 3 a 7 anos, que consistia em solicitar-lhes que escolhessem, a diversos propósitos, bonecas escuras e claras. De modo geral os autores registraram entre as crianças a preferência pelo branco. Vale notar que, algumas, em face de certas perguntas em que se tematizava a cor preta, se perturbaram a ponto de prorromperem em soluços, não suportando enfrentar o tema (RAMOS, 1995, p. 195).

Este cenário significava a representação do que ocorria em escala sociológica e estatística no Brasil: a deflagração de um desequilíbrio repulsivo aos negros e a si mesmo como uma nação mestiça, conseqüentemente associada a um sentimento de inferioridade e uma necessidade constante de se afirmar superior e descendente de europeus (CONCEIÇÃO, 2017). Esta controvérsia constitutiva do brasileiro, principalmente dos “brancos”, que impunham à sociedade está ideologia, generalizada, coletivizada e massificada entre a população, produzia invocação constante aos valores da branquitude. Esse processo, assim como já observamos na citação acima, o sociólogo denominou de patologia social.

A minha tese é de que, nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do branco brasileiro e, particularmente, do branco do Norte e Nordeste. [...] Essa patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. É este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico (RAMOS, 1995, p. 221-222).

O trecho do texto destacado, assim como relata Cardoso (2008), mostra Guerreiro Ramos denunciando que, na sociedade brasileira, havia a afirmação dogmática da excelência da branquitude e degradação da estética do negro. Segundo Cardoso (2008), tal conscientização sobre a branquitude e degradação voltada às características negroides, tornaram-se patológicas. Ao passo que estas ideias se estabeleciam na sociedade brasileira, o processo até então de miscigenação que ocorria naquela época, fez com que as pessoas mestiças antes consideradas negras, renegassem sua ancestralidade e se autointitulassem

brancas. A concepção do desejo ao branqueamento, que constitui a patologia tanto do branco como do negro no Brasil, segundo Conceição (2017), é compreendida pelo sociólogo como um movimento narcísico em que “o suposto branco brasileiro imporia a toda a nação sua brancura, seu desdém ou exotismo aos elementos de cor, produzindo uma sociedade desigual com base na cor da pele”. (RAMOS, 1995, p. 225).

Toda e qualquer herança negra, biológica e cultural, era rejeitada totalmente em favor de uma identidade branca eurocêntrica ou estadunidense. Vale ressaltar que esse momento histórico, descrito na obra de Ramos, ocorreu no mesmo período em que as teses científicas de superioridade racial, especialmente nos quesitos de inteligência e padrão de beleza, ainda vigoravam na academia brasileira e no imaginário popular. Neste período, ainda vigorava na sociedade brasileira resquícios ideológicos do branqueamento.

A patologia social da brancura, segundo Conceição (2017), para Guerreiro Ramos se fundamentava a partir de dois princípios. O primeiro, referia a propagação e exaltação genealógica a origem europeia, remetendo o branco brasileiro a se apegar a benesses de sua origem europeia, excluindo as demais origens, principalmente se estas estivessem associadas a origem negra. O segundo princípio, “era dedicar-se a estudar o negro através do princípio que existiria uma inferioridade e que em comparação sua brancura poderia ser exaltada” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 124). Observando estes princípios, percebe-se um certo temor na população, entre aqueles que compartilhavam da ideia ideológica do branqueamento, principalmente entre os intelectuais, de serem definidos enquanto sujeitos negros ou não-brancos. Guerreiro Ramos ilustra tal situação, descrevendo em sua obra um caso que expressa a repugnância de ser associado à negritude;

Conheço o caso, muito significativo, de um poeta alagoano. Era esse homem de letras um cidadão mestiço, mas perfeitamente suscetível de ser incluído na quota de “brancos” apurados pelo Recenseamento. Consta que, certa vez, um editor argentino de sua poesia sobre motivos negros fez uma propaganda em que o apresentava ao público como um “grande poeta negro do Brasil”. A alcunha, porém, teria levado o poeta alagoano a, em longa carta, pedir ao editor argentino que cessasse na propaganda as alusões que o apresentavam como homem de cor. Este mesmo cidadão escreveu, diretamente em língua alemã (o que é significativo na perspectiva adleriana do protesto), um livro em que sustentava uma tese arianizante. Mas, outro poeta nortista, residente em São Paulo, de pele tostada, foi taxativo. Tendo sido considerado numa

entrevista como poeta negro, requereu se lhe fizesse um exame de sangue no Instituto de Biotipologia da Penitenciária de São Paulo para provar a pureza do seu sangue. Recentemente, um romancista da raça negra, mas “embranquecido” por processos decorativos, químicos e mecânicos, numa autodescrição que fizera a pedido de um repórter da revista *O Cruzeiro*, se declara “moreno carregado” (RAMOS, 1995, p. 227-228).

O autor, mais adiante em seus estudos, em relação ao cenário racial que o país se encontrava, propõe reflexões que continham como objetivo a “depurtaçã” de componentes patológicos observados no comportamento de brancos e negros da época. A finalidade de tal ideia consistiria em fazer com que os indivíduos abrissem mão de “conservas culturais” que aparentasse algum tipo de preconceito, descartando a “heteronomia” das condutas e aparelhando-os à socialização de modo horizontal, promovendo assim, a aceitação das diferenças sociais. Em uma destas reflexões, Guerreiro Ramos (CARDOSO, 2008; ALVES, 2010) descreveu algumas condições que seriam necessárias para excluir a ideia de hierarquia racial no país, advindas da patologia social do branco,

Para extinguir essa patologia social do branco as seguintes condições eram necessárias: (1) um trabalho de reeducação e discussão sobre essa patologia, tratava-se de um trabalho, que provavelmente faria com que muitas pessoas se libertassem desta ideia pejorativa sobre si próprias; e (2) uma articulação entre as gerações, seria compreensível que as características desta patologia apresentem-se mais acentuadas nas gerações mais próxima do regime escravocrata; as gerações mais jovens se mostram mais disponíveis a admitir os novos critérios, que podem levar a rever sua própria identidade racial (RAMOS, 1995, p. 234-235 apud CARDOSO, 2008, p.193).

Na perspectiva de Guerreiro Ramos, “a rejeição do branco brasileiro a qualquer atribuição à mistura biológica e cultural com o negro, se tratava de uma ideia que tendia a desaparecer na medida em que se distanciaria a memória da escravidão” (CARDOSO, 2008, p. 193). Infelizmente, tal condição citada pelo autor, acerca da exclusão da patologia social do branco não se concretizou totalmente, no entanto abriu portas para que novos estudos sobre a branquitude surgissem. O autor ao trazer o branco ao centro da discussão racial, propondo que o possível polo de produção do racismo estaria voltado não a subalternidade ligada ao negro, suas culturas e genealogia, mas sim aos privilégios contidos na branquitude, rompeu barreiras

de modo a refletir criticamente e repensar o próprio centro de irradiação da problemática no contexto racial (RAMOS, 1955; CARDOSO, 2008; CONCEIÇÃO, 2017).

Além disso, assim como aponta Conceição (2017), Guerreiro Ramos possibilitou uma virada epistemológica nas ciências humanas. “Possivelmente, até mesmo na própria antropologia brasileira” (CONCEIÇÃO, 2017, p.126). Como podemos observar então, enquanto a branquitude começava a se estabelecer como tema de pesquisa a partir dos anos 1990, Guerreiro Ramos já se comprometia a propor a problematização do branco enquanto tema em 1957 (CARDOSO, 2008).

Houve no Brasil mais estudos acerca da branquitude, no entanto foi apenas no ano 2000, como aponta Cardoso (2008) que outros pesquisadores a assumiram como foco analítico. A exemplo, podemos citar Edith Piza, que produziu dois artigos com base na ideia de que o branco não se percebia enquanto sujeito racializado. Em seus dois artigos: *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu e Porta de vidro: entrada para a branquitude*, segundo Cardoso (2008), a autora analisa a construção da ideia no país de que a branquitude seria um pertencimento racial não marcado. “Isto é, o branco não enxergaria sua identidade racial, por isso ela seria invisível¹⁵” (CARDOSO, 2010, p.618).

Outro trabalho brasileiro que merece destaque sobre tal temática, é de Maria Aparecida Bento, já citado neste estudo. Em sua tese de doutorado, Bento (2002) aponta que os brancos procuram unir-se para defender seus privilégios raciais, mesmo que de forma inconsciente. Esse fenômeno a autora denominou de pacto narcísico. O seu estudo se caracterizou por observar os discursos de gestores chefes e profissionais de Recursos Humanos (RH) que estavam localizados na prestação de serviços públicos de duas prefeituras (BENTO, 2002). A autora conclui que tais profissionais, em suas contratações, possuem a tendência de contratarem pessoas por assimilação, ou seja, sendo eles brancos estão propensos a contratar pessoas do mesmo grupo de pertença, entre outras razões, porque o semelhante lhe inspira maior confiança (BENTO, 2002).

Gouvêa (2019), em sua tese de doutorado, também nos auxilia a compreender um pouco mais sobre a branquitude. A autora, que é da área de administração, mesmo reconhecendo que relações étnico-raciais era considerado um tabu em sua área, se propôs a desenvolver sua tese com a temática racial relacionada com o mercado de trabalho. A autora, objetivando compreender como eram estabelecidas as relações de trabalho entre brancos e

¹⁵ A discussão sobre a ideia de invisibilidade como uma das características principais da branquitude tornou-se objeto de controvérsia na teoria sobre branquitude, que já foi tratado nesta pesquisa.

negros, em um município de tradição germânica, evidenciou que não se verificava diversidade racial na do mercado de trabalho do referido município e o arranjo físico da cidade vinculava-se ao que era estabelecido pelo grupo dominante, os brancos. Gouvêa (2019), afirma que as discussões que envolvam temas relacionados a raça precisam romper com a cultura de se centralizar apenas a negritude e grupos minoritários e passarem a debater também os privilégios daqueles ditos como dominantes.

Outro estudo que merece destaque, é o de Liv Sovik (2004). Podemos destacar em seu estudo algumas contribuições, entre elas, uma que coincide com estudos de Guerreiro Ramos. Tal contribuição, que viria a ser relevante aos novos estudos que passariam a surgir é a concepção de que a branquitude no Brasil “não é genética, mas uma questão de imagem” (RAMOS,1995, SOVIK, 2004, p. 369). Nesse trabalho segundo Cardoso (2008), a autora verifica que os meios de comunicação sociais são mecanismos importantes para a pesquisa científica brasileira acerca da branquitude. A autora, em concordância com Guerreiro Ramos, apresenta críticas em relação a importação de ideias e teorizações estrangeiras acerca da branquitude, sem observar a realidade da sociedade brasileira (SOVIK, 2004). A autora reflete sobre a função das mídias que auxiliam a propagação dos estereótipos favoráveis ao branco e ao mesmo tempo depreciativos ao negro, particularmente, no artigo “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil”.

A autora conclui que os sistemas de informação, como rádios, tvs, internet e demais veículos de comunicação, podem ser considerados indispensáveis para a construção do branco em foco, ou seja sempre em destaque, evidenciando um projeto de nação centrado na branquitude. Esse projeto de apresentar a branquitude equiparada ao padrão de inteligência e beleza, legitimado por meio da ideia de branqueamento, assim como aponta Guerreiro Ramos (1957), é o foco do livro organizado por Carone e Bento (2002). As autoras salientam que para compreendermos como a branquitude age no Brasil é preciso nos atentar para a lógica que constitui o branco e a branquitude como objeto de desejo para negros, projeto acompanhado de um “silêncio do branco” (CARONE; BENTO, 2002, p. 26). Ainda sobre o projeto do branco enquanto padrão, os estudos elaborados, tanto por Dávila (2006), quanto por Santiago (2019), apresentam, de formas particulares, como a branquitude enquanto modelo hegemônico da humanidade, influenciou/influencia o âmbito educacional no Brasil.

No estudo de Dávila (2006) um dos principais objetivos era investigar os projetos de reforma educacional propostos na primeira metade do século XX. No estudo, foi observado pelo autor que, a reforma educacional do país, sustentava-se nas ideias de inferioridade e superioridade racial, caracterizando a escola como a instituição responsável por branquear a

sociedade brasileira. No entanto, este intuito de branquear as pessoas, não remetia a ideia num sentido biológico, mas sim num sentido sociocultural, que se concretizaria com a aprendizagem de valores tidos como brancos e de projetos voltados a saúde e, também, instruções que continham como essência as políticas eugênicas (DÁVILA, 2006).

Já o estudo proposto por Santiago (2019), desenvolvido e caracterizado como uma pesquisa etnográfica, realizada em uma creche pública, na cidade de São Paulo, destaca a experiência e inserção do autor, autodeclarado branco, no campo. Os objetos, ações e, também, pessoas que imergiram do campo, segundo Santiago (2019), propiciaram, em suas análises uma leitura social de seu próprio corpo, sendo este, possuidor de traços fenotípicos brancos, em relação com os objetos simbólicos distribuídos por toda creche. A forma como o autor conduziu a pesquisa, permitiu a observação, a partir das imagens racialmente propagadas pela branquitude, tanto a conservação de privilégios às crianças brancas, quanto uma construção subjetiva de hierarquia racial no espaço (SANTIAGO, 2019).

Ambos os trabalhos, mesmo que constituídos por formas de análises distintas, apresentam características em concordância. Se a eugenia em sua acepção racial, juntamente com as políticas de branqueamento, que continham como finalidade o aperfeiçoamento da raça por meio do controle de natalidade e políticas de extermínio, se tornara um projeto inviável, uma versão atualizada foi instituída (DÁVILA, 2006).

Tal versão atualizada de conservação de privilégios da branquitude, quanto a manutenção subjetiva de hierarquia racial citada por Dávila (2006), pode ser observada, no estudo de Santiago (2019). Segundo o autor, acerca da conservação dos valores e privilégios da branquitude, em sua pesquisa, é evidenciado que, no âmbito educacional infantil, um dos objetivos se destina, a repreensão de maus-hábitos e valores ditos como errados, no entanto, tais condutas ao serem repreendidas ou até mesmo representadas, seja por ilustrações ou descritas, foram verificadas e associadas aos negros e pobres.

Neste sentido, a branquitude sempre está associada a ideia de pureza e detentora de conjunto de valores e práticas sociais, como aponta Laborne (2014, p. 53), “é descrito como um lugar, um status ocupado pelas pessoas brancas e herdado de relações sociais e fundamentalmente raciais do passado”. Tal conceito exprime uma concepção caracterizada pelo pensamento colonial advindos da sociedade que há muito tempo, construiu e desde então vem conservando, um lugar de privilégios materiais e simbólicos. Tal conservação estimula a manutenção da ideia de hierarquia racial, sendo a branquitude o principal marcador social seguido por demais marcadores como, classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo (SCHUCMAN, 2018).

Reconhecendo que a branquitude é um marcador social na sociedade, Lourenço Cardoso (2008), produtor de importantes estudos acerca do tema no Brasil, no ano de 2008, defendeu na Universidade de Coimbra a dissertação intitulada *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)*. Nesta obra o autor propõe algumas correções acerca do uso entre os teóricos da branquitude que apontavam que “tal pertencimento racial seria um lugar racial da superioridade” (CONCEIÇÃO 2017, p. 167, apud CARDOSO, 2008, p. 173).

O autor afirma que a “ideia de superioridade racial constituinte do pertencimento racial branco, não é um traço de essência, é uma construção histórica e social”, assim como aponta Hall (2003) e, por isso, pode ser desconstruída (CARDOSO, 2008, p. 173). Para Cardoso, tal desconstrução é uma tarefa que precisa ser realizada cotidianamente por brancos antirracistas. O Autor aponta que estas pessoas “vivem os conflitos de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão” (CARDOSO, 2008, p. 173). Esta afirmação do historiador é importante, pois daí que decorre sua hipótese de que há uma branquitude crítica e outra branquitude acrítica.

Cardoso (2010), dentro deste tema, discorre sobre o papel que os sujeitos autodeclarados brancos podem assumir quando se atentam ao seu lugar ocupado dentro da branquitude¹⁶. Estes sujeitos, segundo o autor, podem assumir dois papéis. O primeiro, refere-se ao sujeito autodeclarado branco que ao reconhecer sua posição de privilégio racial escolhe se posicionar contra o racismo, censurando a obtenção de quaisquer privilégios raciais (CARDOSO, 2010). No segundo, o sujeito autodeclarado branco sustenta em seu cotidiano argumentos em prol da superioridade racial branca, promovendo a manutenção e conservação de privilégios advindos da branquitude (CARDOSO, 2010).

Segundo Cardoso (2008), o primeiro papel é denominado de branquitude crítica, enquanto o segundo é descrito como branquitude acrítica. O estudo elaborado por Cardoso (2008) se preocupou em salientar a importância do leitor em distinguir a branquitude crítica da branquitude acrítica. O autor aponta que ambas as branquitudes (tanto a crítica quanto a acrítica), significam lugar de privilégio racial, no entanto, além das diferenças já mencionadas, ele destaca que a branquitude crítica geralmente não questiona ou reflete com profundidade sobre sua identidade racial, enquanto a branquitude acrítica enxerga seu

¹⁶ “Jamais, pensei, ou propus que a realidade brasileira se ajuste a produção sobre a identidade branca estrangeira” (CARDOSO, 2014, p.94). Segundo ele, referências teóricas estrangeiras podem ser úteis em alguns contextos e em outros não, tudo irá depender da observação do pesquisador frente aos fenômenos presentes na realidade social brasileira.

pertencimento étnico e racial , considerando-se parte de um grupo normativo, universal, sinônimo único de ser humano, “justamente para não deixar dúvidas de seu lugar hierárquico superior a todos os outros grupos e indivíduos” (CARDOSO, 2010, p. 625).

Cardoso (2010), em outro estudo, aponta que a revisão da produção acadêmica brasileira mostra que todos os trabalhos se restringem em investigar a branquitude crítica, evidenciando uma lacuna de se investigar, analisar e teorizar sobre os tipos e as particularidades da branquitude acrítica, ou seja, pesquisar pessoas e grupos de orientação de ultradireita. A academia, e a sociedade, de forma geral, necessita compreender com maior propriedade as pessoas e grupos que justificam e defendem a tese de ódio ao Outro. Afinal, ao não problematizarmos tais categorias de análise, assim como já mencionado, estaríamos encobrando a existência de demarcações hierárquicas discursivas existentes em nossa sociedade, privilegiando assim uns e excluindo outros dentro das relações raciais.

Por fim, todas as investigações brasileiras apontadas neste capítulo, em relação a branquitude, apresentam algumas peculiaridades, em relação as fronteiras escolhidas para a condução de suas pesquisas. No entanto, todos assumem algumas características em comum, a existência de práticas conservadoras em relação aos privilégios da branquitude na sociedade brasileira e a criação de uma estrutura hierárquica entre os sujeitos, sendo o branco, visto como não racializado, em posição de destaque. O que nos permite compreender que branquitude na nossa sociedade é marcada por um processo de hierarquização racista que significa poder; “a constituição identitária branca é um lugar de privilégios simbólicos” (CARDOSO, 2011, p. 81).

Conclui-se então que os trabalhos que estão surgindo, apresentando reflexões sobre a branquitude, tem auxiliado no rompimento da construção sociocultural de hierarquização dos sujeitos, em detrimento da raça. Estudos acerca da branquitude são importantes por propiciarem uma visão, de um lugar de fala distinto da negritude dentro das relações raciais. Tais discussões acerca da branquitude são essenciais porque também auxiliam a desconstruir dentro da temática racial, os resíduos de narrativas colonizadoras da história pautada pela lógica eurocêntrica de expropriação e opressão de determinados grupos com base na desumanização do outro (SANTIAGO, 2019).

Esse estudo se propõe a fazer exatamente essa reflexão sobre branquitude na área de administração. Conforme destaca Conceição (2017), se a área de Administração ainda discute pouco a temática racial, o que motivou pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos a colocarem as pessoas negras como objetos de desejo (CARDOSO, 2018) desses debates e não refletirem sobre sua própria construção identitária racial? A partir desse questionamento,

pretendemos nesse estudo discutir como as pessoas brancas que estudam raça na área de administração se observam enquanto um grupo social racializado. Para isto, na próxima seção, faremos um debate sobre como este estudo foi desenvolvido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, o nosso intuito é retomar a definição do objeto de pesquisa, apresentar o tipo de estudo que realizamos, os sujeitos que farão parte e, também, como pretendemos analisar os resultados desse estudo. Em relação aos estudos sobre a branquitude acadêmica, é preciso destacar que a tese de doutorado de Cardoso (2014) já apresentou esse debate. Em “*O branco ante a rebeldia do desejo*”, o sociólogo e historiador analisou o branco pesquisador que possuía como seu tradicional objeto de pesquisa o negro. A questão central de seu estudo se baseou na seguinte reflexão: Por que o branco pensa o Outro e não em si? Sobre tal questionamento, o autor conclui que o branco não faz tal reflexão, porque em sua vida toda, nunca lhe foi indagado sobre esse questionamento (CARDOSO, 2014).

Segundo o autor, “a história não lhe acarreta essa exigência, o branco efetivamente não precisa” (CARDOSO, 2014, p. 269). Para Cardoso (2014) a principal razão para a falta de uma interpelação ao branco sobre si mesmo se refere ao fato de que a História foi redigida a partir de uma mentalidade excessivamente branca (CARDOSO, 2014). O autor conclui que uma das contribuições de sua tese é a confirmação da literatura científica, onde o branco se coloca como padrão humano universal único, logo, aquilo que é descrito como o “desvio” da “norma” deve ser o foco da problemática, inferindo que o problema não está na branquitude (CARDOSO, 2014).

Já na área de Administração, nossa área de atuação, temos a tese de doutorado de Gouvêa (2019), já mencionada nesta pesquisa. Em “*A cidade, suas imagens, vozes e silêncios: estudo da formação das relações de trabalho em um município de tradição germânica do oeste do Paraná*”, a autora tendo por objetivo compreender como eram estabelecidas as relações de trabalho entre brancos e negros, em um município de tradição germânica, se propôs em seu estudo, em relação ao negro, apresentá-lo como sujeito, como aquele que também faz parte dos processos de relação social, em pé de igualdade com os brancos germânicos (GOUVÊA, 2019).

Tal pesquisa, além de tirar o negro da posição de objeto de estudo, algo que historicamente ocorre nas Ciências Sociais, realizou também, a partir da utilização da abordagem decolonial, a ampliação do arcabouço teórico no campo da Administração e dos

estudos organizacionais ao problematizar a branquitude a partir das próprias vivências e teorizações advindas de uma pesquisadora negra.

Os trabalhos citados, serviram de inspiração para a realização deste estudo, pois em ambas as pesquisas (a)o negro(a) se deslocou para o lugar de pesquisador(a) e buscou posicionar o branco no centro da problematização nas discussões da temática racial. Assim, tão importante quanto suas descobertas científicas, em ambos os estudos mencionados, percebe-se um movimento importante de resistência no que tange ao negro em relação a ocupação de determinados lugares que por muito tempo foram reservados para determinados grupos sociais. Deste modo, o (a) negro(a) ocupando lugar de pesquisador(a), rompe com o dilema de branquear ou desaparecer, atualmente ele(a) “pode tomar consciência de uma nova possibilidade de existir”, segundo Fanon (2008, apud, GOUVÊA, 2019, p. 27).

A presente pesquisa utilizará de uma abordagem quantitativa e qualitativa (DENZIN; LINCONL, 2006). Escolhemos esta natureza de pesquisa porque o objetivo que delimitamos foi de compreender como os elementos identitários presentes no processo de constituição racial branca (branquitude) das pesquisadoras e pesquisadores influenciam na escolha dos seus respectivos objetos de pesquisa dentro da temática de relações raciais na área de administração. Neste sentido, consideramos que tal abordagem seria a mais adequada, uma vez que a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa oferece a possibilidade de compreendermos de forma mais aprofundada a realidade dos entrevistados, assim como o contexto no qual estão inseridos. Ao passo que nos aprofundamos na realidade dos nossos sujeitos de pesquisa, a perspectiva qualitativa, concomitantemente, também proporcionara meios para a interpretação dos fenômenos em toda sua complexidade e compreensão dos sujeitos em seus diferentes contextos (MINAYO, 2012).

Para a realização do nosso estudo, a estratégia metodológica foi realizar a pesquisa em duas fases. Em um primeiro momento, nosso objetivo foi caracterizar bibliometricamente o campo de estudos sobre as relações raciais na área de Administração no Brasil, identificar as pessoas que poderiam participar do trabalho, além de identificar e discutir os elementos identitários presentes na constituição do campo de pesquisa sobre relações raciais na área de Administração. Para isto, utilizamos como recurso a realização de um estudo bibliométrico nas duas principais base de dados da área de Administração (ANPAD e SPELL).

Foram identificados trinta e quatro estudos, escritos no total por cinquenta e quatro pesquisadoras e pesquisadores, sendo trinta e uma mulheres e vinte e três homens. Já em relação ao pertencimento racial de cada um, dos cinquenta e quatro pesquisadores e pesquisadoras, vinte e oito se reconheceram brancos e brancas, vinte e seis se reconheceram

negros e negras. a produção sobre a temática racial. O pertencimento étnico-racial dos pesquisadores e pesquisadoras foram informados via e-mail (realizado pelo critério de autodefinição). Já na segunda fase, para a coleta do material empírico, foram entrevistados três pesquisadoras e um pesquisador. Nesta fase utilizamos como técnica a entrevista em profundidade e por fim, para análise dos materiais produzidos em campo nos baseamos na técnica hermenêutico-dialético (MINAYO, 2002).

3.1 A CARACTERIZAÇÃO BIBLIOMÉTRICA DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Para realizarmos a primeira etapa metodológica utilizamos a bibliometria como método. A bibliometria, segundo Su e Lee (2010), nos permite observar em bancos de dados, plataformas e periódicos eletrônicos a produção científica de determinada temática de estudos registrados naquele local. É um método que nos auxilia na localização de publicações. Tal método também possibilita compreendermos a posição de um país, instituição e pesquisadoras/pesquisadores em relação a seus pares e/ou ao mundo, em termos de produção científica (SOARES; CARNEIRO; CALMON; CASTRO, 2016). Para isso, os dados utilizados podem se configurar em termos textuais de um artigo científico, assim como dos elementos de registros utilizados em veículos de publicação, como autorias, citações ou idioma (SOARES; CARNEIRO; CALMON; CASTRO, 2016).

Em nossa pesquisa, utilizamos dois lócus de coleta de dados para a realização do estudo bibliométrico, sendo estes o *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) e os anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração (ANPAD). A escolha destes dois lócus ocorreu, pois são os principais veículos de divulgação e de publicação de resultados de pesquisas na área de Administração no Brasil.

A ANPAD criada em 1976, é destinada à troca de experiências a respeito de pesquisas em andamento e à socialização de conhecimentos e tecnologias produzidos pela comunidade formada por professores e alunos que atuam em programas de pós-graduação em Administração (GUIMARÃES; MOTTA; FARIAS, KIMURA; QUINTELLA; CARNEIRO, 2018). A ANPAD cumpre importante função junto à comunidade científica brasileira de Administração, atuando no processo de institucionalização social do campo, seja na realização de eventos, no lançamento e a operação de revistas científicas ou em suas ações de cunho regulatório (GUIMARÃES; MOTTA; FARIAS, KIMURA; QUINTELLA; CARNEIRO, 2018). A ANPAD mantém, ainda, um repositório e indexador, a (SPELL), com o acervo

científico brasileiro das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo (GUIMARÃES; MOTTA; FARIAS, KIMURA; QUINTELLA; CARNEIRO, 2018).

Criada em 2012, a base de dados SPELL é uma iniciativa que visa a consolidar a publicação científica em Administração e outras áreas com foco na qualidade (GUIMARÃES; MOTTA; FARIAS, KIMURA; QUINTELLA; CARNEIRO, 2018). Segundo os autores, a SPELL no início de 2018, contava com mais de quarenta mil documentos publicados por mais de cem periódicos. Os autores afirmam ainda que desde sua criação já houve mais de trinta e nove milhões de acessos e mais de doze milhões de downloads de textos disponibilizados nessa base. Esse repositório, segundo Trzesniak (2016 apud GUIMARÃES; MOTTA; FARIAS, KIMURA; QUINTELLA; CARNEIRO, 2018, p. 533) “é um indexador de primeira linha”, dada sua importância na qualificação da produção científica da área. Neste sentido, dada a relevância da ANPAD enquanto instituição destinada ao apoio, manutenção e acervo de publicações de pesquisas em congressos nacionais voltadas a área de Administração e o papel da SPELL, que atua na indexação de periódicos da produção científica nacional genuínas da área de Administração, optaremos por utilizar os artigos científicos que estarão presentes na base de pesquisa de ambos os periódicos eletrônicos.

Em relação aos dados coletados, utilizamos, inicialmente, as variáveis disponibilizadas pelas próprias bases para o registro das publicações científicas, sendo estas autorias, ano de publicação, palavras-chaves e vínculo institucional. A seguir, conforme discute Rao (1986) e Zhu (1999), caracterizamos os artigos em termos de temática, teoria utilizada, metodologia de pesquisa, objeto de estudo e resultados da pesquisa. O formulário utilizado para essa coleta de dados está em anexo a esse projeto de pesquisa (APÊNDICE II). Com isso, foi possível caracterizar elementos quantitativos e qualitativos da produção de conhecimento sobre relações raciais na área de Administração no Brasil, a partir dos lócus pesquisados.

Os resultados dessa coleta de dados foram analisados com base na técnica de estatística descritiva. Tal técnica, segundo Creswell (2007) consiste na organização de um conjunto de dados, através da construção de gráficos e tabelas. Para o autor, a estatística descritiva busca descrever de forma resumida os dados de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado, e resumir as informações contidas nestes dados mediante a utilização de variáveis (CRESWELL, 2007).

3.2 AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Com base na primeira fase do estudo foi possível identificar cinquenta e quatro pesquisadoras e os pesquisadores. Os critérios para a participação nas entrevistas foram: a) se reconhecer como pessoa branca; b) ter publicados as menos um artigo nas bases de dados pesquisadas; c) ter vínculo com instituição de ensino, pesquisa ou movimentos sociais brasileiros. Após a utilização dos critérios apresentados apenas vinte e sete dos pesquisadores e pesquisadoras se caracterizavam como potenciais sujeitos da pesquisa.

Através da entrevista em profundidade, o pesquisador tem a oportunidade de retomar vivências do entrevistado de forma retrospectiva, por meio de interpretações. Segundo Minayo (2001), a entrevista em profundidade pode ser descrita como um olhar cuidadoso sobre a vivência ou sobre determinado fato. Os relatos que são alcançados por entrevistas em profundidade “fornecem materiais extremamente ricos para análises do vivido. Neles podemos encontrar os reflexos das dimensões coletivas a partir da visão individual” (MINAYO, 2001, p. 16).

O intuito de uma pesquisa qualitativa será sempre de compreender e interpretar da forma mais próxima possível a lógica de compreensão o objeto de estudo dos sujeitos da pesquisa (MINAYO, 2012). Neste sentido, Minayo (2012) ressalta que na análise interpretativa é sempre necessário considerar a importância pela busca da intersubjetividade na construção do conhecimento, não partilhados necessariamente, ou seja, a interação entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa, sendo a partir desta interação a possibilidade que teremos de inferir as questões a serem investigadas.

Para isso, foi elaborado um roteiro de entrevista, que está em anexo a essa dissertação (APÊNDICE I) e que serviu de orientação para a realização do estudo. Esse roteiro foi construído com base nas categorias de análise que fundamentam teoricamente esta dissertação, sendo estes raça, relações raciais, branquitudes e pesquisa.

Em relação ao acesso a essas pessoas, após sua identificação na pesquisa bibliométrica, entramos em contato com elas, via e-mail, para o convite para a participação no estudo. Quando houve aceite, a entrevista foi realizada de modo virtual, a partir da plataforma Google Meets. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio, e, posteriormente, foram transcritas para a realização das análises.

Em relação a técnica escolhida para o processo de análise das entrevistas, optamos pela técnica hermenêutico-dialético (MINAYO, 2001). Minayo (2001) aponta que um dos principais impasses de pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com pesquisas qualitativas é de suplantarem esquemas interpretativos formais advindos do paradigma funcionalista. É neste sentido que a hermenêutica-dialética nos é apresentada, pois:

Diferentemente da análise de conteúdo e da análise do discurso que se colocam como uma tecnologia de interpretação de textos, a hermenêutica-dialética se apresenta como um caminho do pensamento, como uma via de encontros entre as ciências sociais e a filosofia (MINAYO, 2001)

Face seu imbricamento com o nosso objeto de estudo, a branquitude acadêmica, como um processo relacional de construção sócio-histórica, tal proposta metodológica de análise se apresentou como melhor opção, pois, segundo Minayo (2004), tal técnica tem como foco os sentidos das falas dos sujeitos, levando sempre em consideração o contexto histórico onde e pelo qual foram produzidas. Neste sentido, o método hermenêutico-dialético pode ser descrito como técnica que vai além de um mecanicismo metodológico não reflexivo (CARDOSOS; SANTOS, ALLOUFA, 2015).

A etimologia da palavra hermenêutica, segundo Stein (2004), possui alguns significados, como por exemplo “interpretar”, “traduzir”, “proclamar”, “fazer compreender” (STEIN, 2004). Nesta pesquisa então, a palavra hermenêutica será descrita como a arte de compreender textos como documentos, narrativas, entrevistas, livros, entre outros (MINAYO, 2004). Este termo consiste na busca de compreensão de sentidos que se dá na comunicação entre os seres humanos, ela busca diferenças e semelhanças entre o contexto dos autores e o contexto do investigador, busca entender os fatos, os relatos e as observações e apoia essa reflexão sobre o contexto histórico (CARDOSOS; SANTOS, ALLOUFA, 2015).

Já a dialética pode ser descrita como a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia. Tal elemento dentro deste aporte metodológico observa nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos desconhecidos que não ficam visíveis no interior do sistema lógico-científico de pensamento (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012). Compreendemos então, que a união da hermenêutica e a dialética nos possibilita uma melhor compreensão de textos, falas e depoimentos. Estes elementos linguísticos podem ser descritos como resultado de um processo social e processo de conhecimento. Enquanto a hermenêutica enfatiza o consenso, a mediação e o acordo, a dialética se orienta para a diferença, o contraste e a crítica (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012).

O método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2004) para a análise dos dados, apresenta três fases: 1) a ordenação dos dados, 2) a classificação dos dados e a 3) análise final. A primeira fase, denominada ordenação dos dados, incluirá: a) transcrição das entrevistas, b) releitura do material, e c) ordenação dos relatos, a partir de recortes temáticos

que foram identificados no campo. Nesta fase, esquematizamos um mapeamento com todas as informações obtidos do campo reconhecidos como relevantes após realizarmos um levantamento da narrativa de vida das pessoas entrevistadas.

Os entrevistados foram convidados a produzirem um relato oral sobre sua própria história de vida, evidenciando fatos que considerem mais relevantes no decorrer de suas vidas. Esta etapa será concluída ao passo que realizaremos a escuta das narrativas dos sujeitos da pesquisa e a transcrição das entrevistas, observando o que foi comum nas narrativas, indo além das falas e dos fatos descritos, com vistas a seguir um caminho reflexivo do pensamento hermenêutico dialético (MINAYO, 2001)

Em seguida, na fase de classificação, Minayo (2001) destaca que é importante que as pesquisadoras e pesquisadores ao utilizarem tal método, se conscientizem que os dados não existem por si só. Segundo a autora, eles são construídos a partir de um questionamento que se faz sobre eles, com base numa fundamentação teórica (MINAYO, 2001). Nesta fase, a leitura exaustiva dos textos que funciona como aporte teórico da pesquisa tendo como finalidade auxiliar na identificação de categorias de análise específicas que emergirão do campo. A partir da categorização de tais elementos descritos no arcabouço teórico e, também, visualizados no campo, buscamos recortar as entrevistas organizando-as por temas relevantes (MINAYO, 2001).

Foi a partir desta etapa que buscamos analisar as categorias de análises que emergiram a partir das histórias e experiências dos sujeitos de pesquisa, quando questionados os motivos que os levaram, enquanto sujeitos brancos, dentro da temática racial em administração escolherem a negritude como foco principal da análise, e não a branquitude, e se estas pesquisadoras e pesquisadores brancos se enxergam como seres racializados

Na terceira fase, denominada por Minayo (2001) de análise final, o objetivo principal foi de estabelecer conexões entre os dados e os referências teóricos da pesquisa e, desta forma, responder às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Logo na análise final, os resultados foram tratados no sentido de analisar os significados das narrativas apresentadas nas falas das entrevistadas e dos entrevistados, articulando-os com os resultados da pesquisa bibliométrica e com o referencial teórico orientador da pesquisa. Com isso, foi possível vincular as temáticas construídas a partir narrativas com os dados obtidos com a realização da pesquisa bibliométrica de forma a construir a narrativa final da realização desse estudo.

Por fim, cabe ressaltar que Minayo (2001) entende que os resultados de uma pesquisa qualitativa em ciências sociais é sempre uma aproximação da realidade. É esta aproximação que pretendemos apresentar com as potencialidades do conceito de branquitude com as

análises organizacionais com bases nas evidências e das reflexões produzidas com a realização desta pesquisa.

3.2 O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA FASE DA PESQUISA

O intuito da nossa pesquisa foi abordar a temática racial, tendo em foco a branquitude. Vale destacar aqui alguns estudos que já realizaram essas discussões, por exemplo a pesquisa realizada por Cardoso (2014), em que o autor sustenta o argumento de que o pertencimento racial branco enquanto tema nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil é um assunto de emergência. Seus estudos revelaram que além da pequena quantidade de pesquisas realizadas com a branquitude em foco, as discussões apontaram que os indivíduos brancos não são capazes de se enxergarem racialmente.

Em outras palavras, a identidade racial branca não se considera uma identidade racial marcada. Em nossa sociedade prepondera o pensamento de que o branco não possui raça ou etnia. O branco não se encaixaria nos grupos, muitas vezes, denominados como minoria racial, étnica ou nacional (CARDOSO, 2008, p. 173-198).

Neste sentido, durante suas investigações o autor pode perceber que a ausência de abordagens acerca da branquitude nos textos acadêmicos publicados e consolidados sobre a temática racial se dá devido a esta falta de demarcação racial do branco, onde a população branca é resguardada em relação aos debates sobre a estrutura social racializada do nosso país.

Já no campo da administração, tanto Bento (2002) quanto Gouvêa (2019), têm discutido sobre a necessidade de se abordar raça e racismo sob a ótica da branquitude como forma de compreensão da constituição das relações sociais no Brasil a partir da perspectiva dos privilégios. Ainda em administração, tomamos como referência neste estudo sobre branquitude um dos principais teóricos organizacionais do Brasil, Guerreiro Ramos (1957). O autor em “A patologia social do branco brasileiro”, nos permite refletir porque o centro das discussões não tem sido repensar privilégios, ao invés de pensar em apenas incorporar “minorias”: negros, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, e LGBTQs nas organizações. (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020).

Tendo então como referência esses trabalhos citados, em nossa primeira etapa metodológica, utilizando a caracterização bibliométrica do campo de estudos sobre relações raciais em administração no Brasil, consultamos produções acadêmicas, com um recorte temporal de 2010 a 2020. A escolha dessa delimitação temporal ocorreu porque desde 2010,

os periódicos, congressos e eventos apresentaram uma crescente no que concerne a quantidade de publicações de estudos com a temática de relações raciais em administração.

Essas consultas foram realizadas por meio da utilização de palavras-chave. As expressões de busca utilizadas foram: branco, branca, branquitude, negro, negra, negritude, raça, relações raciais, racismo, preconceito racial, discriminação racial, etnia, étnico/racial nos periódicos eletrônicos da SPELL e ANPAD. Vale destacar que somente foram selecionados para esta pesquisa artigos em que pelo menos um dos autores apresentou alguma formação acadêmica em administração e vínculo institucional com alguma universidade atualmente.

Selecionamos trinta e quatro artigos nesta etapa. Esses estudos foram escritos no total por cinquenta e quatro pesquisadoras e pesquisadores, sendo trinta e uma mulheres e vinte e três homens. Já em relação ao pertencimento racial de cada um, dos cinquenta e quatro pesquisadores e pesquisadoras, vinte e oito se reconheceram brancos e brancas, vinte e seis se reconheceram negros e negras.

Minha atenção se voltou para os vinte e sete pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas e seus estudos publicados. Ao ler estes estudos selecionados acabei percebendo que alguns deles ocupavam o terceiro e quarto lugar como autores em estudos que possuíam autores negros e negras como autores principais. Nesse sentido, passei a investigar apenas aqueles que se encontravam entre as posições de primeiro autor/autora e segundo autor/autora das pesquisas. No quadro abaixo ilustro a quantidade de pesquisadoras e pesquisadores encontrados e seus respectivos perfis, os enquadrando como possíveis sujeitos da pesquisa.

Tabela 1

Pesquisadoras e pesquisadores que estudam o negro-tema em administração

Nome	Profissão	Pertença étnico-racial	Formação
Monique	Pesquisadora	Branca	Doutoranda
João	Professor	Branca	Doutorado
Cesár	Professor	Branca	Doutorado
Bianca	Professor	Branca	Doutorado
Laura	Professora	Branca	Doutorado
Adriana	Professora	Branca	Doutorado
Maria	Pesquisadora	Branca	Doutorado
Aparecida	Professora	Branca	Doutorado
Gustavo	Professor	Branca	Doutorado
Alex	Professor	Branca	Doutorado
Marta	Professora	Branca	Doutorado

Fonte: da pesquisa (2021)

O quadro 1 indica o nome do(a) pesquisador(a), nesse caso, utilizei apenas o nome fictício, para preservar o anonimato dos possíveis sujeitos da minha pesquisa, sendo os

demais dados reais, como a profissão, o pertencimento étnico-racial (realizado pelo critério da autodefinição) o grau de escolaridade formal, assim como seus respectivos vínculos institucionais. Em relação ao acesso das informações sobre o pertencimento étnico-racial dos possíveis sujeitos de pesquisa, realizei o contato via e-mail, já as demais informações foram acessadas através da plataforma do Currículo Lattes.

Ainda na primeira fase metodológica, caracterizada pela bibliometria, outras informações foram observadas. Por exemplo, nos estudos realizados pelas pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos citados no quadro 1, observei que as pesquisas atestam uma das conclusões de Cardoso (2014) em sua tese. Segundo autor, a academia persiste em tratar o negro como objeto a ser analisado (não sujeito histórico). Em administração, percebe-se que os estudos se atentaram a investigar, por exemplo, as oportunidades dos negros em termos de empregabilidade e ascensão profissional no Brasil; a disparidade de negros no espaço acadêmico como também no mundo do trabalho; ou então como categorias opressivas - gênero, raça e classe - afetam determinados segmentos populacionais. No entanto, não se atentaram a discutir sobre a posição que o branco assume nesse cenário em que possui a raça como categoria principal de análise tampouco houve, nesses estudos, um debate sobre sua própria construção identitária racial em termos metodológicos para o desenvolvimento de suas pesquisas nas relações com as pessoas negras participantes de seus estudos.

Nos trabalhos analisados, a identidade racial de quem está realizando a pesquisa não é problematizada. É como se esse fato não interferisse em termos epistemológicos, teóricos, metodológicos e empíricos para se discutir a temática racial. Nos estudos em que foram realizadas pesquisas de campo, não se problematiza as relações entre pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos com participantes negras e negros no trabalho de campo. Também não se discute como seus próprios “olhares” e compreensões sobre o mundo, constituídos a partir de lugares de branquitudes, influênciam seus modos de compreensão do mundo e das relações raciais.

A partir destas evidências identificadas nessa primeira fase do estudo, desenvolvi o segundo momento de construção dessa pesquisa. Logo após a primeira fase passei a entrar em contato com cada um/a das autorias identificadas na bibliometria e que se apresentavam as características necessárias para a próxima etapa do estudo, conforme discutido na seção metodológica desse trabalho. De início, fiquei preocupado com as inúmeras recusas que estava recebendo, fato este que já havia sido previsto pelas minhas orientadoras. Alguns declinaram de forma educada, apontado que não poderiam participar por falta de horários na

agenda até o final de fevereiro de 2021. Outros, por ser uma temática da qual não possuía familiaridade, mesmo possuindo estudos publicados em periódicos e eventos da área de administração. Vários nem chegaram a responder os e-mails.

Nesse sentido, dos onze perfis de pesquisadores e pesquisadoras que apresentavam potenciais para a segunda etapa metodológica, apenas quatro não declinaram e aceitaram participar da entrevista, sendo três mulheres e um homem.

Tabela 2
Apresentação dos sujeitos de pesquisa que fizeram parte da entrevista

Nome	Gênero	Idade	Formação
Monique	Feminino	32 anos	Doutoranda
Adriana	Feminino	48 anos	Doutora
Bianca	Feminino	30 anos	Doutora
João	Masculino	52 anos	Doutor

Fonte: da pesquisa (2021)

Ao passo que os sujeitos de pesquisa confirmavam as suas participações na segunda etapa metodológica da pesquisa, era elaborado o nosso roteiro de perguntas. O roteiro é composto por perguntas abertas, assim como destacaremos na próxima seção. O intuito era de conduzir uma conversa que permitisse os entrevistados a falarem de forma confortável sobre suas vivências para que assim fosse possível acessar os significados, motivos e aspirações nos discursos dos entrevistados.

3.3 A CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Baseando-se na ideia de retomar vivências das pessoas entrevistadas de forma retrospectiva, construímos um roteiro dividido em três blocos. Na primeira parte, centrado na história de vida dos entrevistados, com o intuito de abordar questões relacionadas a memórias de infância, origem regional, composição da família, em termos raciais e, também, socioeconômico. Na segunda etapa, centrado nos conceitos de raça, formulamos perguntas sobre conteúdos, autores e materiais utilizados pelos entrevistados em seus trabalhos sobre a temática racial, assim como se percebiam racialmente. A terceira etapa consistia em perguntas direcionadas as discussões sobre branquitude, os impactos da raça nas relações sociais do entrevistado, os critérios de escolha dos seus objetos de pesquisa e a ausência de estudos sobre a branquitude na área de administração.

Nestes três blocos de perguntas, algumas delas se repetiam, sendo as perguntas: Você já pensou sobre sua identidade racial? Por que você escolheu esse grupo racializado e não

outro? Por que você não estudou branquitude como seu objeto de pesquisa? O roteiro de entrevista em profundidade proporcionou um tom de conversa informal, ao passo que se mostrou útil para a obtenção de dados comparáveis entre as entrevistas realizadas.

Escolher a entrevista em profundidade como uma das principais técnicas de produção de material empírico para a pesquisa levou-me a ponderar sobre o meu próprio pertencimento racial em relação a forma que a pesquisa foi desenhada, afinal essa etapa da pesquisa dependeria do meu acesso ao campo. O que quero dizer é que, inicialmente, suscitou dúvidas se a diferença racial entre pesquisador negro e entrevistado branco e entrevistadas brancas seria uma condição que dificultaria a obtenção de respostas autênticas e espontâneas para a elaboração do material empírico pertinente aos objetivos de pesquisa traçados. Ao pesquisar sobre o assunto, me deparei com as mesmas inquietações em campo mencionado por autores e autoras brasileiros que relatam a disparidade racial presente em campo, tornando a branquitude e negritude territórios divididos racialmente (OLIVEIRA, 2019; GOUVEA, 2019; PIZA, 2002a).

[...] a raça, o sexo, a idade e outras características do entrevistador podem influenciar o tipo de relação estabelecida. É importante que [o pesquisador] seja sensível aos efeitos que as suas características pessoais possam ter numa entrevista. Todavia, é raro que estas sejam tão pronunciadas que o desqualifiquem (BOGDAN, 1994, p. 138)

A exemplo, Gouvêa (2019), pesquisadora negra, em um dos seus relatos em sua tese, aponta que recebeu uma série de respostas evasivas ou a utilização de expressões não habituais dos seus entrevistados. A autora ao entrevistar um homem que se identificava racialmente como uma pessoa branca de origem germânica; proprietário de uma olaria do município Quatro Pontes e que possuía uma mão de obra majoritariamente negra, percebeu que ele havia sido instruído para tomar cuidado com a maneira que iria se referir aos trabalhadores negros a ela. Para superar este obstáculo a autora buscou desenvolver uma atmosfera de cumplicidade entre pesquisadora e entrevistado, conduzindo uma conversa didática, oferecendo a oportunidade do entrevistado de sanar suas dúvidas ao dar a entrevista e se sentir confortável ao utilizar a palavra “negro” na frente dela.

Situações como esta ocorrida em campo descrito por Gouvêa (2019) recolocam a questão da neutralidade científica em discussão e indicam o que Bogdan (1994) tratou em seus estudos, ou seja, as características do entrevistador(a) não necessariamente invalidam as

respostas observadas em campo, no entanto exigem atenção aos possíveis efeitos por trás das respostas obtidas, como sensações de alívio, desconforto ou até mesmo o silêncio por parte dos entrevistados.

Em concordância sobre a impossibilidade de neutralidade científica, optei por não limitar a minha atividade de autorreflexão ao passo que estaria entrevistando pessoas de um grupo racialmente distinto do meu. Para isto, em meu processo de escrita e análise, procurei evidenciar as relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador tentando compreender como essa relação, de alguma forma poderia influenciar as respostas que seriam apresentadas. Todas as informações colhidas em campo ajudaram a produzir o material empírico e as análises. As entrevistas foram realizadas de modo virtual, a partir da plataforma Google Meet. Em todos os casos solicitados houve autorização das entrevistadas e do entrevistado para a gravação em formato de áudio o que possibilitou posteriormente, que as entrevistas fossem transcritas para a realização das análises.

Já em relação a análise qualitativa, utilizei o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2004) e já descrito nessa seção do trabalho. Realizando então, a escuta das narrativas das entrevistadas e entrevistado, efetuando a transcrição das narrativas e a leitura do corpus constituído; observando o que foi comum nas narrativas; indo além das falas e dos fatos descritos; seguindo um caminho reflexivo do pensamento hermenêutico dialético (MINAYO, 2004), foi possível chegar às categorias ilustradas pela figura 1.

Figura 1

Figura 1 - Categorias da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Na terceira etapa, denominada por Minayo (2004) como análise final, procurei estabelecer conexões entre os dados que emergiram do campo e os referenciais teóricos levantados até aqui, no intuito de compreender o fenômeno observado e apresentar possíveis respostas em relação aos objetivos traçados. Na análise final, os resultados que consegui extrair foram tratados observando os significados dos discursos representados nas falas das entrevistadas e entrevistado, articulando-os com o arcabouço teórico orientador do estudo. O resultado dessa articulação entre dados colhidos em campo com o referencial teórico é apresentado no próximo capítulo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, essa seção está dividida em duas subseções: (I) O processo de construção identitária das pessoas brancas pensado a partir do

negro, que apresenta relatos das entrevistadas e entrevistado sobre a influência da raça sobre os aspectos de suas vidas sociais e acadêmicas e o processo de escolha dos seus objetos de pesquisa; e (II) Que abordarei sobre como é ser branco no Brasil, analisado a partir de três dimensões que surgiram em campo, a primeira dimensão refere-se ao corpo, a segunda dimensão volta-se a relação do branco e o “outro” no meio acadêmico e pôr fim a relação do branco e as instituições.

4.1 “COISA DE PRETO NÃO É DE GENTE SOFISTICADA”: A DUALIDADE DO PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS BRANQUITUDES COM O NEGRO

Para discutir raça e branquitude na área de administração, utilizo como base as discussões de Hall (2003), Sansone (2003), Nogueira (2006), Munanga (2003a), Munanga e Gomes (2006), entre outros, sobre raça. Em relação aos debates acerca da branquitude, a base das discussões está centrada nas proposições de Cardoso (2014), Schucman (2012) e Conceição (2020). Já as discussões em relação a branquitude na área de administração me concentrei no arcabouço teórico de Guerreiro Ramos (1957), Bento (2002) e Gouvêa (2019). Conforme discutido na seção teórica deste estudo, as referidas autorias que abordam o conceito de raça, partem de uma ideia de construção social e não biológica. No entanto, a raça ainda é utilizada como mecanismo de manutenção hierárquica entre grupos sociais em nossa sociedade. Devido a essa estrutura social racializada o branco passa a ser beneficiado por este não ser visto e nem se enxergar racializado.

Sendo assim, a partir do arcabouço teórico dos autores citados, procurei analisar as narrativas das pessoas entrevistadas sobre o processo de construção identitário racial em suas vidas. Nas reflexões aqui realizadas procuro evidenciar as principais características da branquitude no processo de construção identitária racial que foram descritas, de forma explícita ou não, pelas entrevistadas e entrevistado, características estas que se projetam para além da cor da pele. Realizando a análise decidi destacar dos depoimentos colhidos, relacionados à identidade racial branca, características que asseguram uma maior aceitação social, vantagem e/ou que dão sustentação a ideia de privilégios que apenas sujeitos brancos estão propícios a receber no dia a dia.

O que pude perceber é que, embora boa parte das características relacionadas a branquitude no processo de construção identitário racial nas entrevistas não tenham sido citadas, algumas alusões foram realizadas. Algumas falas observadas mereceram destaques antecipados por causa das inúmeras alusões e sinônimos positivos atribuídos a população

branca, enquanto os sinônimos pejorativos estariam relacionados a população negra. Trata-se de narrativas feitas para as pessoas entrevistadas ao longo de suas vidas que tentavam explicar “o que era coisa de branco e coisa de preto”, ou seja, frase usada para qualificar ações, gostos e características de pessoas brancas.

Essa lógica da razão dual de se constituir as racializações entre o eu e o outro, já discutida por Cardoso (2014), foi inicialmente apresentada a partir da dimensão estética (FOUCAULT, 2018), na qual gostos e o entendimento sobre o que é “bom, belo e bem-sucedido” foram construídos, ainda que de forma velada”, a partir da dinâmica de estruturação de hierarquias raciais, na qual o branco é idealizado:

Na infância eu queria aprender tocar violão e o meu pai não permitia porque, segundo ele, violão era coisa de “preto”, se você quer aprender algum instrumento musical, você tem que aprender piano [...] piano é coisa de **gente sofisticada**” (João)

Conforme apresentado no estudo de Schucman (2016) a branquitude funciona como um dispositivo de poder. Como tal, ela se constitui a partir de um conjunto de arranjos de elementos heterogêneos da vida cotidiana que tecem uma rede que regulamenta ditos e não ditos, ou seja, um conjunto de práticas que constituem os sujeitos e seus modos de organização. É por isso que a branquitude não deve ser confundida com a brancura, com a cor da pele, por exemplo, mas compreendida como modos de organização de coletividades, o que inclui outras materialidades que não somente o corpo humano. Por isso, conforme apresentado na fala de João, violão é “coisa de preto” e piano é “para gente sofisticada”, por isso, de branco. É importante destacar que o termo branco não é utilizado sendo considerado como sinônimo de “sofisticado”. Sobre dispositivo, Foucault (2000, p. 244) afirma que é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Essa rede inclui pessoas, objetos, modos de ser. Não à toa, no Brasil, a localização geográfica também é constituidora desse processo. Santos e Oliveira (2020), por exemplo, em um estudo na região metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciaram que mesmo quando as pessoas negras apresentam ascensão social em termos de rendimentos financeiros, isso não se

converte diretamente em termos econômicos, tão pouco de classe social, visto que elas continuam, na maioria das vezes, morando no mesmo bairro onde experimentaram o início de tal ascensão. É por isso que Schucman (2016) fala da branquitude como dispositivo, pois enreda muito mais elementos do que dinheiro ou objetos. Aqui, falamos sobre modos de vida que engloba, inclusive, as relações afetivas, sexuais e afetiva-sexuais:

meu ex-marido tinha uma amante, e ela era negra! E aí eu começo a me dar conta, sabe, acredito que ele imaginava assim: eu dentro de casa, era pra cuidar da casa, ter filho, para apresentar **a bela esposa** nas rodas de amizades do trabalho, **a esposa ideal** [...] mas o lugar da cama, do desejo sexual era dela (Adriana)

A fala de Adriana evidencia essa relação entre relações raciais e afetividades, discutidas por Schucman (2016), Pacheco (2018) e Souza (2008). Esses estudos já discutiam como as pessoas de pele mais clara no Brasil tendem a ter “vantagens” no “mercado afetivo”. As pessoas brancas são as que mais institucionalizam relações afetivas-sexuais no Brasil e, também, entre pessoas da mesma raça (OLIVEIRA, 2020). Dados do IBGE informam que aproximadamente 85% das pessoas brancas institucionalizam relações afetivas com pessoas brancas (OLIVEIRA, 2020). Já as mulheres negras, além de comporem o grupo social que menos institucionaliza relações afetivas em nosso país, também são as que mais exercem a maternidade solo (OLIVEIRA, 2020).

Apesar de ser um tema pouco debatido em nosso país, visto que, no Brasil, “amor não teria cor”, esse também foi um elemento destacado pelas pessoas entrevistadas em seu processo de constituição identitária racial que se encontra na dimensão social ou afetiva. A raça também demarcaria lugares afetivos nas relações sociais, sendo que estes lugares também se constituem a partir de outras dinâmicas de opressão, a exemplo do machismo. Por isso, na fala da entrevistada, ela, como mulher branca, é objetificada como algo a ser exposto nos círculos concêntricos brancos, conforme apresenta Edith Piza, enquanto, em sua percepção, a mulher negra é objetificada com o lugar sexual. Dois pontos importantes desse relato é a localização da mulher negra como a amante e o fato da entrevistada não aventar a possibilidade de relação de afeto de seu esposo branco com a “amante” negra. O que reforça o estudo de Pacheco (2018), por exemplo, quando afirma que, no Brasil, é “branca pra casar, mulata pra foder e negra para trabalhar”.

As pessoas entrevistadas também indicaram que, além da relação da branquitude com a sofisticação, é com outras pessoas brancas que se deve institucionalizar relações, inclusive afetivas. Mas, e quando esse processo é tensionado? Quando não é o lugar de “amante” que o

negro ocupa na vida do branco. Quais seriam os efeitos disso na constituição identitária racial das pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos?

Eu sou casada com um homem preto e no processo de compra do nosso apartamento. Percebi que os vendedores não fechavam o negócio com o meu marido, mas sim comigo. Ambos eram professores, ambos participaram da negociação, mas, aparentemente, apenas um de nós indicava **ter uma profissão bem remunerada** que permitiria arcar com as despesas da reforma, mobília e mudança. (Bianca)

Nos relatos descritos anteriormente, são apontadas algumas das características assimiladas ao processo de construção identitário racial branco. Essas concepções são compartilhadas por familiares, cônjuges, amigos e prestadores de serviços relacionados as entrevistadas e entrevistado. Vê-se que ao pertencimento racial branco foram associadas características como, *sofisticação, beleza, idealização matrimonial e estabilidade financeira*, o que a princípio apresentava o corpo negro como ponto assimétrico a essas características. Bento (2002) aponta que na branquitude, muitas das suas características são construídas socialmente e incorporadas ao longo da vida de pessoas brancas de forma tão naturalizadas que passam a ser cultivadas e aceitas na sociedade, o que possibilita que tais características sejam conferidas ao branco, dito como norma, contribuindo para a criação e manutenção de uma hierarquia racial.

É por isso que, conforme destacado por Bianca, mulher branca casada com um homem negro, assim como discutido no trabalho de Santos e Oliveira (2020), não é o fato das pessoas negras apresentarem rendimento financeiro maior que conferirá a ela compartilhar, efetivamente, dos mesmos ciclos e da mesma condição social de uma pessoa branca. O lugar do negro como coletivo se sobrepõe ao lugar do negro como indivíduo. Outro ponto importante destacado na fala de Bianca é a questão de gênero. Por mais que saibamos da existência da opressão de gênero como estruturante de nossa sociedade, estudos do IBGE (2021) já indicam que as mulheres brancas têm um rendimento superior ao de homens negros em nossa sociedade, assim como ocupam mais cargos de poder nas organizações brasileiras, conforme indicam estudos do Instituto Ethos (2021). Ou seja, há evidências de que as opressões raciais se sobrepõem as opressões de gênero no Brasil.

Para João, era comum ouvir, tanto no âmbito familiar quanto na escola, tais narrativas que enalteciam o branco nessa hierarquização racial, fosse pelas características fenotípicas ou econômicas, mesmo afirmando não ser de família rica. Ele nasceu em uma família “simples”, conforme seu relato. Sua infância e adolescência foram marcados pelos ensinamentos cristãos

da igreja de que seus pais eram membros e por histórias que tinham a raça como categoria discursiva determinante.

O coletivo cristão que meus pais faziam parte era composto apenas por pessoas brancas. Lembro-me vagamente de uma situação em que um jovem da comunidade estava se relacionando com uma moça que não era da igreja. As “fofocas” se espalharam e começaram a ganhar proporção entre os membros. Entre as coisas que eram ditas sobre a situação era, além de ela não ser da igreja, **ela era preta também! Ele é muito bonito para ela!** Eu não entendia muito isso, mas, da forma como era citado, percebia que não era coisa boa. (João)

A ideia de que uma pessoa negra nunca será “boa o suficiente” para estar ao lado de uma pessoa branca também foi descrita nos relatos do estudo de Schucman (2017). Em seu trabalho intitulado “Minha mãe pintou meu pai de branco: afetos e negação da raça em famílias interracialis”, a pesquisadora destaca como, em famílias interracialis, as práticas vinculadas a negritude são silenciadas e apagadas como forma de fortalecer práticas consideradas constituintes da branquitude. Schucman (2017) destaca que como ser branco é o ideal de beleza, conforme apresentado no relato de João, um dos mecanismos psíquicos utilizados para essa negociação no cotidiano familiar é a negação do outro como sendo negro.

Monique relata que a raça também apresentava influência nos espaços em que ela acessava, no entanto, não era perceptível a ela na época. De acordo com ela, infelizmente, seu pai veio a falecer quando ela tinha dezoito anos e, devido a essa perda, a sua estrutura familiar e financeira mudou completamente. Por seu pai ser o único provedor da casa, Monique relata que por alguns meses as coisas se apertaram, mas tanto ela, quanto sua mãe e irmãos conseguiram se manter de forma a se estabilizarem financeiramente. Devido a mudança em seu lar ocorrido pela morte do seu pai, Monique começa a trabalhar.

Trabalhava o dia todo e estudava a noite! Foi assim que eu que paguei a minha universidade. Algo que eu sempre comento viu, Maycon, por mais que eu tenha pago a minha faculdade, eu penso: “poxa, ainda bem que eu tive a condição de pagar a faculdade e não me preocupar em disponibilizar de todo o meu salário para a minha família!” Por mais que eu ajudasse em casa, eu tive o **privilegio** de pagar a minha faculdade e concluir o meu curso.

É durante esse período que a entrevistada se recorda de experiências nas quais a categoria raça foi utilizada como instrumento de manutenção e preservação ao acesso de cargos dentro da cooperativa médica em que ela trabalhava.

Eu passei por vários setores da empresa até chegar ao financeiro e só me dei conta de uma coisa só depois que eu saí. Todas as meninas que trabalhavam lá, fosse no atendimento, RH, financeiro, eram brancas! As únicas pessoas negras que tinham lá era a moça da limpeza. Eu não tinha consciência que eu tenho hoje e sempre me faço uma pergunta que eu já tenho resposta: O que era levado em consideração no processo seletivo além do currículo? **Existia um padrão ali!** Estava escancarado na minha cara, mas eu nunca tinha parado para problematizar aquele cenário.

Ao observar os relatos, tanto de João quanto de Monique me recordei da fala introdutória de Conceição (2020) em seu livro, *Branquitude: dilema racial brasileiro*. O autor assim como Bento (2002), nos remete a pensar sobre o pacto narcísico, mas não só isso, ele nos leva a refletir sobre o próprio sujeito “narciso”, utilizando como exemplo o famoso quadro de Caravaggio (1954), intitulado também como o mesmo nome.

O autor de forma resumida traz apenas uma das tantas narrativas criadas acerca de um dos mais famosos personagens da mitologia grega. Em síntese, a história envolve um semideus cuja personalidade se torna obcecada por sua autoimagem - reflexo projetado na água de uma lagoa. Segundo Conceição (2020), tal personagem mitológico teria ficado em estado de deslumbramento com o seu reflexo, sem ter olhos para as demais paisagens ou pessoas, até o seu definhamento o levando a morte. (CONCEIÇÃO, 2020). Desse mito resultou a derivação patológica expressa pela concepção narcisismo, que está associado ao sujeito com excesso de individualismo e que não apresenta características de sensibilidade e empatia ao próximo, ao diferente (CONCEIÇÃO, 2020).

Nesse sentido, fazendo alusão ao exemplo citado, a fascinação pelo próprio reflexo, pelos seus iguais, faz com que a branquitude através do seu pacto narcísico, incapaz de visualizar o outro, no caso corpos não brancos, como sujeitos dotados de qualidades associadas a inteligência, beleza e sofisticação os negue assim o acesso a espaços de sociabilidade e cargos profissionais, como também nas relações afetivas como nos casos apontados pelos entrevistados.

Em vista disso, percebe-se que a raça juntamente como pacto narcísico da branquitude, também está presente no cotidiano, de forma naturalizada, entre as pessoas brancas. No entanto, sua função, tem como finalidade a de preservar na estrutura social racializada em que vivemos, posições e vantagens a esse grupo social. Nesse sentido, a raça e o racismo em nossa sociedade são inescapáveis, ou seja, sua influência é perceptível ao passo que podemos enxergá-la nas relações econômicas, políticas e interpessoais, tanto em relação ao negro como também ao branco (CONCEIÇÃO, 2020; CARDOSO, 2014; SCHUCMAN, 2012).

No decorrer das entrevistas, ao passo que os indagava ainda sobre o processo de

construção identitária racial de cada pessoa, foi possível observar que a palavra privilégio foi acessada várias vezes por todas, mas não havia ficado nítido para mim se eles reconheciam que esses privilégios estavam de alguma forma relacionados à identidade racial de cada uma. Nesse momento, decidi perguntar como eles se identificavam racialmente, e antes mesmo de perguntar se elas e ele já haviam recebido alguma vantagem por causa de sua identidade racial, as repostas foram sim! Isso evidencia que há uma consciência sobre como as branquitudes operam em nossa vida cotidiana. A questão é: o as pessoas brancas têm feito para isso mudar, quando não concordam com esse lugar que ocupam em nossa sociedade?

Adriana descreve que cresceu numa casa, numa família privilegiada. Segundo ela, seu avô criava porcos, o que mais para frente tronou-se uma indústria de salame. Na empresa, seu pai, por volta dos seus 19 anos, começa a se envolver com as questões administrativas. Neste mesmo período, ele começa a cursar dois cursos de graduação, administração e direito. Sua mãe, também possui formação acadêmica, ela era formada em música. Adriana tem mais dois irmãos, sua avó foi a primeira vereadora da cidade onde moravam:

Minha avó era uma lutadora em prol das professoras. Não admitia que a minha mãe trabalhasse na época, então eu cresci muito nisso. Em 1940, 1950, 1960, eu cresci nesse meio assim, minha avó sindicalista, meu pai empresário, minha mãe dando aula de música, então eu sempre cresci nesse meio educação e meio empresarial. Ai, eu decido, quando eu tinha entre os meus 17, 18 anos de idade fazer faculdade de administração lá na faculdade de Passo Fundo. Dentro do meu **privilégio**, eu não precisava trabalhar então eu só estudava.

O uso dos termos “privilégios” ou “vantagens” foram recorrentes nas falas das pessoas entrevistadas comigo. De certa forma, entendia que isso era um caminho de me reconhecer como um pesquisador negro, pois, a partir de uma abordagem dialética, na qual me posiciono para fazer as análises, essas pessoas também me reconheciam como sujeito e ocupando um lugar no mundo. Tanto que, ao me chamar pelo nome, seus olhares também indicavam que observavam minhas reações a cada questionamento, a cada resposta.

Por ser branca, vivi e vivo recebendo **vantagens** [...] e quando me dei conta disso, passei por alguns estágios de culpa, remorso, vergonha e até mesmo dor! (risos) Minha terapeuta que o diga! Você quando é branco e passa a refletir sobre sua identidade racial de alguma forma se sente incooperante E aí, eu passei a estudar formas de como poderia ajudar na luta antirracista. (Bianca)

Me reconheço, como homem branco, é interessante você perguntar isso! Porque esse é um dos principais motivos de eu receber diariamente algum

tipo de **vantagem** [...] Acho que nas relações sociais no dia a dia. Acho não tenho, certeza! recebo **isso (privilégios)** todos os dias [...] porque quando você chega e se apresenta, a pessoa já olha para você, já com um imaginário construído, por exemplo se você é branco você é já considerado sujeito de bem (gestos entre aspas com as mãos) é taxado como uma pessoa com menos tendência a crimes [...] e assim por diante, no dia a dia, mesmo que você não perceba você é beneficiado de alguma forma (João)

Me reconheço como uma mulher branca e olha só! Em 2018 eu parei pra perceber uma coisa, eu falo que 2018 foi um ano bem reflexivo pra mim, viu, Maycon! Eu nunca entrei em espaços que tinham negros concorrendo, como vestibulares e concursos públicos, só isso já é uma vantagem né? Na verdade, eu nunca me dei conta disso, ou seja, eu naturalizava! Por que não via negros nesses espaços e era normal naturalizar sabe?! Na graduação não tinha, no mestrado não tinha, quando eu entro no doutorado também não tinha! Nas aulas que eu ministro na graduação, mesmo tendo as cotas, não tem! E eu vou te dizer! Essa minha região é muito racista, e então mesmo que o negro queira acessar, acredito que ele não consiga! Se eu fosse negra, não estaria lá! De forma alguma, acredito que isso se encaixe como um **privilégio** né? (Adriana)

Mulher branca! eu não sei como expressar! [...] mas que eu me vejo assim é que não é só a minha cor de pele, sabe? É também o acesso a lugares que eu ocupo, que é caracterizado por pessoas majoritariamente brancas.... E sabe?! Deve ser por isso que para muitos o racismo não existe! Porque a percepção das pessoas que estão ao meu redor é de que somos parecidos, fisicamente. **Ou seja, eu não fujo da regra.** Regra está caracterizada por pessoas que historicamente perpetuam o poder nesses espaços sociais em que se encontram (Monique)

Esses relatos evidenciam o reconhecimento das entrevistadas e entrevistado sobre os privilégios que receberam ao longo da vida que foram acessados devido a pertença racial de cada um. As falas em destaque salientam a afirmação de Cardoso (2008) sobre a branquitude, em que o autor aponta ser um lugar racial de superioridade. Essa reflexão e reconhecimento por parte das entrevistadas e entrevistado acerca dos privilégios os caracteriza como sujeitos pertencentes da branquitude crítica (CARDOSO, 2014). Descrito como o branco que desaprova o racismo publicamente e que busca reconhecer sua pertença racial como um lugar de acesso a vantagens, o branco antirracista, mesmo sem refletir muito sobre sua própria identidade racial, se reconhece como integrante do grupo opressor, mas por outro lado, se coloca contra a opressão (CARDOSO, 2014).

Tal posicionamento é válido, necessário e importante pois, assim como Cardoso (2014) aponta sobre a identidade racial branca e suas demarcações de privilégios, a partir de uma perspectiva pós estruturalista, ela não é um traço de essência, ou seja, parte de uma

construção histórica e social, e por isso pode ser desconstruída (HALL, 2003, p.335 apud CARDOSO, 2008, p.173). No entanto, essa desconstrução, preciso concordar com Cardoso (2014), deve-se iniciar pelos próprios sujeitos que se beneficiam dessa estrutura hierárquica constituída e preservada em nossa sociedade por meio da raça.

Esse desmonte da estrutura hierárquica racial, por parte do branco no país, pensamento este de um jovem iniciante pesquisador na área de relações raciais no Brasil, levará um longo tempo para acontecer, pois assim como Adriana e Monique relatam sobre suas reflexões, ditas como tardias acerca da própria identidade racial, essa estrutura racial não existia. “Na verdade, por muito tempo eu não me dei conta disso, ou seja, eu naturalizava! porque não via negros nesses espaços e era normal naturalizar sabe?!”

Mas podemos nos perguntar, e quando o branco se der conta de sua identidade racial e se perceber dentro desta estrutura hierárquica racial em que ele é o maior beneficiado? Bem, podemos traçar alguns caminhos que este sujeito tem a possibilidade de seguir, um deles seria a omissão, o que beneficiaria o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002) e o segundo pode ser observado na fala de Bianca ao se deparar com a sua pertença racial: “culpa, remorso, vergonha e até mesmo dor! E aí eu passei a estudar formas de como poderia ajudar na luta antirracista”.

Piza (2002b), explica metaforicamente essa situação descrita pela entrevistada sobre esse momento reflexivo sobre sua identidade racial. Segundo a autora, quando o branco é defrontado em relação a sua própria branquitude, de imediato é causado no indivíduo um grande impacto, semelhante a uma pessoa desavisada que se choca com uma porta de vidro.

Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, descobrir-se racializado (PIZA, 2002, p. 61-62).

Nas falas anteriores, foi possível observar então que as entrevistadas e entrevistado em algum momento de suas vidas refletiram sobre sua condição racial, mas quando foi esse reconhecimento para elas e ele? Em relação a mim, faço as minhas palavras, as palavras de Gonzales (1982), quando a autora afirma que pessoas negras, desde cedo são levadas a refletir sobre sua condição racial. Segundo a autora, é na maioria das vezes, no âmbito escolar quando se “realiza uma lavagem cerebral racista nos alunos quando a professora de história

descreve o negro como servil e o índio como indolente”¹⁷ que as “acusações” acerca da nossa condição racial ganha legitimidade e força. Neste sentido, a escola se torna uma das primeiras pontes de acesso para crianças e adolescentes, negros e negras, acerca da própria condição racial. E em relação ao branco? Em quais momentos da vida “descobrem” e refletem sobre sua condição racial?

As questões raciais eu já percebia um pouco na infância, por algumas reações da minha família, mas não era uma coisa tão clara assim para mim sabe? Na escola por exemplo, as professoras me chamavam de “anjinho”, porque quando era pequeno, meus cabelos eram loirinhos e cacheados aí, eu era sempre paparicado por elas, por exemplo, em apresentações eu não podia ficar na fila de trás, sempre ficava na frente. Eu não tinha entendimento sobre a minha identidade racial naquele período fui ter uma consciência maior mesmo sobre os aspectos raciais no dia a dia, no ambiente de trabalho. Não sou originalmente acadêmico, eu comecei trabalhando em um banco público. Lá eu passei a observar isso com frequência. Aí, eu comecei a ler autores que discutiam relações raciais aí, eu comecei a ver, **por exemplo, o acesso a cargos de chefia...era um espaço todo de homens brancos!** era muito nítido, dentro daquele contexto, as questões raciais (...) as rodinhas de conversas, de cunho racistas eu tinha acesso com frequência, depois que comecei a estudar mais o tema e investigar, fui vendo que eu só conseguia acessar essas “rodinhas” por ser branco (João, 52)

Então, podemos citar a minha entrada no mestrado na UFRGS, eu até fiz uma nota de abertura na minha dissertação, que traz sobre isso assim ...quando eu entro no mestrado da UFRGS, eu não tive, nenhum dos meus colegas, tanto no processo seletivo do mestrado e também depois que consegui entrar, nenhum negro. Não tive nenhum professor negro ou professora negra no mestrado também, então ali quando no mestrado comecei a refletir sobre a minha posição de mulher branca. Na escola que estudei, na minha sala não tinha um negro, fosse aluno/aluna ou professor, na graduação a mesma coisa. Foi no mestrado então que comecei a compreender, **com a ajuda de colegas que já tinham uma bagagem intelectual sobre a temática racial** muito maior que eu, para perceber a minha identidade racial e com isso refletir meus privilégios em relação a isso né. (Monique)

Tive acesso a um coletivo de pensadoras negras na graduação que me ajudou a ter essa concepção da minha identidade racial e esse processo não é fácil! É um pouco dolorido ouvir! Porque você percebe a quão privilegiada você é a vida toda, devido a sua pertença racial. Hoje sou casada, meu marido é um homem negro e percebo em alguns momentos, tratativas bem diferentes com ele em determinados espaços de sociabilidade, como por exemplo, tem um ambiente aqui em nossa cidade, que devido o mal atendimento ao meu marido, nós não frequentamos mais (Bianca)

¹⁷ Retirado do Site < <http://www.leliagonzalez.org.br/historia.html>.> Acessado no dia 17 de Março de 2021.

As “descobertas” sobre a identidade racial das pessoas entrevistadas ocorreram em momentos distintos da vida. Alguns na infância, ao reelaborarem essa fase da vida já adultas, outros na vida acadêmica e outro no trabalho. No entanto, essa falta de reconhecimento de identidade racial do branco, ou como Cardoso (2014) aponta como não demarcação racial da branquitude, gerou até então, em todos os entrevistados uma normalização dos privilégios acessados diariamente por eles. No entanto, vale ressaltar aqui, assim como aponta Schucman (2012) que existem significados construídos sobre a branquitude que exercem poder sobre o próprio grupo, o que permite que seja criado hierarquias internas delimitadas por gênero, classe, regionalidade e no caso citado pelo entrevistado, sua própria orientação sexual. Essas categorias nos ajudam a evidenciar de forma mais objetiva a estrutura hierárquica racializada já citada neste estudo.

Tal estrutura é observada tendo o homem branco no topo, em seguida as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente (SCHUCMAN, 2014). Segundo a autora essa realidade estrutural, em que estamos posicionados devido a categorias discursivas como a raça e gênero só são possíveis devido aos complexos mecanismos de discriminação, preconceito e diferenciação. Nesse sentido, percebe-se nas falas de alguns entrevistados o reconhecimento dessa estrutura em relação ao acesso a privilégios simbólicos e materiais dentro do seu próprio grupo racial.

Existem lugares que até certo ponto eu consigo chegar, por ser um homem branco, **mas por ser gay, eu fico limitado**, acho que para eles (homem hétero e branco) eu vim com algum defeito (risos) (João).

Assim como eu já te falei, Maycon, eu me reconheço como uma mulher muito da privilegiada, bom! Vou te falar isso, porque pode ser um dado importante para você! Eu por muito tempo no meu casamento sofri violência doméstica, várias vezes eu pensei em denunciar e tudo, mas aí eu ficava pensando: **era a minha palavra contra a dele!** Um homem, branco, que veio de uma família super tradicional aqui da minha região que se tornou profissional conhecido por possuir um olhar sensível para abordar temáticas feministas em seus projetos. Você consegue perceber? **Eu possuo vantagens por ser branca sim, mas nesse caso eu possuo desvantagens por ser uma mulher** (Adriana)

A minha vida toda, Maycon! Assim, por que eu falo isso? porque quando eu passo no processo seletivo de mestrado e entro em uma universidade federal, não é simplesmente por que sou uma pessoa extremamente inteligente ou por ter um senso cognitivo fora da média. Não é isso (...) eu entendo o lugar de privilégio enquanto pessoa, mulher branca, de classe média, que estudou em escolas particulares e que o meu ponto de partida se difere do ponto de partida de tantos outros, né! (...) **as vezes teriam potencialidades muito maiores que as minhas, mas por causa de uma situação de segregação**

social ou marginalização racial, ou uma localização geográfica que não permite de certa forma acessar os mesmos espaços que eu, estudar na mesma universidade que eu. Como me percebo então em relação a isso? **Eu me percebo como uma mulher branca, de classe média privilegiada, que tem pontos de partida diferentes de outros.** Quando eu falo de pontos de partidas, é tipo assim, que na vida teve gatilhos na ascensão social, e abertura a determinados espaços que outras pessoas não possuem. Ou seja, fazer parte de uma sociedade que facilite o meu acesso a determinados espaços devido ao meu pertencimento racial. Antes isso não era perceptível pra mim, esses privilégios que me cercaram a vida toda (...)E isso é muito comum na população branca, viu! A gente normalizar os privilégios. Antigamente eu trabalhei em uma cooperativa e nunca tinha parado para observar um certo padrão racial em determinados cargos ali. No geral a gente não percebe mais normaliza demais. Para as pessoas (brancas) que não são críticas ou reflexivas, é muito comum a gente não raciocinar sobre isso. É muito gritante isso, e pra mim foi um gatilho sabe (Bianca).

É importante observar que discutir branquitudes também deve ocorrer no plural, pois, assim como temos o denominado “colorismo” nos debates sobre a constituição racial negra no Brasil, também há, na construção identitária racial branca, articulações de categorias sociais que possibilitam um processo de construção de diferentes coletividades. É por isso que quando João destaca um debate sobre a relevância das construções sexuais nessa dinâmica, por não ser um homem heterossexual, ele é percebido como um homem branco com “defeito”. Assim, como Adriana e Bianca também destacam que, em relação ao homem branco, cis, hétero, os lugares que ocupam também evidenciam esse confronto com o que foi estabelecido como sendo a norma. É preciso destacar que nenhuma pessoa que ocupa esse lugar de “norma”, conforme indicam os referenciais teóricos desse estudo, assim como as pessoas entrevistadas, aceitou participar dessa pesquisa.

Nas narrativas é possível observar que, por diferentes elementos, há um processo de identificação racial branca e seus efeitos na condição social ocupado pelas entrevistadas e pelo entrevistado. Também há reconhecimento das complexidades das relações raciais no Brasil. Mas, esse reconhecimento poderia levar as pessoas brancas a questionarem sua própria condição como pertencentes a um grupo social racializado? Com a identificação racial branca, as pesquisadoras e os pesquisadores poderiam de alguma forma romper com o processo histórico que marca a constituição racial branca de colocar o “outro” como objeto de seu desejo de escrutínio social? Levando em consideração que as entrevistadas e entrevistado demonstraram conhecimento sobre sua identidade racial e privilégios advindos da branquitude, os questioneei sobre a escolha dos sujeitos e objetos de suas pesquisas, por que escolher esse grupo racializado? Também foi indagado por que eles achavam que as pessoas brancas são pouco estudadas nas temáticas raciais na área de Administração no Brasil. As

respostas a estes questionamentos evidenciaram que mesmo reconhecendo todas as complexidades e problemáticas das relações raciais brasileiras e sua dinâmica de opressão, ainda há a tendência de o branco colocar o outro como objeto de desejo:

Primeiro, porque eu vejo no dia a dia na academia, no trabalho, numa instituição financeira, porque eu acho eles são os mais desfavorecidos! sofrem mais questões de desigualdades. Tem outros grupos como os indígenas, por exemplo, mas eu sempre vejo ainda muito forte a identidade racial preta ou negra como um marcador de desigualdade, tá entendendo? o que dificulta muito o acesso a oportunidade e isso me incomodava muito. Me incomodava como as pessoas reproduziam esses discursos, sabe? E sobre a sua segunda pergunta é interessante isso, porque eu não tinha cogitado a pensar no branco como ponto central de discussão. Eu acho que isso é comum entre nós, porque as pessoas brancas não se enxergam como privilegiadas, é natural elas não se preocuparem sobre as posições que elas ocupam! por que pra maioria, porque para a maioria, não é uma questão de raça o porquê delas ocuparem determinados espaços, determinadas posições na sociedade, né? Enquanto se mantém intocada essa ideia, você acaba a preservando e mantendo na sociedade um pensamento de que a raça não é um marcador social, e se você ocupa determinado lugar na sociedade é porque foi devido a uma questão “mérito” (...) se conserva o discurso que se estou onde estou é devido o meu esforço e não o meu privilégio por ter nascido branco! (João)

Então Maycon, nossa! difícil em (risos), agora você me pegou! acredito que seja porque quando falamos sobre raça, de imediato vem o negro na cabeça, é como se quando fossemos falar sobre relações raciais, sempre compreendêssemos apenas o negro nesse sentido.

Maycon: O negro que é o sujeito racializado!

Monique: Issoooo!

Maycon: Você já se percebe enquanto pessoa racializada, Monique?

Monique: A primeira vez que me perguntam isso (...) Eu nunca parei pra pensar sobre, mas não! nunca me percebi como alguém racializada! E isso faz sentido, porque toda a vez que vamos estudar sobre relações raciais, começamos a falar sobre o negro estar nessa posição de marginalização ou em uma posição desfavorável, de ascender socialmente, profissionalmente e tudo mais...mas não se estuda quais são os motivos que os levam a estar nessa condição. Não se fala qual o papel do branco nisso? Isso faz sentido (...)

Maycon, primeiro eu vou te contar como uma das minhas orientandas me fez entrar nessa, tá? eu não tinha essa linha né, na verdade não tenho! Minhas discussões sempre partiram do eixo de inserção no trabalho, carreira e etc (...) Essa minha orientanda, por conta de umas aulas sobre gênero, ela veio com esta discussão, sobre mulheres negras, carreira e tal, eu disse, fulana vai da merda! a gente é branca! Não vai dá certo isso aí, vai da merda! E deu merda! Porque aí nossa instituição inteira começou a questionar a minha orientanda, falando que ela por ser branca não podia e muito menos eu

abordar sobre a temática racial, mas ai ela veio - Adriana! eu queria tanto, sabe?! – Dai eu disse - Então tu começa a ler sobre isso, mas tudo que tu for escrever lembre-se sempre do seu lugar de fala...uma postura antirracista, lembra que tu é branca e ai ela foi (...) Atualmente ela está no doutorado, mas ela ta meio lenta assim a escrita sabe? Por conta dos nossos dois medos assim, porque eu não libero ela pra escrever e nem ela se liberta pra escrever, até uma professora que trabalha com a temática racial ta trabalhando como banca dela assim, tem ajudado um pouco sobre essa questão de falarmos sobre, mas a gente ta lenta nisso, e já te falo que várias vezes eu já disse pra ela desistir! Procurar outro tema para estudar! e algo que eu sempre falo pra ela, sabe, eu não li em lugar nenhum isso, mas é uma questão de felling mesmo, sabe...eu não entendo essa questão de estudar raça e negritude como alegoria entende? se apropriar, sabe? Pra mim é a mesma coisa de um homem se apropriar da fala de uma mulher sabe, se apropria e sai escrevendo, publicando coisas! Então é meio que essas coisas que eu falava para ela, não vamos se apropriar disso, só pra ter um lattes com publicações! se apropriando sobre a história da negritude, olha fulana vamo com calma! Ai meio que eu e ela não escreve sobre isso, ai a ela tem um artigo que ela só publicou porque foi na marra! tanto que ela diz, olha Adriana eu não tenho vontade de apresentar esse estudo em congresso! E colocar numa roda de discussão em administração, ou seja, em qualquer outra área. Então o que ta acontecendo com a gente, estamos lendo, estamos escrevendo, mas não estamos querendo mostrar, com medo de ser considerado meio que uma apropriação (Adriana)

Vale ressaltar aqui, que assim como aponta Cardoso (2014), é e sempre será importante construirmos debates acerca das relações raciais, tendo a população negra como um dos vetores a serem investigados, no entanto, no intuito de contribuir para um arcabouço teórico mais complexo e profundo, penso que a consolidação acerca da temática racial na área de administração também depende, em grande parte, assim como aponta (BENTO, 2002b; RAMOS, 1995), de um exercício auto reflexivo sobre o lugar racial do branco.

A branquitude é um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo, tal pertencimento racial procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade; (FRANKENBERG apud PIZA, 2002, p.71; FRANKENBERG, 1999b, p. 43-51). Estes conceitos apresentados contemplam o porquê de o branco tornar o negro seu objeto de pesquisa, pois é a partir dessa invisibilidade racial que, segundo Cardoso (2014), o outro se torna a escolha ideal a ser observada.

E assim como aponta um dos entrevistados deste estudo, não é apenas o outro, mas é outro negro. Isso ocorre devido ao duo assimétrico entre negro e branco nas produções acadêmicas que acabam silenciando outros grupos étnicos como os indígenas, por exemplo (CASSANDRE; AMARAL; SILVA, 2017).

Wray (2004), em concordância sobre a branquitude, afirma que ela geralmente está associada a ideia de poder oferecer aos indivíduos brancos uma propensão de se tornarem

invisíveis, em relação as temáticas raciais, o que acaba por privilegiar o ponto de vista dos brancos, que sem se enxergarem, acabam por não questionarem suas vantagens raciais. (WRAY, 2004, p. 354). Neste sentido, ao passo que corpos negros são vistos apenas como objeto de desejo no campo de estudos raciais, a falta de discussões eminentes sobre si próprios, pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas projetam uma naturalização de conservação de privilégios em nossa sociedade (BENTO, 2002).

E esse desejo no campo de estudos raciais do branco em relação ao negro, através das informações colhidas por meio da fase bibliométrica como também nas respostas das entrevistadas e entrevistado apresenta dois aspectos distintos, um de caráter transacional e outro de caráter contínuo. Apesar de João reivindicar o lugar de enunciação sobre os debates raciais na área de Administração, ao afirmar que quando ele começou “não tinha ninguém falando sobre isso”, o primeiro trabalho identificado nos anais eletrônicos da ANPAD que fala sobre raça é do ano de 2006 e de uma mulher negra (OLIVEIRA; TONON, SILVA, 2006), pesquisa essa realizada após a fala de João:

Como já te falei, minha área de estudo é outra e também acredito que seja a **hora de dar espaço para as pessoas negras para falarem sobre essa lacuna na academia** e também tem uma questão que eu observei que como eu trabalho com a teoria queer, pós estruturalismo e tudo mais eu não estava conseguindo me manter atualizado nas práticas e teorias lgbs e de gênero e ao mesmo tempo me manter informado sobre a temática racial, ta entendendo o que eu quero dizer ? eu não estava dando conta ai eu cheguei à conclusão que era a hora então, o momento de priorizar outras teorias, já **que agora tem gente falando sobre (relações raciais) (...)** **Porque eu me lembro que quando eu comecei, não tinha ninguém falando sobre (...)** agora tem crescido, graças a Deus, certo! (João)

Na verdade, eu estudo, carreiras e utilizo a teoria interseccional uma abordagem sistêmica estrutural que a Crenshaw segue, existem outras abordagens que trabalham de outra forma. Essa abordagem de certa forma ela aponta que a estrutura social delimita, constrói determinados espaços sociais para determinados segmentos populacionais e tudo mais, principalmente esses que são atravessados por marcadores sociais de diferença, mas em relação a tratar relações raciais como tópico central nas minhas pesquisas não, infelizmente não tenho bagagem teórica suficiente no momento, quem sabe mais para frente, você me deu umas dicas ótimas para abordar branquitude agora, certo? (risos) (Monique)

Na verdade, Maycon, quando você me convidou para participar dessa entrevista eu fiquei muito animada, por duas razões, a primeira porque estou escrevendo um artigo, a partir de ideias pós-estruturalista, sobre a branquitude e segundo porque **nunca fui entrevistada dentro do meu próprio tema de pesquisa**, é a primeira vez. Como já trabalho há um tempo

com a temática racial, acho necessário essas discussões que você trouxe! Creio que esse ano eu consigo publicar em algum lugar esse ensaio teórico que estou produzindo (Bianca)

A partir dos discursos acima podemos destacar como o branco se vê e como ele se posiciona no campo de estudos dentro da temática racial. Nesta parte do estudo destaco o poder que a branquitude exerce sobre o campo. Para Schucman (2012) “o poder não se tem, se exerce” (FOUCAULT, 2001; apud SCHUCMAN, 2012, p. 75). Assim como a autora aponta, o poder não é algo que uma pessoa ou até mesmo uma instituição toma para si e o guarda, poder, é aquilo que é exercido de forma contínua (SCHUCMAN, 2012).

Com isto, observando a falta de abordagens sobre o branco no quadro de estudos na temática racial em administração, pode-se perceber o poder epistemológico normativo exercido de forma contínua da branquitude na área, assim como a reivindicação desse lugar de poder, conforme foi observado na fala de João, para que a partir de sua centralidade esse poder também possa ser “distribuído”. Por isso a sua fala de as pessoas brancas “darem lugar” para as pessoas negras falarem, colocando as pessoas negras em um lugar de passividade nesse campo.

Esse poder epistemológico normativo que a branquitude assume na área de administração, diz respeito não apenas a quais assuntos serão abordados, mais do que isso, diz respeito a quem está legitimado a reivindicar o conhecimento gerado em campo, como no caso de João ao falar “*Porque eu me lembro que quando eu comecei, não tinha ninguém falando sobre*”. Neste sentido percebe-se aqui outro elemento identitário associado a branquitude pelo entrevistado. Esse elemento se encontra na dimensão epistemológica, sendo caracterizado pela autoridade e influência ontológica que o branco toma para si. Fica evidente que é a partir deste elemento que o branco assume uma posição de domínio e influência no campo (ALCOFF, 2016; CARDOSO, 2014).

A influência ontológica da branquitude exercida no campo de estudos é observada também na delimitação de quem está sujeito a ser investigado ou não, esse fato é observado na fala de Bianca “*nunca fui entrevistada dentro do meu próprio tema de pesquisa*”. Neste sentido a fala da entrevistada nos remete refletir assim como aponta (Cardoso, 2014) sobre a construção discursiva em torno do branco, na tradição científica, principalmente em Antropologia e Ciências sociais, que não necessita de investigação, por ser descrito como norma (CARDOSO, 2014).

Nesse sentido, levando em consideração o resultado da primeira fase metodológica

deste estudo como também as informações que emergiram do campo nas entrevistas sobre o processo de construção identitário do branco, pude realizar algumas reflexões sobre a temática de relações raciais em administração. No primeiro instante, em relação a fase bibliométrica, em que investiguei o perfil de pesquisadores e pesquisadoras da área de administração que possuem trabalhos acadêmicos relacionados com a temática racial, sobre o perfil desses pesquisadores e pesquisadoras, é que entre esses onze possíveis sujeitos para participarem da fase de entrevistas, foi observado que as publicações citadas na plataforma Lattes em seus perfis em relação a temática racial apresentam um caráter transacional, ou seja, são publicações que não são frequentes, logo, não é considerado como tema de interesse central desses pesquisadores e pesquisadoras.

Isso pode ser observado, pois não há uma constante longitudinal de publicações sobre a temática, mas incursões pontuais. Tal fato é confirmado entre as entrevistadas e entrevistados, em que apenas uma apresentou desejo de continuidade na realização de estudos em administração com a temática racial como foco de discussão. Nesse sentido é possível observar, que a maioria das pessoas acabam publicando um artigo sobre raça e relações raciais e não retornam mais a publicar. Levando-se em consideração que se trata de pesquisadores que possuem uma carreira acadêmica bem estabelecida, é possível perceber que, em certa medida, a temática racial foi utilizada por conveniência, como um “tema moda”, não levando à consistência e continuidade das pesquisas.

Já em relação as análises realizadas nas entrevistas desta pesquisa foram possíveis observar que o processo de construção identitário racial de cada um foi moldado e construído a partir de pensamentos com sentido dicotômico entre o branco e o negro ao decorrer de suas vidas. Essa dualidade entre branco e preto é observada na fala das entrevistadas e entrevistado afirmando ser costumeiro ouvir discursos que teria o branco como sinônimo de beleza, estabilidade financeira e idealização matrimonial enquanto o negro assumiria os traços pejorativos e de repulsa.

Até então, visto com naturalidade tais discursos como também a ausência de negros em seus espaços de sociabilidade, trabalho e universidade, todas as entrevistadas e entrevistado assumiram que só passaram a ter consciência sobre as relações raciais e suas desigualdades, após suas vidas serem atravessadas por pensadores negros e pensadoras negras. Vale ressaltar aqui então, a importância das acadêmicas e acadêmicos, pesquisadoras e pesquisadores negros e ativistas sociais que ao acessarem espaços do conhecimento como a universidade, evidenciem lacunas teóricas e problematizem sobre como e por quem o conhecimento é produzido nesses espaços (ALCOFF, 2016).

Vale mencionar também que mesmo com publicações sobre temática racial encontradas na primeira fase metodológica os resultados apontaram para uma postura de omissão ao se refletir sobre a própria identidade racial em relação a maioria dos autores e autoras na área de administração em relação a temática racial. Omissão porque a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras decidiram declinar suas participações na fase de entrevista após terem contato com o objetivo geral da pesquisa. Entre as hipóteses que levantei, diante da recusa por parte dos pesquisadores e pesquisadoras é que o fato de ser um pesquisador negro com orientadoras negras que trabalham com a temática racial em administração e por eles apresentarem uma ligação efêmera com a temática pode ter influenciado a decisão, de pelo menos alguns deles.

Já os resultados apontados em relação as respostas dadas pelo pesquisador e pesquisadoras que aceitaram o convite de participarem da segunda etapa metodológica, é que mesmo eles reconhecendo a obtenção de privilégios simbólicos e materiais advindos da branquitude e apresentando características antirracistas em suas falas, é possível observar que, a maioria, ainda não se percebe racializada, o que demonstra pouca reflexão sobre a própria identidade racial (CARDOSO, 2014; SCHUCMAN, 2012).

Por fim, mas não menos importante percebi que tive mais abertura com mulheres em campo do que com os homens para falar sobre branquitude, algo que Cardoso (2014) também destaca em sua pesquisa, apontando que as mulheres brancas pesquisadoras apresentam uma maior disponibilidade para se discutir sobre a própria pertença racial. Neste trabalho foi possível observar também que em determinados momentos existem interseções com outras categorias discursivas com a raça, como por exemplo o gênero neste caso, no entanto por não ser o objetivo da minha pesquisa, optei apenas por sinalizar esse dado e me restringir apenas a categoria raça, podendo em pesquisas futuras esse dado ser desenvolvido.

Ao visualizar em campo então, a naturalização de privilégios advindos da branquitude, a postura de omissão do branco ao ser confrontado por um pesquisador negro sobre sua própria identidade racial e o costume em posicionar o negro como objeto de desejo pelo branco no campo de estudos em administração, ressalvo mais uma vez que os estudos sobre a temática racial em administração são emergentes, no entanto acrescento que seja necessário explorar também outras potencialidades de estudos.

Em vista disso, o fato de ser negro e de estar pesquisando um pertencimento racial distinto do meu em administração acredito apresentar essa potencialidade a ser explorada como tema. Em alguns momentos, ser uma pessoa negra investigando o pertencimento racial branco, é um obstáculo por supostamente um pesquisador branco acessar com maiores

facilidades determinadas situações ao pesquisar o seu próprio grupo racial, assim como Schucman (2017) e Gouvêa (2019) apontam em suas pesquisas.

No entanto, em outro momento, assim como uma das minhas orientadoras costuma dizer, “esse é o momento de abstrair”, ou seja, olhar além, essa pesquisa, em síntese, é pensada a partir da branquitude pela ótica de três pessoas negras, não somos brancos! O que nos permite acessar reflexões que um pesquisador branco dentro da temática racial não acessaria, pois assim como apontado pelas entrevistadas e entrevistado, existem alguns aspectos no cotidiano que estão tão naturalizados que passam a ser imperceptível a eles.

Pensando nisso, no próximo capítulo irei abordar sobre como é ser branco no Brasil pela ótica de um negro, levando em consideração três dimensões que surgiram em campo com as entrevistadas e entrevistado, sendo a primeira dimensão o branco e o corpo, a segunda o branco e aquele ele considera como sendo o outro e por fim o branco e as instituições.

4.2 BRANQUITUDE COMO LUGAR, O OUTRO COMO OBJETO

Neste capítulo, a partir dos resultados encontrados em campo, a respeito do que é ser branco no Brasil, irei abordar sobre três dimensões correlatas: o branco e o corpo, branco e o Outro e, por fim, a relação do branco com as instituições. Na primeira dimensão, o branco e o corpo, destaco que a brancura no corpo é uma das principais características que dá ao branco legitimidade de se nomear e nomear o outro. Esse fenômeno é observado nas experiências vivenciadas pelas entrevistadas e entrevistado em relação a ser branco no Brasil e fora dele. Já na segunda dimensão, caracterizada pela relação do branco com o outro, tratarei sobre a tradição científica, principalmente nas áreas de Ciências Sociais e Antropologia, em que o outro, caracterizado como o fora da norma, é posto como objeto de análise, dissecado e observado pelo branco, contudo, como neste estudo os papéis foram trocados, relato, enquanto pesquisador negro, minha experiência de observar aquele que tanto me observou. Na última dimensão caracterizada pela relação do branco com as instituições, destaco o reconhecimento das instituições acerca da posição que o branco assume na estrutura social, em que se é conferido a ele vantagens sem correr o risco de interdição.

No capítulo anterior, foi mencionado que a branquitude não se resume apenas a cor da pele, isto é a brancura presente no corpo do indivíduo. A brancura definida por Guerreiro Ramos no ensaio *A patologia social do “branco” brasileiro* descrito é percebida na pele clara, e demais traços como a cor dos lábios, formato do nariz e cabelo (RAMOS 1995).

Nesse sentido, percebe-se distinções entre branquitude e brancura. Em síntese, a brancura se concentra apenas nas características visíveis no corpo do sujeito, enquanto a branquitude além dos aspectos físicos abarca simbolismos em torno do lugar mais elevado da hierarquia racial (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012).

No Brasil, a brancura é tão importante que, segundo Cardoso (2014), ela assume a posição de indicador mais significativo para se definir quem é branco e quem não é no país. Mas existe o branco brasileiro? Por acaso, alguém já viu um? (SOVIK, 2004, p. 363-386), sim ele é real! No entanto, a sua existência é colocada em dúvida devido ao intenso processo de miscigenação que houve no Brasil. Tal processo deu origem, a uma diversidade de fenótipos que resultou na construção de um sistema de classificação racial múltiplo no Brasil, em que a dualidade entre branco e preto se estendeu para algumas gradações de cores de pele. (ALVES, 2012).

Esse fato é importante pois, diferentemente dos Estados Unidos que possui como base norteadora para o status raciais a descendência, no Brasil a importância volta-se para as mínimas distinções raciais advindas das nuances de cores e fenótipos (NOGUEIRA, 2007). É através dessas nuances de cores apresentadas nos corpos brasileiros que é construído socialmente um status em que a beleza, por exemplo, é representada na imagem do branco louro/loura e no moreno/morena que mais se aproxima da brancura. (SCHUCMAN,2012; GUIMARÃES, 2005b).

Neste sentido, é comum ouvirmos uma variedade de expressões relacionadas a pertença racial do brasileiro, além do uso dos termos institucionalizados, especialmente os termos utilizados em pesquisas nacionais por amostra em domicílio (PNAD) e demais censos demográficos (ALVES, 2012). Entre a população negra a naturalização e utilização de termos, mesmo alguns sendo considerados pejorativos, como *mulata*, *mulato*, *cafuzo* e *retinto*, por exemplo, servem para delimitar as fronteiras no colorismo de peles entre negros “claros” e negros “escuros”, mas e o branco? É perceptível essas nuances entre eles? Com isso, questioneei as entrevistadas e entrevistado sobre a existência de uma classificação ou demarcação racial entre as pessoas brancas e de que forma isso ocorre:

Maycon, existe sim! Mas além da cor da pele, é observado a descendência, por exemplo de Italiano de Alemão eram os grandes exemplos de serem brancos no Brasil. Como eu disse, sou branco e não sou questionado sobre o meu enquadramento racial. Sou branco e ponto, não tem meio termo. Mas quando fui para Inglaterra, teve um momento que me chamou a atenção. Ao chegar no hotel em que iria ficar hospedado, decidi “esticar as pernas”, afinal não é sempre que você está Leicester! Ao entrar no taxi, após trocar

algumas palavras, o motorista me questionou de onde eu era, eu disse que era do Brasil, ele sorriu e disse que eu não parecia ser brasileiro, o termo que mais se aproxima do que ele usou para me descrever foi “Você é bem clarinho” Por causa da minha pronúncia ele achava que eu era Português não brasileiro (João)

Então, depois de toda a situação que relatei para você sobre o meu casamento. Eu precisava sair um pouco da minha cidade, das rodas de amizades que eu tinha em comum com ele. Ai apareceu uma oportunidade de fazer pós doutorado em Lisboa, não pensei duas vezes! Fui! Foi uma experiência maravilhosa! Quando cheguei lá, fui descrita por algumas pessoas como uma pesquisadora estrangeira [...] sabe de uma coisa? Você me fez lembrar de uma vez que teve uma pessoa que achava que eu era da Europa mesmo, não do Brasil, porque para ela as mulheres do Brasil eram todas negras, possuíam peles bronzeadas e eu não me enquadrava nessa imagem que ela tinha em mente (Risos). Após falar que era brasileira, ela disse: Pensando bem, agora que você disse, seus lábios, ele é bem marcado (Adriana).

Percebe-se na fala, tanto do João quanto de Adriana, que eles são reconhecidos brancos por inteiro “aqui”. Já “lá fora” são descritos como brancos com ressalvas. Essas ressalvas, tratadas aqui como diferenças, foram evidenciadas, segundo eles, pelo modo que conversavam, a forma que gesticulavam, e até mesmo o tratar com os demais nos espaços sociais. Nota-se surpresa na fala dos conterrâneos europeus no momento que João e Adriana se identificaram como brasileiros. Novamente, retomando as discussões de Schucman (2016), é possível compreender a branquitude a partir dessa dinâmica de dispositivo, pois, para além da materialidade do corpo, há as práticas culturais como marcadores desses lugares. Por isso, ao evidenciarem tais práticas, as ressalvas são destacadas “lá fora”, conforme Adriana e João evidenciam em seus relatos.

Nesse momento a brancura enxergada nos corpos do entrevistado e entrevistada fora do Brasil é posta em suspenso, sendo possível os enquadrar como “clarinho” ou apontar traços fenóticos distintos do grupo étnico branco, como os lábios marcados, grossos. Essa distinção devida as diferenças e conseqüentemente a nomeação do sujeito que se difere do ideal branco, são traços do processo de colonização e tem como finalidade preservar a hierarquia racial do branco e suas nuances e intersecções (CARDOSO, 2014).

Mesmo as pessoas entrevistadas não dizendo se há alguma diferenciação entre brancos no cotidiano, no Brasil, Almeida (2018) aponta que a raça não é um termo estático e seu sentido está atrelado às circunstâncias. Com isto, mesmo que ser branco em muitos lugares do mundo esteja ligado a uma ideia de “pureza racial”, as circunstâncias históricas pelas quais a ideia de brancura se construiu no Brasil foram outras. Neste sentido, entendo existir sim

diferenciação entre brancos no Brasil, no entanto, essas diferenças não só ocorrem devido a ancestralidade, mas também por marcadores sociais, como Gouvêa (2019) aponta. A diferenciação entre brancos no Brasil ocorre de acordo com a região do país.

Por exemplo, ao falar sobre diferenciação entre brancos no Brasil atrelado à ancestralidade se faz necessário citar a região Sul do país. Na região sul, o extremo-oeste paranaense, diferente das demais do país, segundo Gouvêa (2019), por apresentar uma grande valorização da germanidade, os grupos sociais que gostariam de ocupar determinada região, além de possuírem o capital financeiro para a compra de terras, era necessário também o capital simbólico, que entre outros elementos se caracterizava pelo caráter étnico.

Atributos como "trabalhadores" e "aventureiros" "marcaram uma linha imaginária que divide trabalhadores advindos do sul e do norte do país. "Brasileiros" e "de origem:" Esse adjetivo ainda hoje é utilizado na identificação de estirpes alemã e italiana. Essas atitudes tornaram-se práticas afirmativas de diferenças e divisões necessárias para a constituição da identidade regional em questão. Freitag (2007, apud GOUVÊA, p.71, 2019).

Cardoso (2014) descreve, pela perspectiva colonial britânica o branco português não está no mesmo patamar hierárquico racial que o inglês, porque o português apresentava "impurezas" biológicas e culturais que foram contraídas devido o contato com povos não-brancos, e por isso estaria sujeito a ser nomeado, enquadrado e classificado, enquanto seu status racial, como um branco degenerado. Esse conceito de impureza, segundo o autor é partilhado também pelo próprio português ao ter contato com o indígena e o africano, os nomeando, enquadrando e os classificando. Neste sentido, no Brasil o indígena passou a ser nomeado como negro da terra já o africano como negro de guiné (CAMPOS, 1999; ALENCASTRO, 2000; apud CARDOSO, 2014, p. 33), ou seja, não brancos.

Percebe-se então, no primeiro instante a brancura no corpo, aquilo que se vê, é um aspecto de classificação social não só no Brasil. Esse cenário também se repete fora das fronteiras nacionais, pois assim como podemos perceber nas falas de João e Adriana, após ser constatado brancura em seus corpos, outros elementos foram acionados para os distribuir na hierarquia de status raciais, que no caso deles, por exemplo foi a nacionalidade. Essa estrutura hierárquica é mantida e preservada, como aponta Nogueira (2007), através de demarcações raciais, como cor de pele e tipo de cabelo ou por demarcações de sangue, como por exemplo origem étnica, como observado no exemplo vivenciado pelos entrevistados. Neste caso pode-se perceber que ser branco significa se sentir legitimado a nomear, enquadrar e classificar o

outro, tendo a si próprio como padrão, apontando quem é “clarinho”, “quase europeu/europeia e quem é branco e não branco.

Em contraste com a imagem construída pelo taxista sobre todo o povo brasileiro, João é branco, mas ao se comparar com ele, um inglês, João é nomeado e classificado como “clarinho”. Essa situação se assemelha com a postura dicotômica entre os papéis traçados entre colonizador e colonizado, em que se naturaliza o branco assumir uma posição de superioridade, o permitindo se nomear e a partir disso nomear o outro.

No Brasil, por exemplo, desde o regime colonial, o branco ao perceber no corpo dos demais grupos sociais, marcações de fenótipos distantes dos seus, vem nomeando e distribuindo lugares e papéis aos demais segundo a cor da pele. No histórico de estudos acadêmicos sobre relações raciais em administração não é diferente. Isso ocorre ao passo que o branco pesquisador, ao discutir sobre a temática racial, ao não enxergar o seu próprio pertencimento racial como possível objeto de pesquisa, vê no negro e em suas vivências a possibilidade de o posicionar e o nomear como seu único e possível objeto de desejo no campo de estudos da temática racial.

Me encaminhando para a próxima dimensão a ser discutida, retomo o sinônimo denominado o “outro” utilizado na discussão anterior. Quem é este “outro” e como ele se enquadra nessa pesquisa? Essa questão esteve presente em todo esse estudo, no entanto ela se tornou mais evidente quando perguntei para as pesquisadoras e pesquisador, já no final de cada entrevista, como foi a experiência para elas e ele de falarem sobre a branquitude com um pesquisador negro:

Nunca pensei que seria tão difícil assim! Acredito que é por isso que tão difícil ver trabalhos sobre a branquitude, é um choque de realidade que a gente toma em questões de minutos. Quando você me mandou um email me convidando para participar, eu não vou mentir, eu fiquei muito curiosa, mas ao mesmo tempo intrigada, porque assim: ele vai pesquisar o branco? Como eles vão fazer isso? **E aí, agora eu percebo, como é mais fácil quando é o outro que está aqui deste lado sendo entrevistado** (risos). (Adriana)

Foi muito boa! sabe por quê? Porque estou vendo que novas discussões estão surgindo na academia dentro do tema de relações raciais em administração, Ta me entendendo? Falar sobre o meu próprio pertencimento racial foi em alguns momentos desconfortável para falar a verdade! Acho que é porque não falo muito sobre isso em voz alta **é sempre falado sobre o pertencimento racial do outro**, ta me entendendo? (João)

Foi legal! Me fez refletir sobre um assunto que eu nunca parei para pensar deste ponto de vista, tipo pensar em relações raciais a partir de mim sabe? E não **do outro**[...] (Monique)

Como estou escrevendo sobre a branquitude foi tranquilo, só por que estou fazendo esse exercício diário, sabe? Pensar sobre a minha identidade étnico-racial para discutir relações raciais e **não só o negro**, se não, eu acho que estaria um pouco pra baixo, sabe? Não por causa de você, mais sim sobre toda a carga emocional que esse tema traz consigo, sabe? (Bianca)

Como explica Cardoso (2014), por muito tempo, devido a tradição científica, principalmente em Antropologia e Ciências sociais, “o outro” era o termo utilizado para designar os possíveis objetos de estudo a serem investigados, que no caso, era o primitivo, o selvagem, o negro, o diferente, ou seja, os estudos priorizavam discussões sobre aquele que era taxado como fora da norma, sendo esta estipulada e moldada a partir da cultura eurocêntrica, branca, masculina e ocidental (CARDOSO, 2014).

Diante deste ponto, é compreensível a fala da Adriana que ficou “intrigada” ao perceber que a minha pesquisa estaria voltada ao seu grupo étnico-racial, pois o caminho “natural” seria permanecer pesquisando sobre negro, que seria o ser que necessita de explicação científica. Em relação ao desconforto citado por João, logo após a nossa entrevista, me fez refletir sobre a fala de Frantz Fanon, quando o autor aponta que tanto o lugar do negro, como o do branco, é estabelecido através de práticas racistas inscritas na estrutura histórica, social, econômica e cultural da sociedade. (FANON, 1980, p. 36). Tal citação pode exemplificar o porquê do desconforto de João, um homem branco, considerado até então como norma e acostumado a assumir o lugar de sujeito de pesquisa encontra-se “objetificado” aqui (CARDOSO, 2014).

Este estranhamento e desconforto, mesmo que de forma inconsciente, se dá ao ver um negro pesquisador, que até então seria visto como um potencial objeto de estudo, fora da norma, estudando o padrão, ou seja, aquilo que é intocável e indiscutível. Neste sentido, imagino que assim como ocorreu com João, esse trabalho pode proporcionar as mesmas sensações para alguns leitores e outros pesquisadores em administração, principalmente brancos. Isso deve ocorrer, porque, em primeiro lugar a branquitude não é um tema tradicionalmente estudado em nossa área, em segundo lugar porque possivelmente pode ser um dos primeiros trabalhos que você leitor ou leitora, sendo uma pessoa branca, vai ouvir alguém te nomeando como alguém racializado.

Aponto que o estranhamento e desconforto estarão presentes, porque, por muito tempo a área de administração teve sua ciência, assim como outras áreas, pautadas em uma única voz, sendo ela masculina e branca (KILOMBA, 2016). Esse cenário passou a refletir epistemologicamente nas escolhas de quais assuntos necessitam de investigação, quais

instrumentos e maneiras que servirão para a produção do conhecimento, e por fim quais serão as narrativas e interpretações que poderão ser usadas para explicar o fenômeno. Percebe-se então que ser branco no Brasil, na área acadêmica, é poder influenciar tanto nos temas, paradigmas, métodos e o próprio objeto de pesquisa, definindo assim não somente quem produz conhecimento, mas também como é produzido (KILOMBA, 2016).

Ser branco no Brasil, para além do âmbito acadêmico, apontado pelas entrevistadas e entrevistado, significa também, não possuir nenhum tipo de interdição em relação as instituições. Isto ficou evidente ao passo que as entrevistadas e entrevistado responderam sobre os impactos que as questões raciais apresentam sobre as relações pessoais.

Adriana: Então Maycon, depois que aceitei a orientar (nome da orientanda) que queria muito trabalhar com a temática racial na dissertação dela, eu passei a ler mais sobre, e com isso passei a prestar mais atenção em determinadas situações. Por exemplo, aqui onde eu moro, as pessoas são super regionalistas e acabei descobrindo ao passar do tempo que são extremamente racistas também. Eu tenho um amigo muito querido no trabalho, sabe, e ele é negro, teve um dia que ele veio me visitar, deixei avisado na portaria do prédio e tudo mais... deu a hora e nada dele aparecer, aí mandei uma mensagem pra ele, ele falou que estava na portaria do meu prédio, que estava com o celular na mão para me ligar porque estava tendo dificuldade para subir. **O rapaz que estava na portaria não estava deixando-o subir**, mesmo tendo o nome dele ali anotado.

Maycon: Isso já aconteceu com você alguma vez na vida?

Adriana: **Ser barrada? Não, nunca!** Nunca tinha me dado conta dessas situações até certo ponto da minha vida, sabe? Eu sempre tive acesso a tudo! E nunca me cogitou que eu pudesse ser parada e proibida de entrar (...) Universidades, supermercados, lojas, o próprio prédio que morro, sabe?

João: (...) As relações raciais impactam e muito a vida das pessoas com certeza! É através dessas relações que somos distribuídos em posições, status da sociedade, tá me entendendo? Por exemplo, no carnaval, se você é negro, te associam a parte de alegorias, desfiles a parte cultural, mas quando você é branco, você é visto como o provedor, o investidor, diretor da escola de samba, tá me entendendo? (...) e fora outras coisas, por exemplo **você sendo branco, você tem passe livre!** Por exemplo, eu na idade que estou, nunca fui parado, revistado e interrogado pela polícia, entende? Já em relação as pessoas negras, isso é mais frequente de se ouvir, ta me entendendo?

Maycon: Sim, por exemplo eu já fui parado por eles e revistado!

João: É isso, eu na sua idade, não tinha a preocupação com isso! Eu posso entrar em lojas, assim como eu disse antes, e não corro risco de ser taxado como um potencial infrator! **Eu posso deixar meu currículo com foto nas organizações sem ter medo de ser barrado pelo recrutador/recrutadora por ser branco**, me entende, por isso eu falo que ser branco é meio que ter um passe livre em determinadas situações.

Impactam e muito, antes de ter a consciência que tenho hoje, eu vivia no meu “mundinho” onde a maioria das pessoas que estavam a minha volta eram só brancas! E isso não era estranho para mim, ou seja, minhas relações

peçoais, de uma forma ou de outra, tinha como base, além da classe a raça, sabe? E ao me dar conta deste impacto das relações raciais na minha vida, **eu pude enxergar que os privilégios que eu recebi a minha vida toda, me permitiu acessar lugares que outras pessoas que possuem outras vivências, outros pontos de partidas, que não tiveram os mesmos privilégios que eu**, não acessariam, entende? algumas situações, como por exemplo, o caso da empresa que trabalhei e já comentei com você, todas as meninas contratadas para o administrativo e atendimento eram brancas. Isso é muito louco, sabe! (Monique)

Os relatos das entrevistadas e entrevistado só ressaltam a existência de distinções cotidianas bem delimitadas entre brancos e negros, com relação a dimensão institucional que abarca, condomínios, a polícia, cooperativas médicas, entre outras instituições privadas (SANSONE, 2003). O “passe livre”, “nunca fui considerado um potencial infrator” e “nunca fui barrada” apontam para uma posição que apenas o branco em nossa sociedade está sujeito a acessar. É através então desde reconhecimento por parte das instituições acerca do lugar que branco assume na estrutura social que os mecanismos de desigualdades raciais são estabelecidos, os assegurando as posições mais altas nas hierarquias sociais e os protegendo de serem alvos da brutalidade policial ou de sofrerem alguma interdição em espaços organizacionais (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020).

Ser branco no Brasil então, levando em consideração a dimensão institucional significa ocupar o topo de uma hierarquia estanque sem nenhum risco ou interdição. Tal cenário é comprovado quando observamos que, nove em cada dez pessoas mortas pela polícia do estado do Rio de Janeiro são negras¹⁸ ou quando observamos no levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] que, embora representem a maior parcela da população ocupada, negros ocupam somente 29,9% dos cargos gerenciais (IBGE, 2020).

Esse “passe livre” ao branco no âmbito organizacional se reflete, por exemplo, em maiores taxas de desemprego entre negros, segundo a publicação do IPEA. No mesmo sentido, uma pesquisa do Instituto Ethos (2020) aponta que não brancos compunham apenas 4,9% das posições dos Conselhos de Administração e 4,7% dos cargos executivos nas 500 maiores empresas em 2015, destacando a influência da raça no contexto organizacional (SILVA; OLIVEIRA; GOUVÊA; GALANTE, 2020).

Neste sentido neste capítulo, a partir dos resultados encontrados em campo, levando em consideração as três dimensões correlatas: o branco e o corpo, branco e o outro; e branco e

¹⁸ BRASIL DE FATO. **BdF Rio de Janeiro**, 2020. Página inicial. Disponível em: <[https:// Violência tem cor: 86% dos 1.814 mortos pela | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)/](https://violencia.tem.cor:86%dos1.814mortospela|DireitosHumanos(brasildefato.com.br)/)>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

as instituições, pode compreender que ser branco no Brasil, levando em consideração toda segurança ontológica ofertada ao branco de nomear o outro a partir de si mesmo; a sua influência sobre quem produz conhecimento e como é produzido, e por sua postura isenta de se responsabilizar pelos problemas sociais enfrentados por negros, indígenas ou mestiços no país devido ao privilégio da branquitude, pode concluir que ser branco no Brasil significa não se colocar em risco.

Ao dizer que ser branco no Brasil significa não correr risco, estou apontando para o fato deste grupo social, que ao se permanecer em silêncio sobre sua própria identidade racial, por mais que contribuam com discussões dentro da área, em relação ao próprio negro, não está visando um tensionamento do sistema estrutural racializado presente, tanto na academia como na sociedade como um todo. Se atentar apenas sobre a posição que o negro se encontra no debate racial é se manter na superfície da discussão, e esse silenciamento a partir do próprio lugar de fala, enquanto pessoa branca, não possibilita a construção de epistemologias e práticas que descolonizem as configurações de poder em torno do debate de relações raciais em administração (KILOMBA, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da minha dissertação foi compreender os processos de construções identitárias brancas (branquitude) de pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos sobre a temática de relações raciais na área de administração, tendo como arcabouço teórico estudos voltados para a temática de relações raciais, raça e branquitudes. A partir da leitura que realizei sobre a branquitude, ao longa desta pesquisa, pude perceber que todos os autores e autoras partem da premissa que a branquitude nada mais é que uma posição de privilégios materiais e simbólicos em que sujeitos considerados brancos possuem a liberdade de transitar de forma soberana sem interdição em sociedades que se encontram estruturadas pelo racismo, o que permite a construção social de posições hierarquizadas entre brancos e as demais identidades raciais (GOUVÊA, 2019; CARDOSO, 2014; SCHUCMAN, 2012; BENTO, 2002).

A partir deste arcabouço teórico e das análises realizadas em campo foi possível, compreender a influência dos processos de construções identitárias de pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos acerca da escolha do tema e objeto de estudo dentro da temática das relações raciais na área de administração. Foi possível compreender que esta identidade racial,

para além da cor de pele, possui elementos identitários que participam em seu processo de construção social.

A partir do objetivo geral, foram elaborados outros quatro objetivos específicos, o primeiro objetivo foi caracterizar bibliometricamente o campo de estudos sobre as relações raciais na área de Administração no Brasil. Este primeiro objetivo foi realizado através de pesquisas nos periódicos eletrônicos SPELL e ANPAD. Utilizando a caracterização bibliométrica do campo de estudos sobre relações raciais em administração no Brasil, consulte produções acadêmicas, com um recorte temporal de 2010 a 2020. Essas consultas foram realizadas por meio da utilização de palavras-chave. As expressões de busca utilizadas foram: branco, branca, branquitude, negro, negra, negritude, raça, relações raciais, racismo, preconceito racial, discriminação racial, etnia, étnico/racial.

Foram selecionados trinta e quatro artigos nesta etapa. Esses estudos foram escritos no total por cinquenta e quatro pesquisadoras e pesquisadores, sendo trinta e uma mulheres e vinte e três homens, já em relação ao pertencimento racial de cada um, dos cinquenta e quatro pesquisadores e pesquisadoras, vinte e oito se reconheceram brancos e brancas, vinte e seis se reconheceram negros e negras.

Passando para o segundo objetivo específico deste estudo que era identificar pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos sobre a temática das relações raciais na área de Administração no Brasil, foi observado que dentre os vinte e sete pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas, apenas onze se encontravam entre as posições de primeiro autor/autora e segundo autor/autora em seus respectivos estudos.

Com a minha atenção voltada para os estudos desses onze (seis mulheres e cinco homens) autoras e autores, como resultado para ambos os objetivos específicos citados, foi possível verificar nesses estudos que a identidade racial dos autores e autoras não foram problematizadas. É como se esse fato não interferisse em termos epistemológicos, teóricos, metodológicos e empíricos para se discutir a temática racial. Foi a partir deste momento que comecei a me dar conta sobre as relações de poder presentes no campo. Essas pessoas, assim como aponta Schucman (2014), mesmo que de forma inconsciente, se sentem legitimadas de nomear o outro e com isso não sentem a necessidade de se questionar o próprio lugar de onde fala. É a partir disso que se é mantido a naturalização do lugar do branco enquanto provedor de saberes e conhecimento enquanto o negro permanece sendo visto e lido, em sua maioria, como objeto de desejo no campo.

Nos estudos em que houve pesquisa de campo, não houve problematização das relações entre pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos com participantes negras e

negros no trabalho de campo. Também foi possível observar a falta de discussões a partir da ótica e compreensões sobre o mundo, constituídos a partir de lugares de branquitudes e suas influências sobre os modos de compreensão do mundo e das relações raciais.

O terceiro objetivo foi identificar os elementos que pesquisadoras brancas e pesquisadores brancos utilizam para as construções de suas constituições identitárias brancas branquitude. Sobre isso, foi possível identificar três elementos. O primeiro elemento destacado na pesquisa foi a dimensão estética na qual gostos, práticas culturais e o entendimento sobre o que é “bom, belo e bem-sucedido” foram construídos, ainda que de forma velada”, a partir da dinâmica de estruturação de hierarquias raciais. Esse elemento destaca a lógica da razão dual (CARDOSO, 2014) que marca a construção das relações raciais brasileiras na qual o branco, como norma, se quer é denominado como sujeito oculto, por ser a norma, e adjetivado a partir dessa hierarquização, sendo o seu lugar o de padrão. Por isso, a constituição identitária branca ocorre entre o eu e o outro, se reverberando, inclusive, na definição de como discutir a temática as relações raciais em seus estudos, onde o seu reconhecimento como pessoa branca não faz parte desse processo. Então, esse primeiro elemento influência como as pesquisas sobre raça são construídas pelas pessoas entrevistadas demarcando que, nas temáticas raciais, são sujeitos ocultos, e não ocultados, ao ocuparem esse lugar para reprodução da lógica de sua constituição identitária como sendo a norma.

Conforme discute Bento (2002) os pactos narcísicos da branquitude se caracterizam também pela omissão. Ao ocultarem e omitirem o lugar que ocupam, essas pessoas também reproduzem essas hierarquias raciais, evidenciando os modos de funcionamento das hierarquias raciais na vida cotidiana, inclusive de pesquisa, dos indivíduos. Um ponto importante a se destacar é que as pessoas entrevistadas afirmaram nunca terem sido questionadas racialmente em relação a definição de seus temas de pesquisa, sobretudo de outras pessoas brancas. Tal questionamento ocorreu somente a partir de pessoas negras, nesse estudo, sendo o próprio pesquisador. O “outro” não é considerado um lugar do branco. Por isso, nem mesmo na definição e na reflexão das temáticas de suas pesquisas, que versam sobre relações raciais, esse lugar não é cogitado a ser ocupada pelas pessoas brancas.

O segundo elemento foi a institucionalização de relações, inclusive as afetivas, o que nos ajuda a compreender a influência da raça nas demarcações de lugares afetivos nas relações sociais. Se o lugar do negro é sempre o lugar do outro e não da norma, foi possível observar a naturalização da objetificação do negro como objeto. Tanto nos resultados da bibliometria como nas análises das entrevistas, não há uma discussão sobre o que o negro pensa sobre o branco, pois ao segundo não é facultado o lugar de objeto de pesquisa. Nesse

sentido, conforme destaca Kilomba (2016), não é possível falar sobre uma possível dialética quando a temática racial é colocada como temática de pesquisa, pois não há a escuta do negro.

Nesse sentido, percebo que o campo científico, ainda hoje, recorre ao uso da máscara de flandres de forma simbólica, com o intuito de silenciar epistemologias que não refletem os interesses e desejos do grupo social caracterizado pela branquitude. Assim, compreendo que a máscara, camuflada dentro do discurso de neutralidade científica, permanece sendo uma peça que representa violência, uma vez que, tal instrumento exprime ideia de silenciamento.

Figura 2



Figura 02: Jacques Arago. "Escrava Anastácia" (1817- 18)

Fonte: Cadernos de leitura em tradução, n. 16, p. 173, 2014

É através desta máscara então, que o saber científico pautado na lógica colonialista, consegue apagar outros modos de existências e saberes, e, por conseguinte, desumanizar aqueles que se encontram a margem. É, portanto, através desta dinâmica, dentro da temática racial, em que o branco não ouve o que o negro tem a dizer sobre a branquitude, que se perpetua a normalização de enquadrar, classificar, objetificar, brutalizar, expor e hipersexualizar corpos negros ocorre (KILOMBA, 2016).

A exemplo podemos citar aqui o relato de Adriana, em que ela, enquanto mulher branca se enquadraria como a mulher ideal para se casar, ter filhos e ser exposta nos círculos concêntricos brancos de amizades, enquanto a mulher negra, sendo negada a ela possibilidade de relação de afeto com seu marido, assumiria o lugar objetificado e hipersexualizado.

O terceiro e último elemento identitário que se encontra na dimensão epistemológica, observado em campo. Tal elemento é caracterizado pela autoridade e influência ontológica que o branco toma para si. É a partir dele que o branco passa assumir uma posição de domínio no campo, influenciando na escolha dos temas, paradigmas, métodos e o próprio objeto de pesquisa, definindo assim não somente quem produz conhecimento, mas também como se é produzido. É possível observar este poder epistemológico normativo exercido pela branquitude, por exemplo, nas falas de João, quando o entrevistado, reivindica para si o conhecimento gerado no campo de estudos de relações raciais em administração e em outro momento em que o entrevistado afirma ser o momento de “dar lugar” para as pessoas negras falarem. É por meio desta autoridade observada no campo, seja ela exercida de forma consciente ou não, que o branco é legitimado a nomear pessoas negras, regularmente, apenas como objetos de pesquisa, nos destituindo assim, como detentoras de saberes científicos, nos colocando em um lugar de passividade no campo.

Foi possível verificar então, que alguns elementos identitários presentes, tanto na dimensão estética, como nas dimensões afetivas e epistemológicas, encontram-se contidos no processo de construção da branquitude. São através destes elementos então, assim como Schucman (2012) aponta, que são produzidos significados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma, reproduzindo-os (SCHUCMAN, 2012, p. 108).

Não posso deixar de citar também, que as pessoas entrevistadas demonstraram reconhecer e a partir disso contrapor, ainda que as vezes de forma comedidos, as vantagens acessadas por elas diariamente devido a branquitude. A adoção de tal postura antirracista e de reconhecimento de seus privilégios, segundo as entrevistadas e entrevistado, os ajudam a refletir sobre como se deslocarem, muita das vezes, desse lugar de privilegio e vantagens arquitetado a eles.

Por fim, o quarto objetivo foi discutir como esses elementos identitários brancos (branquitudes) influenciaram a escolha da temática racial em suas trajetórias de pesquisa. Foi constatado que é por meio destes e outros elementos que a branquitude passa a ser vista como norma e sem o risco de investigação, ou seja, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo, se resguardando numa pretensa ideia de invisibilidade; (FRANKENBERG apud PIZA, 2002, p.71; FRANKENBERG, 1999b, p. 43-51).

Estes elementos apresentados nos ajudam a compreender o porquê de o branco tornar o negro seu objeto de pesquisa, pois é a partir dessa invisibilidade racial que, segundo

Cardoso (2014), o outro se torna a escolha ideal a ser observado. Vale destacar também que, não é apenas o outro, mas é outro negro. Isso ocorre devido ao duo assimétrico entre negro e branco nas produções acadêmicas que acabam silenciando outros grupos étnicos como os indígenas, por exemplo (CASSANDRE; AMARAL; SILVA, 2017).

Dessa maneira, ao analisar como os elementos identitários presentes no processo de constituição racial branca (branquitude) das pesquisadoras e pesquisadores influenciam na escolha dos seus respectivos objetos de pesquisa dentro da temática de relações raciais na área de administração, pude compreender, em concordância com os estudos de Cardoso (2012) e Gouvêa (2019) que a branquitude oferece ao indivíduo branco uma propensão de se tornar invisível, em relação as temáticas raciais, o que acaba por privilegiar o seu próprio ponto de vista, que sem se enxergar, acaba por não questionar suas vantagens raciais. (WRAY, 2004). Esse cenário é confirmando neste estudo, pois mesmo com publicações sobre temática racial a maioria dos autores e autoras brancos na área de administração em relação a temática racial decidiram declinar suas participações na fase de entrevista após terem contato com o objetivo geral da pesquisa, apresentando uma postura de omissão ao se refletir sobre a própria identidade racial em relação.

O trabalho também mostrou que entre os possíveis sujeitos para participarem da pesquisa, suas publicações em seus perfis, citadas na plataforma Lattes, em relação a temática racial apresentam um caráter transacional, ou seja, são publicações que não são frequentes, logo, não é considerado como tema de interesse central desses pesquisadores e pesquisadoras. Isso pode ser observado, pois não há uma constante longitudinal de publicações sobre a temática, mas incursões pontuais. Tal fato é confirmado entre as pessoas entrevistadas, em que apenas uma apresentou desejo de continuidade na realização de estudos em administração com a temática racial como foco de discussão. Nesse sentido é possível observar, que a maioria das pessoas acabam publicando um artigo sobre relações raciais e não retornam mais a publicar.

Dessa maneira, assim como na tese intitulada “A cidade, suas imagens, vozes e silêncios: estudo da formação das relações de trabalho em um município de tradição germânica do oeste do Paraná” de Gouvêa (2019), que demonstrou como eram estabelecidas as relações de trabalho entre brancos e negros, em um município de tradição germânica, este estudo também contribui teoricamente para o campo de estudos organizacionais ao se problematizar a branquitude a partir dos olhares e teorizações advindas de pesquisadores negros.

Acredito que essa “inversão de papéis” - de pesquisador(a) para objeto e de objeto

para pesquisador - seja importante para o campo de estudos da temática racial na área de administração, porque só é possível romper com a construção de uma narrativa única, ao passo que tensionarmos a universalidade epistemológica que posiciona a branquitude no centro do cenário científico, social e cultural. Isso se tornou evidente para mim, ao passo que acessei o campo sem ser visto ou lido como um potencial objeto de pesquisa. Com isto pude priorizar e produzir uma narrativa que não tinha como intuito privilegiar a não marcação racial do branco, mas sim evidenciá-la e marca-la com o objetivo de auxiliar na produção de novas configurações de conhecimento e poder (KILOMBA, 2016).

Essas novas formas de produzir narrativas, saberes e conhecimento, caracterizadas pela utilização de teorias que não são universais e tampouco neutras, já são visíveis, por exemplo, no campo científico dos Estudos Organizacionais em Administração. Geralmente as pesquisas na área, dentro da temática de relações raciais priorizavam discussões a partir do negro, todavia, esse campo vem apresentando novas perspectivas e debates como por exemplo Bento (2002) e Gouvêa (2019). Como já mencionado, essas autoras apresentam discussões sobre a necessidade de se abordar raça e racismo sob a ótica da branquitude como forma de compreensão da constituição das relações sociais no Brasil a partir da perspectiva dos privilégios.

Parece-me fundamental então continuarmos a questionar a neutralidade científica e a ideia do negro, ser visto e lido apenas como objetos de pesquisa, dentro da temática racial. Deste modo, a minha pesquisa vem reafirmar, mais uma vez que os estudos sobre a temática racial em administração são emergentes, sendo necessário explorar outras potencialidades em relação aos temas, objetos e sujeitos de pesquisa.

Nesse sentido, este estudo, contribui no entendimento de que a temática racial não pode ser pensada apenas a partir do negro. Se atentar apenas sobre a posição que o negro se encontra no debate racial é se manter na superfície da discussão, e esse silenciamento a partir do próprio lugar, enquanto pessoa branca, não possibilita a construção de epistemologias e práticas que descolonizem as configurações de poder em torno do debate de relações raciais em administração.

Por fim, o lugar que acessei em campo, enquanto pesquisador negro, dentro da temática racial na área de administração, me fez deslumbrar sobre possíveis reparações históricas que poderíamos realizar no instante que descolonizássemos a forma como produzimos ciência. O que quero dizer é que outras possibilidades de estudos podem ser pensadas diante das discussões que foram construídas ao longo deste estudo. Como por exemplo, partindo da ideia de transformar o silêncio em palavras e as palavras em ações e

reconhecendo a existência de silenciamentos epistemológicos em campo, como a área de estudos em administração poderá dismantelar o racismo pensado a partir das branquitudes? Ou como a dualidade entre branco e negro influencia na invisibilização de outras identidades raciais?

6 REFERENCIAS

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, L. Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele. 193f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2010.
- ALENCAR, B. R. **Hermenêutica dialética**: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre acesso do usuário à Assistência Farmacêutica. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. v. 25, p. 243-250, 2012.
- APPLE, M. W. Políticas de direita e branquitude: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 61–67, 2001.
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. O. A redução sociológica em status nascendi: os estudos literários de Guerreiro Ramos publicados na revista cultura política. **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 47-68, 2010.
- BENTO, M. A. S. BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016
- _____. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 185f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BERNARDINO, J. **Revista Estudos Afro-Asiáticos** 2º Ed Textos & Reformas, 2002.
- BARROS, J. D'A. **A construção social da cor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BERND, Z. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BLACK, E. **Guerra contra os fracos**: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante. Tradução de T. Magalhães. São Paulo: A Girafa, 2003
- CARDOSO, L. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007). **Dissertação** (Mestrado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.
- _____. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

_____. **O branco objeto:** o movimento negro situando a branquitude. Instrumento, Juiz de Fora, v. 13, p. 81-93, 2011.

_____. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In.: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1ªEd., Curitiba: Appris, 2017.

CARDOSO, M. F.; SANTOS, A. C. B.; ALLOUFA, J. M. L. **Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo:** Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. Revista de Administração Faces Journal, v. 12, p. 75-93, 2015.

CONCEIÇÃO, W. L. Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate. 211f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

COROSSACZ, V. **Cor, classe, gênero:** aprendizado sexual e relações de domínio. Revista Estudos Feministas, 22(2), 521 -542, 2014.

COSTA, S. G.; FERREIRA, C. S. Diversidade e Minorias nos Estudos Organizacionais Brasileiros: Presença e Lacunas na Última Década. **Anais** eletrônicos do Encontro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, Brasil, 4, 2006, p.1-16.

COSTA, H. **Ilusão de ótica:** presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), 2011.

CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: XXXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais.** São Paulo: ANPAD, 2009.

_____. **Mulher negra em terra de homem branco:** mecanismos organizacionais de reprodução de desigualdade. In: CARRIERI, A.; TEIXEIRA, J.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades de desafios no campo dos estudos organizacionais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 2002, p. 171-188.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DEAN, W. Fortuna Crítica. In: FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 423-426.

DYER, Richard. **White.** New York: Routledge, 1997.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala:** formação da família brasileira sob o domínio da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 anos.** Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FRANKENBERG, R. **A miragem de uma branquitude não marcada.** In.: WARE, V. (Org.) Branquitude, identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GUERREIRO RAMOS, A. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti -racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____. **A questão racial na política brasileira** (os últimos quinze anos). Tempo Social, Revista de Sociologia, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001a.
- GOBINEAU, J. A. **L’émigration au Brésil.** In: READRES, George. O conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOERTZ, G.; MAHONEY, J. A Tale of Two Cultures - Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- GOMES, R. Análise e Interpretação de dados em Pesquisa Qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M.C.S. de (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOUVÊA, J. B. A cidade, suas imagens, vozes e silêncios: estudo da formação das relações de trabalho em um município de tradição germânica do oeste do paraná. 292f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, 2019.
- Gouvêa, J. B. (2017). **O que há por trás do discurso da harmonia racial no país da miscigenação?** Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 4(10), 915-955.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915).** In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et alii. A recepção do darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- DENZIN, K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, K; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- KOIFMAN, F. Imigrante ideal: **o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil** (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** (5. ed.). Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- HARRIS, C. I. “Whiteness as Property”, **Harvard Law Review**, 106, 1709 -1791. 1993.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó. 2019.
- LABORNE, A. A. P. Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. 2014. 159 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.

_____. Educação e diversidade étnico-cultural: A importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In.: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (Orgs) **Relações étnico-raciais e diversidade Niterói**: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006

NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, J. S.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 1, p. 245-268, 2015.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**, editora Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

OLIVEIRA, J. S; GOUVÊA, J. B; **Os pactos narcísicos da branquitude na (des)construção do acesso ao campo etnográfico de pesquisa** In: XLIV. Anais...Rio Grande do Sul, 2020.

OLIVEIRA, J. S; **As influências raciais nas práticas de organização de espaços de sociabilidades: um estudo com mulheres negras na cidade de Cerqueira César (SP)** In: XLIV. Anais...Rio Grande do Sul, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAO, I. K. **Métodos Quantitativos em Biblioteconomia e em Ciência da Informação. Brasília**: ABDF, 1986.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? **Cadernos de Gênero e Diversidade**, p. 112, 2017.

ROCHA, R.A., CERETTA, P.S. **Pesquisa qualitativa: um desafio a ciência social**. In: XXII EnANPAD. Anais...Foz do Iguaçu, 1998.

ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 1, p. 240-260, 2014.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, v. 18, p. 165-87, 1996.

_____. **Negritude sem Etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANTIAGO, F. **Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco.** Educ. rev. vol.35, n.76, pp.305-330, 2019.

SANTOS, J. R. **A inserção do negro e seus dilemas.** Parcerias estratégicas, n. 6, p. 110-54, mar. 1999.

SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais. **Psicologia e Saber Social**, 4(2), 168-182, 2015.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Revista Sociedade e Estado, vol. 21, n. 1, p.109-130, Brasília, 2006.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia e Sociedade**. 26(1), 2014, p. 83-94.

_____. Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. Para Além do pós(-) colonial. São Paulo: Alameda, p. 167-202, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos** (Relações interétnicas), Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143 – 176, nov. 2000.

_____. **O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau.** Análise Social, v. In: PANDOL, n. 178, p. 285–288, 2006.

SILVA, M. L. População-sacer e democracia racial no Brasil. **Soc. estado.**, v. 32, n. 3, p. 593-620, 2017.

_____. **Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945).** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 8, p. 921-943, 2013.

SILVA, M; OLIVEIRA, J. S; GOUVÊA, J. B; GALANTE, V. **Contribuições do conceito de branquitude às pesquisas sobre raça nos Estudos Organizacionais.** In: XLIV. Anais...Rio Grande do Sul, 2020.

SKIDMORE, Andrew K. A comparison of techniques for calculating gradient and aspect from a gridded digital elevation model. **International Journal of Geographical Information System**, v. 3, n. 4, p. 323-334, 1989.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

SOUZA, R. L. **Método, raça e identidade nacional em Sílvia Romero.** Revista de História Regional, v. 9, n. 1, p. 9-30, 2004.

SOUZA, V. S. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional noentreguerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 1-12, 2012.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In.: WARE V. (Org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009

STEIN, E. **Aproximações sobre Hermenêutica**. 2.ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

STEYN, M. **Novos matizes da “branquitude”**: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SU, H.; LEE, P. Mapping Knowledge Structure by Keyword Co-Occurrence: a first look at journal papers in technology foresight. **Scientometrics**, v. 85, n. 1, p.65-79, jun. 2010.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S. **Por que ainda falarmos em raça, categoria destituída de valor biológico?** 2016. In: XXXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais**. Belo Horizonte: ANPAD, 2016.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015, p. 161-178.

WARE, V. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

WEBERING, S. I. Os “Pontos Cegos” das Teorias Organizacionais Segundo Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, p. 435-447, 2019.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WRAY, M. **Pondo “a ralé branca” no centro**: implicações para as pesquisas futuras. Río de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

ZHU, D.et al.A Process For Mining Science & Technology DocumentsDatabaseIllustrate For the Case of Knowledge Discovery and Data Mining. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 1, jan. 1999.

7 APÊNDICES

7.1 APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Conte-me sobre sua história de vida.
2. O que você entende por raça?
3. Qual o conceito de raça você usa em seus estudos?
4. Como você se percebe racialmente? (Quais elementos e momentos da história de vida que isso se tornou evidente)
5. Você pensa sobre sua identidade racial? (Em que situações? Nas interações com quem?)
6. Em algum momento de seu cotidiano, você percebeu que a raça influenciou algum aspecto da sua vida social?
7. Quais os elementos que você utiliza para enquadrar/classificar/compreender o outro como racializado?
8. Como você definiu esses elementos?
9. São os mesmos elementos que você utiliza em relação a sua autoclassificação racial?
10. Você acredita que as questões raciais impactam nas relações com as pessoas?
11. Você acha que já recebeu alguma vantagem por causa da sua identidade racial? Se sim, em quais situações? Você conseguiria descrever a situação que mais impactou sua percepção dessas vantagens?
12. Você percebe que as questões raciais impactam na vida acadêmica?
13. Como você percebe esses impactos em relação a população branca?
14. Conte-me como foi o processo de escolha do seu tema de pesquisa dentro da temática racial em administração.
15. Por que você escolheu esse grupo racializado e não outro para estudar?
16. Por que você acha que as pessoas brancas são pouco estudadas nas temáticas raciais na área de Administração no Brasil?

7.2 APÊNDICE II - TABELA BIBLIOMÉTRICA

Autores/Autoras	Vínculo Institucional	Palavras-Chaves	Ano de publicação	Objeto de Estudo	Teoria	Metodologia	Conclusão
Andréa Poletto Oltramari	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, RS	Teoria Interseccional; História de Vida; Interseccionalidade	2019	Categorias opressivas	Interseccional	história de vida	A teoria interseccional auxilia compreender de que forma as categorias opressivas operam a partir do próprio olhar do sujeito que vivem a opressão das categorias raça, gênero e classe.
Eloisio Moulin de Souza	Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, Espírito Santo	Racismo. Trabalho. Universidade. Docentes negros.	2019	Docentes de uma universidade pública autodeclarados negros	Pós estruturalismo: não essenciais e teoria interseccional	Análise de conteúdo	A universidade enquanto organização e mundo do trabalho – abre espaço em suas relações para que determinadas categorias, além da raça, possam influenciar e se sobrepor a outras e (re)produzir diferentes expressões racistas.
Adílio Renê Almeida Miranda	Universidade Federal de Alfenas	Racismo. Trabalho. Universidade. Docentes negros.	2019	Docentes de uma universidade pública autodeclarados negros	Pós estruturalismo: não essenciais e teoria interseccional	Análise de conteúdo	A universidade enquanto organização e mundo do trabalho – abre espaço em suas relações para que determinadas categorias, além da raça, possam influenciar e se sobrepor a outras e (re)produzir

							diferentes expressões racistas.
Celso Machado Júnior	Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP	Diversidade. Raça. Políticas afirmativas. Democracia Racial. Mercado de Trabalho	2018	Afrodeseñtes e sua relação com o mercado de trabalho	Mito da democracia racial, capital simbólico	pesquisa documental	Os resultados apontaram que a democracia racial constitui um mito em nossa sociedade, daí a necessidade de se avançar com as políticas sociais que minimizem as desigualdades entre brancos e negros nos cargos mais relevantes das empresas,
Daielly Melina Nassif Mantovani	Faculdade de Eco, Admi e Cont – USP, SP	Diversidade. Raça. Políticas afirmativas. Democracia Racial. Mercado de Trabalho	2018	Afrodeseñtes e sua relação com o mercado de trabalho	Mito da democracia racial, capital simbólico	pesquisa documental	Os resultados apontaram que a democracia racial constitui um mito em nossa sociedade, daí a necessidade de se avançar com as políticas sociais que minimizem as desigualdades entre brancos e negros nos cargos mais relevantes das empresas,
Erica Ferreira Marques	Instituto Federal da Bahia, Departamento V - Administração.	Afrodeseñtência; Segmentação; Comportamento do Consumidor	2010	Afrodeseñtes, comportamento do consumidor	Marketing essencial, Consumer behavior	estudo exploratório	O estudo identificou que a etnia é responsável pela diferenciação de comportamento relativamente a relacionamento dentro dos grupos de influência, demonstrando que negros preferem se relacionar com pessoas da mesma raça; e, nos motivos que influenciam o momento da compra, aponta que os

							afrodescendentes são mais sensíveis a preço e liquidações, enquanto, os brancos, a modismo e tendências
Felipe Gouvêa Pena	Pontifícia Univ Católica de Minas Gerais, MG	Blackface. Racismo. Hegemonia branca. Mundo fashionista.	2016	Blackface	Análise crítica do discurso, Dijk (2012).	Análise crítica do discurso, Dijk (2012).	foi evidenciado que a percepção do blackface como arte ou prática racista não está diretamente relacionada à cor da pele de quem a analisa, mas à sua percepção cognitiva embasada na sua cultura, experiência de vida, capacidade crítica, conhecimento histórico, entre outros fatores.
Denis Alves Perdigão	Univ. Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)	Blackface. Racismo. Hegemonia branca. Mundo fashionista.	2016	Blackface	Análise crítica do discurso Dijk (2012).	Análise crítica do discurso Dijk (2012).	foi evidenciado que a percepção do blackface como arte ou prática racista não está diretamente relacionada à cor da pele de quem a analisa, mas à sua percepção cognitiva embasada na sua cultura, experiência de vida, capacidade crítica, conhecimento histórico, entre outros fatores.
Isabela Ariane Bujato	Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.	Racismo. Trabalho. Universidade. Docentes	2019	Docentes de uma universidade pública	Pós estruturalismo: não essenciais e teoria	Análise de conteúdo	A universidade enquanto organização e mundo do trabalho – abre espaço em suas relações para que

		negros.		autodeclarados negros	interseccional		determinadas categorias, além da raça, possam influenciar e se sobrepor a outras e (re)produzir diferentes expressões racistas.
Letícia Moreira Casotti	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Comportamento do consumidor. Raça. Etnia. Consumidor negro.	2017	consumidor negro.			O ensaio traz reflexões sobre como a lógica “branca” permeia o mercado e a pesquisa de marketing no Brasil.
Alessandra Mello da Costa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Diversidade. Gênero. Raça. Cotas.	2010	Diversidade.	Perspectivas Críticas.		Os resultados evidenciam a premência de se conjugar esforços para compreender melhor o complexo problema da diversidade no Brasil, e sugerem que são necessários avanços para resolver o dilema de equilibrar interesses privados com a instituição pública de políticas de desenvolvimento, defesa dos interesses nacionais e atendimento aos direitos de cidadania.
Márcia M.dos Santos Bortolucci Espejo	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Diversidade. Gênero. Raça.	2016	a participação feminina e dos negros em cargos de chefia nas companhias		análise do Balanço Social (BS) e Relatóri	Pode-se observar uma tênue variação entre os percentuais ao longo dos anos estudados, o que não alterou significativamente as posições ocupadas por

				brasileiras ou companhias instaladas no Brasil		os Anuais (RA)	mulheres e negros em cargos de chefia nas empresas da amostra. Espera-se que este estudo contribua para a visão crítica dos temas relacionados a gênero e raça nas organizações.
Simone Bernardes Voese	Universidade Federal do Paraná	Diversidade. Gênero. Raça	2016	a participação feminina e dos negros em cargos de chefia nas companhias brasileiras ou companhias instaladas no Brasil		análise do Balanço Social (BS) e Relatórios Anuais (RA)	Pode-se observar uma tênue variação entre os percentuais ao longo dos anos estudados, o que não alterou significativamente as posições ocupadas por mulheres e negros em cargos de chefia nas empresas da amostra. Espera-se que este estudo contribua para a visão crítica dos temas relacionados a gênero e raça nas organizações.
Rodrigo Martins Baptista	Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo	Escravidão contemporânea; Vulnerabilidade; Raça; Cor	2018	perfil racial da escravidão contemporânea	mecanismos institucionais e organizacionais Crane (2013), Bales (2004) e Datta e Bales (2013; 2014)	Análise de conteúdo	A contribuição do artigo diz respeito à incorporação da variável preditora raça e cor, indicando sua relação com a escravidão moderna, além de o trabalho escravo contemporâneo coexistir com as cadeias produtivas economicamente representativas no Brasil, sendo algumas delas, inclusive, membros do InPacto.

Maria Tereza Saraiva de Souza	Fundação Educacional Inaciana padre Saboia de Medeiros, São Paulo	Escravidão contemporânea; Vulnerabilidade; Raça; Cor	2018	perfil racial da escravidão contemporânea	mecanismos institucionais e organizacionais Crane (2013), Bales (2004) e Datta e Bales (2013; 2014)	Análise de conteúdo	A contribuição do artigo diz respeito à incorporação da variável preditora raça e cor, indicando sua relação com a escravidão moderna, além de o trabalho escravo contemporâneo coexistir com as cadeias produtivas economicamente representativas no Brasil, sendo algumas delas, inclusive, membros do InPacto.
Tais Colling	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS	Teoria Interseccional; História de Vida; Interseccionalidade	2019	Categorias opressivas	Interseccional	história de vida	A teoria interseccional auxilia compreender de que forma as categorias opressivas operam a partir do próprio olhar do sujeito que vivem a opressão das categorias raça, gênero e classe.
Simone Costa Nunes	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte	Gênero. Raça. Comunicação Organizacional. Mulher Negra. Gestão.	2020	diversidade cultural em organizações brasileiras em relação à mulher negra	base teórica fundada nas dimensões da organização defendidas por Baldissera (2004; 2008; 2009; 2015)	Análise do Discurso	organização falada e comunicante é complexa, como os estudos sobre diversidade cultural.
Mariana	Universidade	Cabelo crespo;	2017	Cabelo	Gênero e raça na	entrevistas	Os resultados apontam para

Luísa da Costa Lage	Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG	Mulher negra; Organizações; Racismo; Sexismo.		crespo	perspectiva pós-estruturalista	semiestruturada e análise de conteúdo categorial temática,	um racismo e sexismo vividos por estas mulheres que vai além dos fios.
Mariana Lima Bandeira	Área de Gestión UASB, Equador	Escravidão contemporânea. Vulnerabilidade. Raça. Cor.	2018	perfil racial da escravidão contemporânea	mecanismos institucionais e organizacionais Crane (2013), Bales (2004) e Datta e Bales (2013; 2014)	Análise de conteúdo	A contribuição do artigo diz respeito à incorporação da variável preditora raça e cor, indicando sua relação com a escravidão moderna, além de o trabalho escravo contemporâneo coexistir com as cadeias produtivas economicamente representativas no Brasil, sendo algumas delas, inclusive, membros do InPacto.
Rafael Alcadipani	Fundação Getulio Vargas – SP						
Marcel Luciano Klozovski	Universidade Estadual do Centro-Oeste Guarapuava, PR	Cotidiano. Gestão Ordinária. Território. T-D-R. Comunidade Quilombola.	2020	Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha - práticas cotidianas	cotidiano e gestão ordinária	História Oral	durante todo processo de T-D-R que “o povo do Fundão” sofreu, e que os levou a ter as práticas de gestão do cotidiano transfiguradas, o que restou foi à prática da solidariedade, que em diversos momentos (antes, durante e depois da expulsão, ou mesmo, na retomada) permaneceu.

							Consoante a isso, a pesquisa revelou que ao rememorarem as práticas cotidianas, as lideranças-anciãs “deram voz” a uma territorialidade ancestral. Esta territorialidade, por sua vez, acentuou a perspectiva do território como sendo um espaço resistência das experiências vividas
Alexandre Reis Rosa	Universidade Federal do Espírito Santo	Estudos organizacionais; gestão da diversidade; relações raciais	2018	Relação entre o movimento negro brasileiro e o Framing		análise de narrativas	está relacionada ao alinhamento do ativismo negro ao que se denomina de framing global, que é um processo de difusão transnacional formado durante os processos de adaptação local.
Alexandre de Pádua Carrieri	Universidade Federal de Minas Gerais	cor; raça; shopping center; espaço urbano; segregação socioespacial.	2015	Os discursos dos usuários dos shoppings centers nas redes sociais		Análise do Discurso da corrente francesa	Os resultados da pesquisa evidenciam a construção discursiva da cor como dimensão de significação das representações e práticas sociais dos indivíduos que demarcam simbolicamente quem pode e onde deve circular em determinados espaços organizacionais, especialmente nos shoppings centers.
Jouliana Jordan	Centro Universitário	Comportamento do	2013	sub-representação	imagens dos afrodescendentes	análise de conteúdo de	Os resultados apontam para a inadequação parcial do

Nohara	das Faculdades Metropolitanas Unidas FMU/SP	Consumidor; Afrodescendente; Ideologia Racista.		do afrodescendente	em propagandas de jornais impressos o modelo cronológico de Clark (1969).	Kassarjian (1977)	modelo de Clark ao universo abordado pela pesquisa para o caso brasileiro onde persiste uma eternização do não reconhecimento dos afrodescendentes na mídia impressa.
Claudia Rosa Acevedo	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas FMU/SP	Comportamento do Consumidor; Afrodescendente; Ideologia Racista.	2013	sub-representação do afrodescendente	imagens dos afrodescendentes em propagandas de jornais impressos o modelo cronológico de Clark (1969).	análise de conteúdo de Kassarjian (1977)	Os resultados apontam para a inadequação parcial do modelo de Clark ao universo abordado pela pesquisa para o caso brasileiro onde persiste uma eternização do não reconhecimento dos afrodescendentes na mídia impressa.
Flávia Luciana Naves Mafra	Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA), Minas Gerais.	População Negra no Brasil; Mercado de Trabalho; Estudos Decoloniais.	2017	negros no mercado de trabalho brasileiro.	A abordagem decolonial		A perspectiva decolonial contribui para desnaturalizar os processos de exclusão no âmbito do trabalho e da sociedade, etapa fundamental para a resistência e a produção de mudanças em contexto que sobre influência da colonialidade.
Sibele Gomes de Santana Faria		Comportamento do Consumidor; Afrodescendente; Ideologia Racista.	2013	sub-representação do afrodescendente	imagens dos afrodescendentes em propagandas de jornais impressos o modelo	análise de conteúdo de Kassarjian (1977)	Os resultados apontam para a inadequação parcial do modelo de Clark ao universo abordado pela pesquisa para o caso brasileiro onde persiste uma eternização do não reconhecimento dos

					cronológico de Clark (1969).		afrodescendentes na mídia impressa.
--	--	--	--	--	------------------------------	--	-------------------------------------